



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

EVALDO GOMES JÚNIOR

**Padrão de reprodução do capital e formas gerais de
apropriação fundiária na fronteira agromineral brasileira:
cerrados do Norte e Amazônia meridional pós anos 2000**

**Campinas
2019**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

EVALDO GOMES JÚNIOR

**Padrão de reprodução do capital e formas gerais de
apropriação fundiária na fronteira agromineral brasileira:
cerrados do Norte e Amazônia meridional pós anos 2000**

Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento – orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, na área de Desenvolvimento Regional e Urbano.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO EVALDO
GOMES JÚNIOR, ORIENTADA PELO PROF. DR.
HUMBERTO MIRANDA DO NASCIMENTO.**

**Campinas
2019**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

G585p Gomes Júnior, Evaldo, 1990-
Padrão de reprodução do capital e formas gerais de apropriação fundiária na fronteira agromineral brasileira : cerrados do Norte e Amazônia meridional / Evaldo Gomes Júnior. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Humberto Miranda do Nascimento.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Urbanização. 2. Economia regional. 3. Concentração fundiária. 4. America Latina. I. Nascimento, Humberto Miranda do, 1969-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Pattern of capital reproduction and general forms of land appropriation in Brazilian agromineral frontiers : northern savannas and southern Amazon

Palavras-chave em inglês:

Urbanization

Regional economics

Land concentration

Latin America

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Humberto Miranda do Nascimento [Orientador]

Fábio Antonio de Campos

Hipólita Siqueira de Oliveira

José Raimundo Barreto Trindade

Vicente Eudes Lemos Alves

Data de defesa: 22-02-2019

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-0987-1895>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.orpq.br/3651750776714319>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

IVALDO GOMES JÚNIOR

**Padrão de reprodução do capital e formas gerais de
apropriação fundiária na fronteira agromineral brasileira:
cerrados do Norte e Amazônia meridional pós anos 2000**

Prof. Dr. Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento – orientador

Defendida em 22/02/2019

COMISSÃO JULGADORA

**Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento - PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Fábio Antonio de Campos
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Hipólita Siqueira de Oliveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

**Prof. Dr. José Raimundo Barreto Trindade
Universidade Federal do Pará (UFPA)**

**Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

AGRADECIMENTOS

Tocantins

Inicialmente agradeço a dois professores liberais, que na época do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins tentaram me convencer a não fazer mestrado no Instituto de Economia da Unicamp. A partir disso tive certeza que este seria o caminho certo. Ainda na graduação, agradeço ao Cid Olival que lecionou para minha turma em Palmas e que sempre nos incentivou ao engajamento enquanto forma de inserção na universidade.

Agradeço às amizades iniciadas na graduação. Em especial agradeço minha comadre Mariza Ramalho, meu afilhado André, Bruno Moure, Railene Veloso, Andressa Ibiapina e Milena Oliveira, apesar de sua insistência em não sair de Caetité para me visitar.

Aproveito para agradecer toda minha família. A meus pais pelo incentivo de sempre. Os dias que passo na roça, com comida de fogão a lenha e conversas agradáveis, sempre foram essenciais como formação de vida. A minhas irmãs, Haline e Lara, e meus cunhados, Dóris e Oswaldo, pela amizade.

São Paulo

Agradeço todos os amigos feitos na metrópole caipira. Começo os agradecimentos campineiros pela família Silva Macedo. Fui adotado em vários momentos por eles. Moramos juntos durante quatro meses e acho que foi suficiente para me apaixonar de vez pela Lene e para o Macedo não me suportar mais. Sem contar as vezes que tive que cuidar do Marco Antônio e do Júlio Cezar quando eles viajaram. Passar noites na casa dessa família, ao som de vinhos, me fez feliz muitas vezes.

Agradeço também aos camaradas das Brigadas Populares. Guilherme, Alisson, Dafne, Pedro e Carlota pelo engajamento coletivo que nos transformou em referência política em vários espaços de luta popular na região metropolitana de Campinas. À Carlota um agradecimento especial por ser essa figura amorosa e valente e que ainda me deve uma viagem pela Estrada de Ferro Carajás. Aproveito para agradecer a Júlia Conterno, Daiana Otero e Camila Silva, que não são brigadistas mas sempre estiveram próximas da militância.

Não poderia deixar de citar o período que morei no Centro de Treinamento Carlos Maringuela (CTCM). Foi nesta casinha gentilmente alugada pela Lene por um precinho camarada – sob a justificativa de promover reformas que nunca foram feitas – que nos encontramos em diversas ocasiões para celebrarmos a vida. Foi a melhor fase em Campinas. O fato da casa ser no meio do mato melhorou minha relação com o Sudeste. Aproveito aqui para agradecer a amizade daqueles que já moraram por lá. Dió por ser uma pessoa tão parceira, apesar de insuportável em determinados momentos. A Pietro e Vitor, maninhos que a vida colocou no meu caminho. Eu também lembro, a partir do CTCM, de duas grandes amigas. Thaís, que sempre foi a mais animada quando organizávamos festas na casa; e Rayssa, que várias vezes me fez companhia por lá.

Agradeço a Lilian e ao Redondo. Lilian, que junto a Rafael foram as pessoas que me fizeram ser feliz no Brasil sulino. Ainda agradeço Lilian por conseguirmos encontrar tantos assuntos durante as madrugadas que passamos juntos. O Redondo foi minha pior conquista na vida. Tudo que fiz de mais errado em Campinas foi com ele. Minha melhor lembrança junto a ele trata-se do dia que lhe apresentei a música *Caçada*, de Chico Buarque. Mas sempre que me vem as piores lembranças ouço *Conselho*, de Almir Guineto.

Agradeço aos professores do Centro de Estudos em Desenvolvimento Econômico. Wilson Cano por ser minha referência principal nos estudos sobre desenvolvimento econômico brasileiro e economia regional e urbana. Mariana Fix e Cláudio Maciel pelas contribuições ao longo de minha jornada na pós-graduação. Aos professores que aceitaram participar de minha banca: Fábio Campos, Vicente Eudes, Hipólita Oliveira, Raimundo Trindade, Bastiaan Reydon e Raul Ventura. Ao Raul também por ser um parceiro desde quando éramos colegas na pós-graduação.

Agradeço ao Humberto por ter me orientado ao longo de toda pós-graduação. Além disso não poderia deixar de registrar que esta orientação só deu certo porque também somos amigos e porque Humberto é muito paciente. Para além da escrita fomos capazes de estabelecermos uma relação de confiança, que resultou em várias parcerias na vida.

Pará

Tive a oportunidade de escrever parte importante desta tese no Sudeste paraense e isto garantiu melhor apropriação e inserção nos processos aqui estudados. Em Marabá sou grato aos amigos das Brigadas Populares. Faço isso por meio do Raimundinho e da Angelina, figuras históricas da luta social na região. Também agradeço esses camaradas por me levarem a seus caminhos particulares, a me permitir compartilhar bons momentos com eles.

Na Unifesspa tive a oportunidade de aprofundar relações em vários setores. Começo agradecendo os colegas do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional. Na Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis participei de várias ações de extensão e de eventos em todos os *campi* da Unifesspa, além das articulações com figuras de referência e organizações políticas importantes na região. Por isso agradeço toda a equipe da Proex. Também agradeço a oportunidade de lecionar disciplinas nos cursos de Educação do Campo e Direito da Terra. A vivência de campo na rota da mineração da turma 2018 da Licenciatura em Educação do Campo foi uma das coisas mais importantes que fiz em diálogo com minha tese. Finalmente agradeço a todos os alunos que tive até o momento. A sensibilidade que uma universidade na periferia deve ter com seus sujeitos nos torna mais responsáveis pelo futuro de uma gente que teve poucas oportunidades na vida. Também nos permite ter uma relação cotidiana mais solidária e próxima com os discentes.

Não poderia deixar de dedicar umas linhas a duas famílias que me garantem aconchego. Claudiana Guido, Fernando Michelloti e Laura Guido são os parceiros em noites mais que agradáveis, mas também são parceiros na militância. Nunca pensei que um dia me daria tão bem com um agrônomo. Claudiana todos os dias me ensina a viver apaixonadamente pela vida e pelas pessoas. Já Jane Martins, Thiago Cruz, Thiago Vitor e Ângelo Tupac são meus outros amores que muito me acolhem em Marabá.

Às assentadas e assentados, aos moradores de ocupações, aos que vivem nas cidades do Sudeste paraense em precárias condições materiais. Aos atingidos pela mineração e pelo latifúndio. Nesta região fui recebido por todas essas pessoas. Agradeço a elas pelo exemplo de luta. Acordo todos os dias incentivado a sair de casa para estar ao lado delas, dessa singular forma de povo brasileiro. Um dia seremos

livres para construirmos, com o resto do povo trabalhador desta nação, a civilização dos trópicos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Levantava-me, subia a Ladeira Santa Cruz, percorria ruas cheias de lama, entrava numa bodega, tentava conversas com os vagabundos, bebia aguardente. Os vagabundos não tinham confiança em mim. Sentavam-se, como eu, em caixões de querosene, encostavam-se ao balcão úmido e sujo, bebiam cachaça. Mas estavam longe. As minhas palavras não tinham para eles significação. Eu queria dizer qualquer coisa, dar a entender que também era vagabundo, que tinha andado sem descanso, dormido nos bancos dos passeios, curtido fome. Não me tomariam a sério. Viam um sujeito de modos corretos, pálido, tossindo por causa da chuva que lhe havia molhado a roupa[...].

Encolhia-me timidamente. Não simpatizavam comigo. Eu estava ali como um repórter, colhendo impressões. Nenhuma simpatia.

A literatura nos afastou: o que sei deles foi visto nos livros [...].

[...] Vagabundos? Nada. Estavam ali indivíduos de várias profissões. O moleque tismado era engraxate. A mulher de chinelos, que trazia uma garrafa de querosene pendurada no dedo por um cordel, tinha modos de pessoa séria, casada ou amigada. A rapariga pintada de branco e vermelho, com marcas de feridas nos braços, devia ser uma ratuína como Antônia. O homem gordo era pedreiro, via-se pelas manchas de cal na roupa [...].

[...] Tudo ali era tão simples! Os bordões do violão gemiam, as gargalhadas sonoras da mulher pintada enchiam a praça. A história que o homem acaboclado, de peito cabeludo e cicatrizes no rosto, contava ao engraxate devia ser interessante. Gestos expressivos, provavelmente façanhas de capueiras. Eu não compreendia a linguagem do narrador, as particularidades que provocavam admiração perdiam-se. [...]

RESUMO

Esta tese objetiva analisar a expansão da fronteira agromineral brasileira, com ênfase na apropriação fundiária e nos processos produtivos. Tem-se em conta o padrão de reprodução agroexportador, a fim de compreender esta expansão como manifestação de processos de dependência econômica. A hipótese é que atuais processos de expansão da fronteira agromineral no Brasil são expressões de formas mais voláteis de desenvolvimento capitalista nas regiões periféricas. De modo complementar, consideramos que, neste período, a renda fundiária e as formas concretas de sua manifestação – por meio da apropriação fundiária e do preço da terra – emergem e são dinamizadas pela expansão desta fronteira na fase recente, caracterizando o padrão exportador de especialização produtiva na região. O recorte analítico-espacial é o movimento de expansão da fronteira agromineral, a partir de sua chegada em regiões dos cerrados do Norte e do Nordeste e da floresta amazônica. A pesquisa utiliza dados secundários e pesquisa de campo de alguns casos relevantes para desenvolver suas principais questões. Conclui-se que, no atual padrão latino-americano de reprodução do capital, a fronteira agromineral brasileira apresenta processos de formação de novas dinâmicas territoriais e de acumulação que incluem a apropriação de renda fundiária.

Palavras-chave: América Latina; padrão de reprodução do capital; fronteira agromineral; renda da terra; urbanização.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the expansion of the Brazilian agromineral frontier, emphasizing land ownership and productive processes. This expansion, understood from the pattern of agro-export reproduction, manifests itself as processes of economic dependence. Our hypothesis is that current processes of expansion of the Brazilian agro-mineral frontier are expressions of more volatile forms of capitalist development in the peripheral regions. Complementarily, we consider that in this period, land rent and the concrete forms of its manifestation - through land appropriation and price of land - emerges and become dynamic by the expansion of the agro-mineral frontier, and characterize the pattern of exportation of specialization productive in the region. The analytical-spatial basis is the expansion movement of the agro-mineral frontier over the Cerrados, located in the North and Northeast of Brazil, and the Amazonian rainforest. The research is based on secondary data and field research. It is concluded that, in the current Latin American pattern of capital reproduction, the Brazilian agromineral frontier presents a new territorial and accumulation dynamics that includes the appropriation of land rent.

Key words: Latin America; pattern of capital reproduction; agromineral frontier; land rent; urbanization

Índice de Tabelas

Tabela 1. Participação dos principais produtos exportados da América Latina e Caribe	31
Tabela 2. Balança de Pagamentos a preços correntes – América Latina e Caribe (US\$ Milhões).....	53
Tabela 3. Efetivo bovino (1995, 2006 e 2017), número de estabelecimentos agropecuários (2017); razão entre cabeças de gado e número de estabelecimentos (2017) e taxa de crescimento anual do efetivo bovino por estados da federação ou conjunto de estados	73
Tabela 4. Quantidade produzida de soja (ton) (1995, 2006 e 2017), número de estabelecimentos produtores (2017); razão entre quantidade produzida (ton) e número de estabelecimentos (2017) e taxa de crescimento anual da produção por estados da federação	74
Tabela 5. Participação percentual do volume das exportações dos principais portos em relação ao total exportado pelo Brasil – 2000 e 2017	76
Tabela 6. Participação percentual do quantum das exportações dos principais portos em relação ao total exportado pelo Brasil – 2000 e 2017	76
Tabela 7. Média do tamanho dos estabelecimentos agropecuários no Brasil em hectares – total dos estabelecimentos e estabelecimentos que produzem soja – 2006 e 2017	89
Tabela 8. Total exportado pelos estados e participação dos produtos presentes nos capítulos do quadro 01 em relação ao total exportado dos estados – RO, PA, TO, MA, PI, BA, MS, MT, TO - 2015.....	92
Tabela 9. Exemplos de municípios com elevadas participações regionais nas exportações – 2015.....	93
Tabela 10. Sedes e filiais de empresas exportadoras em quantidades de municípios dos estados de Rondônia, Pará, Tocantins, Maranhão, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – empresas com valor exportado acima de US\$ 50 milhões em 2015	95
Tabela 11. Estoque de trabalho formal produtivo e variação anual de período selecionados – municípios selecionados.	105

Tabela 12. Estoque de trabalho formal produtivo e variação anual de período selecionados – Unidade da Federação	106
Tabela 13. Evolução dos preços de <i>commodities</i> selecionadas (R\$ de 2010) – 1960 a 2017	121
Tabela 14. Proporção de arrendamentos em relação ao número e área totais de terra ocupadas em 1995 e 2006 – Macrorregiões	127
Tabela 15. Número e área do total de estabelecimentos arrendados e proporção destes estabelecimentos e de suas respectivas áreas no total de estabelecimentos em 2017 – Unidades da federação e conjuntos	128

Índice de Figuras

Figura 1. Cobertura e uso do Solo – Brasil (2016)	21
Figura 2. Reprodução da figura 5.7 “O espaço transfigurado” de Becker e Egler (1993)	66
Figura 3. Cobertura e uso do solo e áreas de terras indígenas, quilombolas e de assentamentos – Brasil (2016).....	136

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Formação Bruta de Capital Fixo das regiões da América Latina e Caribe de 1978 à 2016 (milhões de US\$ de 2010).....	27
Gráfico 2. Índice anual de preços de <i>commodities</i> – US\$ de 2010	27
Gráfico 3. Formação Bruta de Capital Fixo das regiões da América Latina e Caribe de 1978 a 2016 (porcentagem do PIB)	28
Gráfico 4. Participação setorial no PIB – Brasil – 1990 a 2016	50
Gráfico 5. Investimento Externo Direto a preços correntes dos principais países da América Latina e Caribe - 1990 a 2016 – milhões de US\$ de 2015.....	52
Gráfico 6. Balança Comercial a preços correntes – América Latina e Caribe (US\$ Milhões).....	53
Gráfico 7. Balança de rendas a preços correntes – América Latina e Caribe (US\$ Milhões).....	54
Gráfico 8. Conta financeira a preços correntes – América Latina e Caribe (US\$ Milhões).....	55

Índice de Quadros

Quadro 1. Síntese do debate recente acerca do desenvolvimento rural no Brasil	81
Quadro 2. Principais produtos exportados segundo capítulo da NCM – RO, PA, TO, MA, PI, BA, MS, MT, GO - 2015.....	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 01 – O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E A ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS.....	24
1.1 Distintas manifestações do padrão exportador de especialização produtiva nas economias latino-americanas	24
1.2 Padrão exportador de especialização produtiva e a renda da terra	38
1.3 Reprodução do capital e espaço: a conformação do padrão exportador de especialização produtiva	48
1.4 Expansão da especialização produtiva sobre o território e nova regionalização no capitalismo brasileiro.....	59
CAPÍTULO 02 – A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO ESPAÇO: FRONTEIRA AGROMINERAL, QUESTÃO AGRÁRIA, URBANIZAÇÃO E INCORPORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	67
2.1 Fronteira agromineral em face da nova regionalização.....	67
2.2 A permanência da questão agrária.....	77
2.3 Urbanização: cidades intermediárias.....	90
2.4 A incorporação da força de trabalho.....	102
CAPÍTULO 03 – DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL À APROPRIAÇÃO DA RENDA FUNDIÁRIA NA FRONTEIRA AGROMINERAL BRASILEIRA	111
3.1 Renda fundiária: um expediente das formas de espoliação do capital ..	111
3.2 A apropriação da renda da terra: custos, mercados e preços	119
3.3 A nova agenda da apropriação de renda fundiária: o arrendamento e a compra de terras por estrangeiros	127
3.4 Crescimento da renda fundiária: da fronteira agromineral às implicações regionais	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS.....	145
APENDICE 1 – CONCEPÇÃO DE RENDA FUNDIÁRIA	152

INTRODUÇÃO

Nossa análise busca compreender os processos de expansão da fronteira agromineral brasileira a partir do *superciclo de commodities* nos anos 2000, por considerar que foi justamente a partir de então que se inicia uma maior consolidação dos determinantes do padrão exportador de especialização produtiva na região estudada, como se verá pela mudança na composição da pauta exportadora e do eixo logístico estruturado para exportar as mercadorias. Tal periodização, em alguns momentos, recorrerá ao período anterior aos anos 2000 para explicitar as principais alterações espaciais promovidas ao longo de todo o padrão de reprodução do capital na economia da América Latina.

Parte-se das questões gerais que envolvem a América do Sul no atual padrão de reprodução do capital para alcançarmos a região pesquisada. Por isso, nosso objetivo é *analisar a expansão da fronteira agromineral brasileira, com ênfase na apropriação fundiária e nos processos produtivos, tendo em conta o padrão de reprodução agroexportador, a fim de compreendê-la como a manifestação de processos de dependência econômica*. Tal objetivo nos leva a outros desdobramentos que pretendemos desenvolver nesta pesquisa. Para isso, levamos em conta o atual padrão de reprodução do capital e a expansão da produção de *commodities* na América Latina, como a contribuição teórica original da pesquisa. Vincular os movimentos gerais da acumulação de capital na América Latina com esta região brasileira por meio da análise da dinâmica produtiva da fronteira agromineral nos termos do padrão exportador de especialização produtiva é nosso objeto de estudo. Finalmente, a questão fundiária é também considerada na economia brasileira como nexos internos derivados do processo mais geral do padrão de reprodução, haja vista suas consequências para favorecer certo tipo de atividades econômicas, promover determinadas frações do capital e crescer heterogeneidades regionais.

Nossa pergunta pode ser formulada da seguinte maneira: em que medida a expansão da fronteira agromineral brasileira na fase do *superciclo de commodities* ajuda a especificar um padrão de reprodução do capital de especialização produtiva? Até que ponto a forma como se dá a apropriação fundiária da região nesse período se insere neste movimento mais geral de acumulação de capital e quais rebatimentos espaciais gera internamente? Cabe entender, portanto, estes novos processos da

dinâmica da acumulação de capital na fronteira agromineral por meio de suas manifestações amplas, problematizando o sentido único e estrito atribuído ao desenvolvimento capitalista da região.

Nossa hipótese é que os atuais processos de expansão da fronteira agromineral no Brasil são expressões de formas mais voláteis de desenvolvimento capitalista nas regiões periféricas. De modo complementar, consideramos que, neste ínterim, a renda fundiária e as formas concretas de sua manifestação – por meio da apropriação fundiária e do preço da terra – emergem e são dinamizadas pela expansão desta fronteira na fase recente, caracterizando o padrão exportador de especialização produtiva na região.

No caso desta tese, as categorias principais de mediação serão as hierarquias urbano-regionais, que definem a formação de metrópoles e de cidades satélites em termos de controle produtivo e mercantil; e a apropriação fundiária, como expressão da distribuição do excedente entre os capitais que participam dos ciclos de reprodução nestas economias.

O recorte analítico-espacial será o movimento de expansão da fronteira agromineral, a partir de sua chegada em regiões dos cerrados do Norte e do Nordeste e da floresta amazônica. A análise de algumas cidades específicas da atual região de fronteira também integrará este recorte espacial. Assim, trataremos nossa espacialização como fenômeno histórico determinado, sobretudo os fenômenos econômicos de hierarquização dos espaços de acumulação. Primeiro, tratamos de distintos níveis de mediação, em que a dinâmica específica da fronteira será confrontada com seu determinante mais geral: o superciclo de commodities. A partir daí, passamos a discutir as condições objetivas que propiciam o nível de desenvolvimento das forças produtivas e de relações de produção neste espaço de acumulação.

Em segundo lugar, evidenciamos heterogeneidades e diversidades econômico-espaciais gestadas no avanço da fronteira. A definição da espacialização considera aspectos amplos de uso e ocupação produtiva no espaço de fronteira, bem como a variedade de níveis de inserção que a acumulação capitalista molda na região ao afirmar-se. Daremos ênfase à região de expansão recente: Cerrados Nordestinos e Amazônia Meridional como síntese teórico-analítica de formas anteriores e atuais

da fronteira agromineral. Observa-se que o padrão exportador de especialização produtiva aciona, mesmo que de modo distinto, outras regiões do país, inclusive São Paulo, centro do capitalismo nacional desde o padrão anterior. Entretanto, o foco dado àquela espacialização pretende dimensionar os efeitos mais candentes relativos ao *superciclo de commodities* na expansão produtiva sobre o território brasileiro. Demonstrando-se, por meio de dados estatísticos, que este recorte espacial compõe uma nova dinâmica de formação regional no Brasil, devido aos rebatimentos espaciais internos que promove.

Esta tese não se propõe a entregar uma fotografia da nova regionalização do Brasil, definida em função da reestruturação produtiva recente. Muito menos se propõe a apresentar uma definição espacial do atual estágio da fronteira agromineral. Estes tipos de objetivos são alheios à metodologia de análise socioespacial deste estudo. Porém, é possível verificar na figura abaixo a composição do que aqui será evidenciado como expansão produtiva sobre o território nas três últimas décadas. Percebe-se que há um direcionamento desta expansão para regiões de pouco adensamento demográfico em relação aos centros metropolitanos desenvolvidos no padrão anterior. Percebe-se também que há uma diversidade de uso dos solos para capitalização, dentro de um conjunto produtivo agropecuário-mineral.

Figura 1. Cobertura e uso do Solo – Brasil (2016)¹



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Cobertura e uso do solo. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/cobertura-e-uso-da-terra/15831-cobertura-e-uso-da-terra-do-brasil.html?=&t=cobertura-e-uso-da-terra>>. Acesso em JUL/2019; Environmental Systems Research Institute (ESRI) – Ocean Basemap. Disponível em <[http://server.arcgisonline.com/arcgis/rest/services/Ocean_Basemap/MapServer?f=json&pretty=true",](http://server.arcgisonline.com/arcgis/rest/services/Ocean_Basemap/MapServer?f=json&pretty=true)"raster">. Acesso em: JUL/2019.

A partir destas considerações mais gerais sobre a forma da análise e a espacialidade considerada, a pesquisa utilizar-se-á de dados secundários e pesquisa

¹ Na legenda as descrições “Mosaico de ocupações em área florestal” e “Mosaico de ocupações em Área Campestre” referem-se ao conjunto de solos em que há dificuldades de se determinar se há vegetação originária e campestre ou utilização dos solos da Amazônia e dos cerrados para fins agropastoris ou ,ainda, se há a sobreposição das duas condições.

de campo de alguns casos relevantes para desenvolver suas principais questões e chegar a conclusões. Serão utilizados dados secundários do IBGE, principalmente dos censos demográfico e agropecuário. Também será necessário analisar a dinâmica do mercado de trabalho formal do país por meio do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a fim de entender a dinâmica populacional da região estudada. Para questões referentes à apropriação fundiária, utilizaremos dados sobre preço de terra da Consultoria FNP e de preço custo de produção de entidades e associações patronais ligadas à produção agropecuária. Para análises do comércio mundial e de seu rebatimento na América Latina, utilizaremos dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e das estatísticas do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A unidade desenvolvida entre padrão de reprodução do capital e as formas recentes de avanço da fronteira agromineral demandarão um esforço de mediação na forma de exposição da tese. Com essa discussão, pretende-se avançar, seja por meio dos dados discutidos nos capítulos, das experiências de campo acumuladas ao longo do doutorado e da bibliografia citada, nos estudos mais sistemáticos sobre o padrão de reprodução do capital na América Latina. Iniciaremos com as questões mais recentes relativas às manifestações desse padrão de reprodução do capital no continente, depois passaremos para o caso específico do Brasil e da fronteira agromineral.

A principal contribuição desta tese é fornecer argumentos teórico-analíticos consistentes aos estudos sobre a “nova formação regional brasileira”, dependente de outros vínculos externos e de outras hierarquias intra e inter-regionais. Consideramos, portanto, imprescindível discutir a conformação subdesenvolvida e dependente da economia brasileira no período recente.

A organização da tese obedece aos níveis de mediação espaciais e histórico. No primeiro caso consideramos os aspectos gerais da reprodução capitalista na América Latina até alcançarmos a dinâmica da fronteira agromineral. No segundo caso foi estabelecida periodização proposta na apresentação das categorias trabalhadas. Portanto, no capítulo primeiro analisaremos a relação entre o padrão

latino-americano de reprodução do capital exportador de especialização produtiva, atualmente conformador da acumulação de capital nesta região, com os processos de expansão com base na terra.

No capítulo segundo discutiremos a fronteira agromineral propriamente. Pretende-se analisar seus aspectos mais latentes a partir da expansão produtiva e de suas modificações recentes no espaço. Por isso, os temas aqui levantados foram a questão agrária, urbanização e incorporação da força de trabalho. São elementos que trazem os determinantes gerais da reprodução do capital no espaço e que permitirão dialogar com outros autores sobre o estágio atual do rural “moderno” no país, e que também ajudarão desenvolver de maneira mais rigorosa o capítulo terceiro.

No último capítulo apresentaremos nossas teses acerca da incorporação de terras na fronteira agromineral e seu sentido geral no atual padrão de reprodução do capital da América Latina. Buscaremos relacionar as questões desenvolvidas nos capítulos anteriores com o conceito de renda da terra para retornarmos o debate que vincula a expansão da produção agromineral sobre o território nacional com os níveis de mediação do capítulo primeiro. Após todas estas discussões apresentaremos nossas considerações finais.

CAPÍTULO 01 – O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL² E A ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS

O objetivo deste capítulo é situar nossa discussão nos termos gerais de desenvolvimento recente do capitalismo na América Latina. Por isso, além de algumas evidências, discutiremos o atual padrão de reprodução do capital neste continente como decorrência da especialização produtiva. Discutiremos também a dinâmica deste padrão de reprodução do capital a partir da mediação com a renda da terra nas economias dependentes. Como pressuposto histórico, partimos do fim do período da industrialização das principais economias da região e avançamos sobre os determinantes do estágio atual da produção capitalista no Brasil.

Será possível observar que a construção analítica deste capítulo em momento algum desvincula os processos internos de gestação do padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva no Brasil de seus componentes historicamente estruturados para toda a América Latina.

1.1 Distintas manifestações do padrão exportador de especialização produtiva nas economias latino-americanas

Assistimos desde os anos de 1980 a outra fase de integração das economias no capitalismo monopolista. Após os períodos de conformação da nova hegemonia estadunidense no entreguerras e da reconstrução sob contexto de Guerra Fria, a concorrência intercapitalista volta-se novamente para a estratégia liberal nas zonas alinhadas com o bloco hegemônico e de guerras econômicas nas zonas não-alinhadas. O período conhecido como fase de planejamento capitalista na verdade objetivou em sua expansão a competição entre os blocos capitalistas e socialistas. O fim desta conjuntura também encerra as normativas definidas pelos acordos de Bretton Woods. A liberalização dos mercados substitui a crise de acumulação do fim da fase de reconstrução do pós II Guerra (MAZZUCCELLI, 2009).

Ocorre, portanto, certa cristalização da hierarquia econômica mundial caracterizada pela menor margem de expansão autônoma das forças produtivas

² Todas as considerações acerca do conceito de padrão de reprodução do capital são baseadas, primordialmente em Osório (2012a; 2012b; 2014) e Trindade e Oliveira (2017).

dentro das nações. Tal situação resulta dos vários ajustamentos geopolíticos promovidos ao longo do século XX por meio de expansão comercial, guerras imperialistas e estruturação dos mundos capitalista e socialista durante a Guerra Fria. O capitalismo, reestruturado no pós-Guerra por essenciais investimentos do bloco hegemônico garantiu a reconstrução da Europa e a industrialização a convite de algumas economias asiáticas, num esforço frente a crescente influência soviética na região. Agora é patente que, com o fim da União Soviética nos anos de 1990, não há mais espaços para concessões geopolíticas e a acumulação de capital alcança com mais liberdade – salvo algumas exceções, inclusive o desenvolvimento nacional da China – grande parte do globo terrestre.

Isso nos remete às sequentes crises de realização do capital nos anos de 1970, quando o dólar foi desvinculado de seu lastro em reservas de ouro e os EUA e garantiu a gestação de um ambiente ao mesmo tempo mais livre para a expansão capitalista no mundo também mais volátil, em que foi considerável a expansão dos fluxos de capitais pelo mundo³.

Na América Latina, houve reestruturação produtiva, derivada da abertura comercial, em estreito atendimento a esta nova ordem mundial. A partir dos anos de 1980 as principais economias latino-americanas, saídas de processos ditatoriais alinhados com os interesses da hegemonia capitalista, abandonam o autoritarismo reacionário desenvolvido durante a Guerra Fria para abraçar princípios liberais democráticos que resultam dos novos processos de integração da região no mercado mundial. O planejamento da acumulação de capital nestas economias entra em crise devido à fuga de divisas promovidas por movimentações nas taxas de juros dos EUA. Cria-se um ambiente de insolvência nos balanços de pagamentos destes países com esta ação unilateral da economia hegemônica. É a base objetiva para a introdução do receituário ideológico conhecido como neoliberalismo na região, incentivado por organismos multilaterais, principalmente o Fundo Monetário Internacional.

Com a crise da dívida alimentando processos inflacionários resultantes da falta de reservas de valor em divisas, as economias latino-americanas se veem obrigadas a aceitarem uma série de acordos de financiamento de suas dívidas em

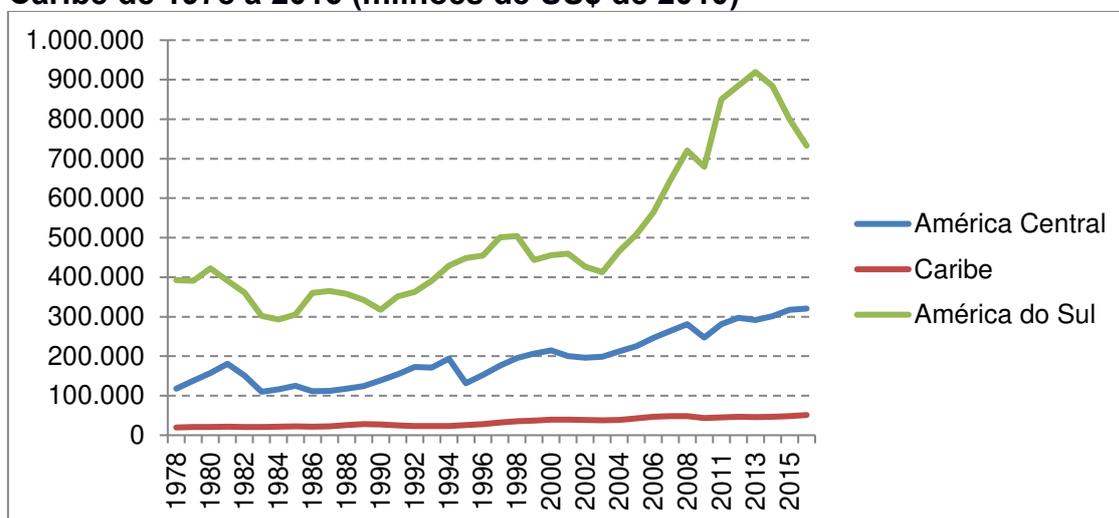
³ Para considerações mais detalhadas e rigorosas sobre a crise de realização da década de 1970 e as subsequentes alterações no capitalismo mundial e, particularmente, latino-americano ver Prado (2017a; 2017b) e Carcanholo (2017).

dólar com contrapartidas que levam à redução substancial do grau de autonomia de suas políticas econômicas. O Consenso de Washington, série de proposições liberais para as políticas econômicas dos países, sintetiza bem o caminho que fora trilhado para eliminar os processos inflacionários no início dos anos de 1990. Os acordos da rodada do Uruguai, que criam a Organização Mundial do Comércio, serviram para consolidar o novo padrão da acumulação capitalista pelos Estados nacionais, em que fica praticamente vetada a realização de políticas alfandegárias.

É neste cenário que surgem as privatizações, as políticas de atração de divisas via juros elevados e câmbio valorizado e também reformas laborais e sociais que permitiram a recuperação das taxas de lucro – rentabilidade, no sentido contábil, em contraposição à margem de lucro – geradas nestas economias. Não há mais, a partir de então, condições de manter a reprodução do capital via consolidação de setores industriais em alguns países periféricos como no período anterior. A dinâmica da acumulação de capital volta-se para cadeias de exportação de alimentos e matérias-primas – além das *maquilas* em algumas regiões específicas – das economias da região e os territórios passam a ser acionados de maneira distinta ao que se verificou anteriormente. Ao longo de toda a década de 1990 aprofunda-se o aspecto primário-exportador dessas economias agora com outras expressões sob o ordenamento territorial.

Em toda a fase atual de reprodução do capital percebe-se que o nível de investimento das economias latino-americanas mantém um patamar baixo de crescimento. Tal condição pode ser atestada com as tabelas abaixo, em que se apresenta os valores em dólares do montante de formação bruta de capital fixo (FBCF) e seu peso no PIB da região. Na tabela 02 temos que, após a fase de crise de acumulação a partir da década de 1980, a FBCF da região permanece em patamares próximos de 20% do PIB regional, e em poucos momentos se alcança uma porcentagem maior.

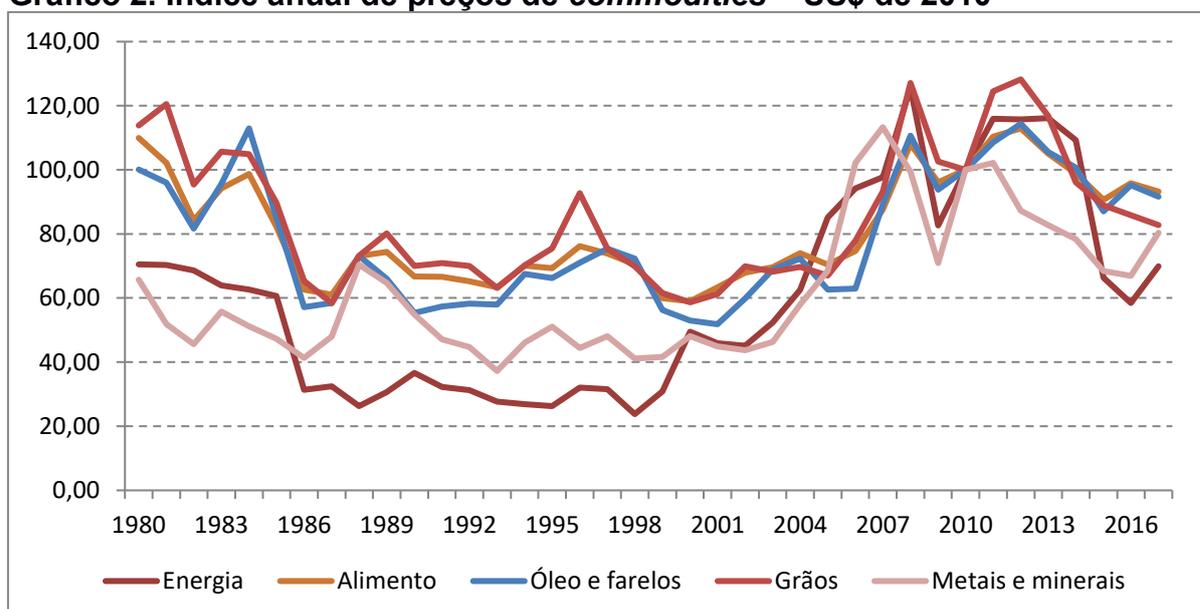
Gráfico 1. Formação Bruta de Capital Fixo das regiões da América Latina e Caribe de 1978 à 2016 (milhões de US\$ de 2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. (*) América Latina e Caribe.

O gráfico 01 mostra os diferenciais de montante de FBCF nas três áreas da América Latina. Percebe-se que as ilhas do Caribe têm pouca participação no total. Enquanto que os países da América do Sul compõem a maior parte da FBCF e, ainda, foi onde se verificou o maior crescimento na fase de aumento dos preços das *commodities*. Obviamente que o peso da *maquila* mexicana se sobrepõe aos demais países da América Central. Entretanto, como trata-se de um setor mais vinculado à economia dos EUA, observa-se uma variação menor na *maquila* mexicana nesta fase.

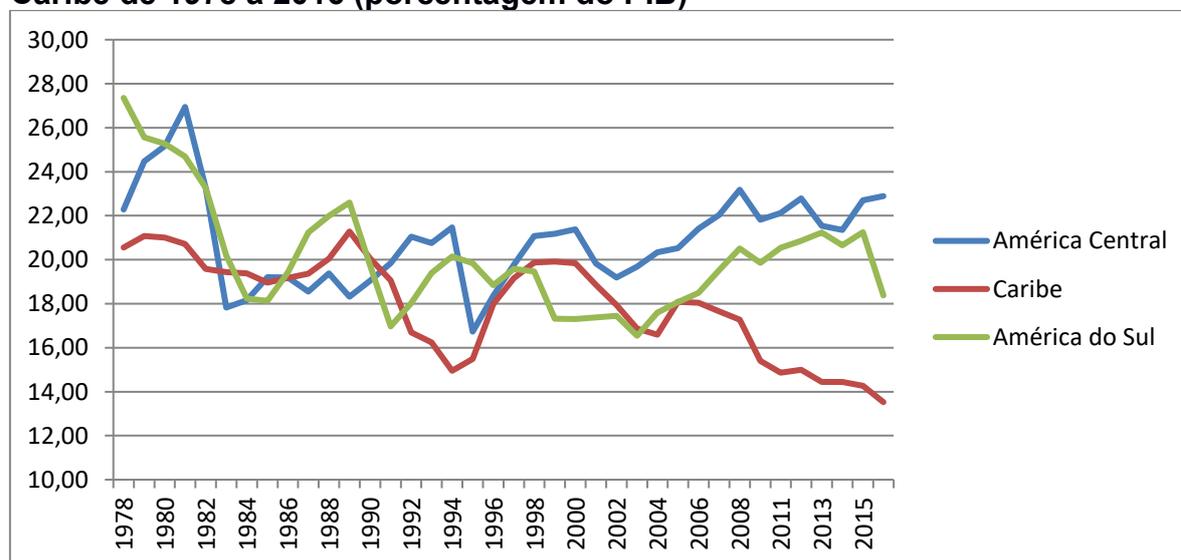
Gráfico 2. Índice anual de preços de *commodities* – US\$ de 2010



Fonte: World Bank Commodity Price Data. World Bank. Elaboração própria.

A FBCF nos mostra o ciclo de investimento e reposição de máquinas e equipamentos. É a conta macroeconômica que especifica a disposição dos capitalistas em reinvestir parte do excedente acumulado. Quando há crise de realização no capitalismo, primeiro cai o montante de excedente gerado e depois, como consequência da redução do lucro e da disposição em reinvestir este lucro, caem os investimentos. Nos gráficos 01 e 02 percebemos a seguinte trajetória da FBCF desde o final do anos de 1970: alta participação da FBCF no final dos anos de 1970; crise da dívida dos anos de 1980 provocada pelos choques do petróleo e pela alta da taxa de juros dos EUA; instabilidade ao longo dos anos de 1990 devido a processos de privatização e crises de grandes países da região ao longo dos anos; retomada ao longo dos anos 2000 devido ao efeito-China; e estagnação a partir da crise de 2008, com queda abrupta na América do Sul após 2015. Certamente, no ano de 2015, a crise política do Brasil foi o principal fator explicativo desta queda.

Gráfico 3. Formação Bruta de Capital Fixo das regiões da América Latina e Caribe de 1978 a 2016 (porcentagem do PIB)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

Segundo Osório (2012a; 2012b; 2014) assistimos neste momento à superação de um padrão de reprodução do capital baseado no processo de industrialização de algumas economias dependentes pelo padrão exportador de especialização produtiva. Padrão este que herda configurações regionais e urbanas baseadas na concentração industrial em determinados polos irradiadores, como é o

caso de São Paulo para o Brasil, mas que se determina da expansão produtiva sobre o território por meio de uma lógica de espacialização nos espaços locais e regionais de acumulação. Nesse caso, ainda segundo o autor, a proposição do conceito de padrão de reprodução do capital tem por objetivo diferenciar determinadas regiões no capitalismo global em que, historicamente, se estabelecem condições específicas de reprodução e acumulação de capital. Por isso, quando nos referimos a padrão primário-exportador, industrializante e exportador de especialização produtiva, a base geográfica é a América Latina, com seu passado colonial e seu presente de economias dependentes.

É preciso distinguir esta fase atual do período efetivamente primário-exportador anterior ao processo de industrialização da região e resultante da fase prolongada de consolidação da independência política destas economias entre o século XIX e início do século XX. Naquele momento há um processo longo de superação da fase colonial, em que as alterações nas relações de produção, controle sobre a terra e a formação de centros internos de controle da acumulação são as formas principais de expansão capitalista. No caso do período subsequente às crises dos anos de 1980, a ordem interna já havia consolidado estes centros internos e o assalariamento urbano estava generalizado por meio de processos precários de incorporação da força de trabalho rural condicionada pela superpopulação relativa considerável destas economias. Mas a universalização do assalariamento, como assevera Kowarick (1977), não ocorre como nos processos clássico e atrasados de industrialização.

Se há, por um lado, a reestruturação dos processos de acumulação no sentido de tornar estas economias mais liberais, primordialmente por suas inserções no comércio internacional, entretanto, a própria dinâmica da luta de classes, historicamente centralizada na luta pelo poder político dos Estados nacionais na América Latina, dado o caráter central que a ingerência imperialista opera sobre estas economias, permite ganhos táticos e estratégicos pelas classes populares e nacionalistas via tomada do poder central. É assim que são alçados em vários países, principalmente no início dos anos 2000, líderes populares na gestão dos Estados nacionais. Novamente, será a dinâmica do capitalismo internacional que garantirá a

efetividade das táticas em torno da capacidade do Estado nacional em avançar nas instituições capazes de dar maiores graus de autonomia para suas economias.

Como aspecto geral desta dinâmica, temos o crescimento da demanda internacional de alimentos e matérias-primas produzidas na América Latina, gerando um aumento de seus preços de mercado. Internamente este crescimento da demanda internacional permite o atendimento dos interesses das classes subordinadas ao mesmo tempo em que garante o crescimento da geração de excedentes para as classes dominantes, num raro processo de metamorfose da dinâmica interna de acumulação de capital antes urbano-industrial e agora, cada vez mais, derivada da produção do campo e da extração mineral; ao mesmo tempo em que se ampliou a incorporação de força de trabalho com crescimento da massa salarial. O crescimento destas economias, baseado no setor exportador, garantiu a relativa estabilidade política do período, conhecida por seu caráter conciliador de classes.

Delgado (2010) nos mostra como, desde os anos de 1990, a composição da pauta exportadora no Brasil se modifica, mostrando um crescimento contínuo da participação de bens básicos. Segundo o autor (pp. 3-4):

O sucesso aparente da solução exportadora significará na primeira década do século XXI uma quadruplicação do seu valor em dólares – o valor médio anual das exportações de 50,0 bilhões de dólares no período 1995/99 cresce para cerca de 200,0 bilhões no final da década de 2000; mas o grande campeão dessa evolução é a categoria dos produtos básicos, que pula de 25% da pauta para 45% em 2010. Se somarmos aos produtos básicos os “semimanufaturados”, que na verdade correspondem a uma pauta exportadora das cadeias agroindustriais e minerais, veremos que esse conjunto de exportações primárias – “básicos” + “semielaboradas” evoluirá de 44% no período 1995/99 para 54,3% no triênio 2008/2010, enquanto que de forma recíproca as exportações de manufaturados envolverão em termos proporcionais no mesmo período, caindo de 56% para 43,4% da pauta.

Para o conjunto da América Latina não é diferente. Nos últimos anos hegemoniza a participação de bens básicos, semimanufaturas e de alguns bens industrializados – geralmente produzidos a partir das maquiladoras – na composição dos principais produtos exportados pelo continente, como podemos observar na tabela abaixo. Percebamos que boa parte da redução da participação do Petróleo ao longo dos anos se deve à redução de seu preço e não da quantidade exportada, principalmente a partir de 2013.

Tabela 1. Participação dos principais produtos exportados da América Latina e Caribe

Principais produtos exportados pela América Latina e Caribe - participação percentual no PIB							
Produtos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Petróleos brutos	14,4	16,2	16,8	16,4	9,8	6	4,9
Veículos a motor para passageiros	3,7	3,5	3,5	4	4	4,6	4,7
Outras partes para veículos automóveis	2,2	2,2	2,3	2,4	2,8	3,4	3,6
Caminhões e vans	1,8	1,8	2	2,3	2,8	3,2	3,5
Concentrados minerais e de cobre	2,7	2,5	2,7	2,7	2,9	2,8	3,1
Soja	2,1	2,3	2,2	2,9	3,2	3,3	3,1
Máquinas estatísticas	1,6	1,6	1,8	1,7	2,2	2,2	2,6
Bolos e farinhas de sementes oleaginosas	1,8	2,1	2	2,1
Cobre refinado	3,2	2,9	2,3	2,1	2,2	2	1,9
Minério de ferro e concentrados	3,7	4,3	3,1	3,3	2,8	...	1,8
Receptores de televisão	2,4	1,8	1,7	2	...
Total dos principais produtos	37,8	39,1	38,4	39,6	34,8	31,5	31,3
Todos os produtos (milhões US\$)	857.533,8	1.056.765,8	1.072.143,8	1.071.733,5	975.825,5	848.600,1	815.544,8

Fonte: Banco de dados da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

Aquilo que conhecemos como fase neo-desenvolvimentista nada mais representou que um curto período em que foi possível ampliar o montante de excedente gerado na América Latina, principalmente devido ao aumento da demanda da China por estes produtos, com crescimento da massa salarial sem, contudo, alterar substancialmente as instituições econômicas neoliberais. Em termos de padrão de reprodução do capital, podemos estabelecer este período dos anos 2000 como seu auge, quando consideramos o sucesso dos processos de estabilidade social e estabilidade dos resultados das políticas econômicas mantendo seu viés liberal. Esta é a receita básica do neoliberalismo (Carcanholo, 2017).

Gudynas (2012) chama de *fase neoextrativista*, caracterizada por políticas macroeconômicas liberais e políticas sociais compensatórias. Os ganhos sociais deste período são modestos para a classe trabalhadora, a ponto de, a partir da crise mundial de 2008, serem revertidos e, ainda, aprofundar contrarreformas que possibilitaram um ambiente mais atrativo de geração de excedente. São ainda mais modestos se considerarmos o favorecimento do conflito distributivo para classes comerciantes e rentistas urbanas, o aumento da jornada de trabalho e da rotatividade, dentre outras condições que caracterizam o aumento dos bens de consumo dos trabalhadores e sua precarização (LUCÉ, 2013; ARUTO e GOMES JR., 2016).

Gudynas (2012) sintetiza os aportes teórico-analíticos sobre a fase *neoextrativista* das economias latino-americanas como uma fase de maior controle do Estado nacional progressista sobre o excedente gerado pela exportação de matérias-primas e alimento. Para o autor, a luta contra a extração mineral e o latifúndio exportador é marginalizada e dá espaço para a luta pela distribuição da renda mineral e agrícola. É importante tal periodização, mesmo que calcada apenas nas políticas de Estado, para mostrar que até governos progressistas se mostram incapazes de superarem a lógica de produção ligada à terra e voltada quase que exclusivamente ao mercado externo. É como se os caminhos possíveis, nos termos da acumulação de capital, já fossem pré-estabelecidos pelos controles econômicos e geopolíticos externos a nossos países.

Delgado (2012) confere, por meio de estatísticas de comércio exterior e de balanço de pagamentos para o Brasil, esta diferença de inserção de nossa economia no interior do padrão atual de reprodução do capital. Segundo o autor, após a crise de 1998, alteram-se os termos de inserção de nossa economia devido a fugas constates de capitais. As saídas verificadas pela Conta Serviços do Balanço de Pagamentos

tiveram de ser supridas por superávits comerciais. Ou seja, abandona-se a fórmula fracassada de atração de financiamentos externos como único mecanismo de estabilidade das contas externas. O autor cita cinco eixos de retomada das políticas setoriais e econômicas para o agronegócio: i) Investimentos em infraestrutura via Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs); ii) Maior direcionamento da Embrapa para a produção do agronegócio; iii) Regulação frouxa do mercado de terras; iv) fim da sobrevalorização do real; e v) ampliação do crédito rural via Plano Safra.

Porém, como o próprio autor afirma, estas condições não são suficientes para superarem os desequilíbrios externos estruturais de nossa economia. Mesmo com a ascensão dos preços das *commodities*, é patente o desajuste das contas externas pelo fato de que não há superação dos déficits de serviços da Conta-Corrente senão num período curto de realinhamento conjuntural dos termos de intercâmbio causado pelo forte crescimento da demanda chinesa por matérias-primas e alimentos. Segundo o autor (p. 4):

Mas o sucesso mais imediato da opção primário-exportadora caberá ao governo Lula no período 2003/2007, quando vigorosos saldos comerciais, oriundos dessas exportações, superaram o déficit de serviços da "Conta-Corrente", tornando-a superavitária. A partir de 2008, contudo, recrudescerá o déficit na Conta-Corrente, tornando frágil o argumento da via primária como solução estrutural para o desequilíbrio externo.

A fase atual de reajuste das políticas neoliberais na América Latina possibilitará a retomada a expansão capitalista na região num momento de indefinição sobre os preços das *commodities* no mercado internacional. Com a redução dos preços após 2013 não há, num cenário próximo, outra forma de ampliação das margens de excedente na região senão por meio da expansão produtiva também viabilizada por outros expedientes de intensificação da exploração da força de trabalho. Eis o aspecto principal da nova fase de expansão do atual padrão de reprodução do capital.

Se já existe, desde os anos de 1980, na América Latina, um sentido geral de crise do padrão urbano-industrial de acumulação em suas principais economias, a partir desta nova crise da acumulação de capital de 2008, as novas dinâmicas de ocupação territorial sob a égide do padrão exportador de especialização produtiva tomam novo impulso. A volatilidade do mercado mundial amplia a busca pela expansão produtiva em territórios anteriormente pouco incorporados e de novas

fontes de recursos exportáveis. Por outro lado, os novos expedientes institucionais de incorporação da força de trabalho nas economias da região também indicarão um processo de maior intensificação da superexploração da força de trabalho.

No caso da expansão produtiva, caracteriza-se a realização de novos investimentos em áreas antes parcialmente incorporadas aos processos nacionais de acumulação de capital, inclusive com a absorção de investimentos diretos e indiretos de capitais chineses nestas regiões. Temos a formação, por exemplo, de novos eixos comerciais, como é o caso a ferrovia Transoceânica, direcionada via investimento chinês. E a expansão da dominação de outras regiões por meio de indústrias maquiladoras, vinculadas a cadeias produtivas de empresas transnacionais, como as indústrias da fronteira mexicana com os Estados Unidos; e o desenvolvimento de zonas de produção secundárias diretamente ligadas a eixos exportadores para outras regiões, vide o surto de diversificação industrial em Santa Catarina. Ou seja, não há qualquer evidência de retorno ao padrão anterior de acumulação baseado na expansão da acumulação urbano-industrial, tendo a metrópole como eixo irradiador dos processos regionais.

Ainda sobre a expansão produtiva, também se tem novas ocupações e buscas por fontes de exportação de matérias-primas e alimentos, como o aumento da produção de petróleo em regiões periféricas da Colômbia, ou a expansão territorial da produção de soja no Paraguai pelos latifundiários da fronteira com o Brasil. Os *brasiguaios*, gentílico para estes latifundiários, incorporam não só novas terras no país guarani, como também ascendem politicamente por meio da restauração conservadora após o golpe contra o presidente Fernando Lugo. Outro exemplo de expansão de novas frentes de produção é a incorporação de novas terras nas zonas de transição dos cerrados centrais do Brasil com a floresta amazônica e a Caatinga que veremos mais especificamente nos tópicos e capítulos seguintes.

No caso da incorporação de massas de assalariados mais precarizados pelas novas legislações laborais e sociais, já se percebe uma série de mudanças na legislação das relações trabalhistas e cortes em programas sociais de assistência. Em economias inseridas no mercado mundial de forma subordinada e que, conseqüentemente, jamais resolveram estruturalmente seus mecanismos internos de perpetuação do subdesenvolvimento, já é perceptível a instabilidade social que esta nova institucionalidade gera, com aumento da violência urbana e rural, regressão de contingentes populacionais a níveis elevados de pobreza e miséria, aumentos das

taxas de desemprego e aumento das respostas insurrecionais em várias unidades federativas, sub-regionais e países.

Como característica geral do aprofundamento do atual padrão de reprodução do capital na América Latina, a dinâmica de antigos e novos territórios de acumulação se une agora sob um mesmo sentido de expansão da produção exportadora e de grandes eixos logísticos para permitir a ampliação desta exportação, enquanto que o Estado garante a reprodução do capital por meio da articulação de investimentos produtivos e financiamentos junto aos capitais privados e também por meio do controle social mais violento. Já temos exemplos disto no México dominado pelo tráfico, na Colômbia dominada por paramilitares e também com a recente intervenção militar no estado do Rio de Janeiro no Brasil pós-golpe de 2016.

Percebe-se que a feição geral que um padrão de reprodução do capital necessariamente passa por um tipo de acionamento de um território específico. Como não há reprodução da produção capitalista sem sua consequente reprodução no espaço, as mudanças desta representam o aprofundamento das heterogeneidades estruturais. A América Latina historicamente se insere no mercado mundial de forma subordinada⁴, mas este sentido comum de inserção, de formação socioespacial⁵ e de reprodução interna da reprodução do capital também articula processos distintos nos subespaços de acumulação. Da mesma forma que o padrão exportador de especialização produtiva dá a mesma forma da reprodução capitalista em toda a América Latina, este também se insere de maneiras distintas nos países e no interior destes mesmos países.

Basicamente, o padrão atual de reprodução do capital pressupõe elevada incorporação de tecnologias dos oligopólios internacionais, produzidas tanto internamente quanto importadas, que torna as formas de transferência de valor mais diversificadas. Isso quer dizer que muitas vezes os mecanismos de transferência de

⁴ Nossa certeza já fora atestada nos seminários trabalhos desenvolvidos na região em torno de nossos problemas de inserção no mercado mundial. Temos uma série de autores e correntes de pensamento nas ciências sociais que se debruçaram sobre o problema da dependência. Desde a fase de industrialização latino-americana, vários grupos de pensadores/as desenvolveram pesquisas no sentido de entender os problemas da região quando a seu caráter subdesenvolvido e dependente. Inicialmente podemos falar dos trabalhos de Prebisch e Cabañas (1949) e Furtado (2007) no âmbito da Cepal; o início da discussão marxista em torno da dependência por meio de Gunder Frank (1969) e depois por meios dos Teóricos Marxistas da Dependência – ver Banbirra (2012), Marini (1991) e Santos (1975); além dos trabalhos desenvolvidos sob a égide do ecletismo uspiano – ver Cardoso e Faletto (2004), Oliveira (1981a) e Mello (1975).

⁵ Para mais considerações sobre a formação socioespacial dependente e suas formas diversas de ocupação do território na América Latina ver Aruto (2015).

valor se consolidam dentro da própria economia nacional, e não meramente por meio do intercâmbio de bens. Além disso, em que pese alguma consideração sobre o retorno das ideias de vantagens comparativas e absolutas como mecanismo de concorrência nos mercados mundiais, são força de trabalho e terra que se constituem ainda hoje como elementos centrais que dão forma e característica especiais à concorrência.

Ainda que se desenvolvam em alguns espaços de acumulação latino-americanos a forma de produção de indústria de bens de consumo durável e de produção, vai ser a produção diretamente vinculada à terra que dinamizará nossa economia no padrão de reprodução do capital atual.

A terra capitalizada – elemento base da transformação da natureza pelo homem – para a reprodução do capital na América Latina assume, portanto, vários tipos de produção, mas serve de modo geral para a realização de mercadorias nos mercados mundiais, especificamente para redução do custo de reprodução da força de trabalho em outras economias e como fonte de matérias-primas para o avanço de indústrias mais avançadas das economias centrais. Neste caso, não se trata somente de uma dinâmica generalizada de acumulação primitiva permanente no território nacional, como afirma Brandão (2010), a partir de uma leitura de Harvey (2004). Nossa produção está inserida em processos mais gerais de reprodução ampliada do capital, tendo em conta que a segunda fase de circulação do ciclo de reprodução do capital mercantil necessariamente ocorre fora dessas economias. Obviamente, a permanência de expedientes extra-econômicos de incorporação da força de trabalho, do capital adiantado e da terra ainda persiste em todo o mundo, e mais ainda nas economias dependentes. Muitas vezes, a expansão da economia moderna, com formas de expansão das forças produtivas ditas atrasadas, nos faz supor que elas ocorrem por motivos de desvio moral de nossas elites e não pela própria dinâmica específica de inserção de nossas economias.

A reprodução do capital ancorada diretamente à terra na América Latina volta a ser o cerne da dinâmica do padrão agroexportador de especialização produtiva, contribuindo para a reestruturação de um capitalismo de dominação metropolitana interna nestas economias, sem resolver os problemas subjacentes ao período anterior de acumulação. Ou seja, afirma-se a centralidade da questão metropolitana utilizando-se de todos os expedientes extensivos de apropriação, valorização e especulação da terra urbana com superexploração da força de trabalho.

A concentração populacional promovida no período urbano-industrial ainda persiste, e junto com ela todas as suas consequências sociais mais preocupantes. Nesse particular, o tipo de incorporação da força de trabalho do campo com o desenvolvimento das indústrias nos principais centros urbanos latino-americanos, além de não ter ocorrido nos mesmos moldes em que ocorreu nas economias industrializadas, foi condicionado a processos de informalização ampla, precarização intensa e desemprego massivo.

O fato é que houve um uso generalizado da força de trabalho alheio aos processos mais dinâmicos de acumulação, mas, ainda assim, capaz de incorporar a força de trabalho em atividades satélites vinculadas a esses processos. Nesse sentido foi que Kowarick (1977) caracterizou os processos de urbanização das economias dependentes, ou seja, como manifestações distintas da incorporação de força de trabalho feita pela indústria nascente e madura na Europa e EUA. Para o autor, a forma de desenvolvimento das forças produtivas nas economias latino-americanas na fase urbano-industrial não garantiu a generalização da lógica de assalariamento da população disponível como força de trabalho. Uma força de trabalho “marginalizada” lastreou outros processos de determinação do salário médio nos centros urbanos destas economias, para além da configuração de um exército industrial de reserva diretamente vinculado aos setores mais dinâmicos e a despeito da existência de um importante exército ativo.

Entretanto, um componente contraditório essencial deste novo padrão de reprodução do capital é que, após a estruturação de economias urbanas na América Latina, ele reforçou uma dinâmica de acumulação vinculada à valorização espacial – seja a extração mineral, seja a produção agropecuária – em que o uso da força de trabalho é de baixa intensidade. Boa parte da força de trabalho está assentada em trabalhos urbanos improdutivos, em subempregos ou permanecem como superpopulação relativa. Esta é a contradição central para a permanência do caráter dependente dessas economias. Lessa e Dain (1982) definem a articulação da acumulação no Brasil com as frações internas de capital por meio de órbitas não-industriais do processo de acumulação. Mas, além disso, as próprias órbitas industriais também passam a caracterizar a dinâmica principal da acumulação de capital no Brasil. Não podemos separá-las sob o risco de perdermos a dimensão de totalidade que encerram.

Consideramos que a fase atual deste padrão de reprodução do capital alcançou sua forma mais avançada de desenvolvimento das economias latino-americanas. Por mais que tenhamos resquícios do padrão anterior sobre o ordenamento econômico e espacial, já é evidente que não há possibilidade de retorno aos processos pregressos de acumulação baseados na hierarquização dos espaços regionais de acumulação por meio da centralidade da produção urbana-industrial nas metrópoles. Como dito anteriormente, a dinâmica central destas economias, com ênfase nos países que alcançaram níveis relevantes de diversificação industrial no padrão anterior, tem como centro dinâmico – em termos espaciais – a vinculação com cadeias produtivas de *commodities*.

Só conseguimos entender o atual padrão de reprodução do capital a partir das condições de reprodução ainda presentes do padrão anterior. O ponto de partida do padrão exportador de especialização produtiva é o ordenamento territorial ainda vinculado à concentração metropolitana, ao mesmo tempo que as formas de valorização do capital buscam outros processos regionais. A renovação das relações de produção tem esta contradição inicial que só pode ser entendida a partir da desvinculação entre os espaços privilegiados de acumulação e os espaços que concentram a reprodução da força de trabalho. Ainda que se institua também como espaços privilegiados de acumulação as cidades de porte intermediário, vinculadas à produção de *commodities*, temos que a especialização desses espaços de produção e circulação não garantem a incorporação substantiva da força de trabalho.

A partir de agora, veremos a relação entre estas categorias em nossa economia nacional, primeiramente relacionado o padrão atual de reprodução do capital com as definições mais gerais sobre a apropriação e distribuição da renda das terras nas economias dependentes.

1.2 Padrão exportador de especialização produtiva e a renda da terra⁶

Delgado (2010) apresenta alguns movimentos acerca desta mudança qualitativa nos marcos do padrão exportador de especialização produtiva e das políticas neoliberais nos anos de 1990 e 2000 para o Brasil. O primeiro refere-se à expansão do comércio externo, a partir dos anos 2000, pauta pelo crescimento dos preços e da produção de bens primários e semi-manufaturados; o segundo movimento

⁶ Parte desta seção representa uma atualização de artigo anterior. Ver Gomes Jr. e Aruto (2016).

refere-se ao rearranjo das políticas de estado para o setor rural, em especial atenção ao desenvolvimento das forças produtivas no latifúndio monocultor; o terceiro é a apropriação da renda fundiária do setor primário pelo sistema econômico.

Delgado (2010, p. 1) defende que o primeiro movimento “impele a reorganização da economia do agronegócio (segundo movimento) relativamente divorciada da indústria”⁷. Na sequência, porém, o autor assevera que a busca por vantagens comparativas naturais e da renda fundiária, *assumem a condição de móvel principal da acumulação*. Temos a mesma percepção sobre a centralidade da terra na acumulação atual nos países latino-americanos. Só acrescentamos que esta centralidade sempre esteve presente em nossas economias, com distintas manifestações, a depender do padrão de reprodução do capital.

Temos que a terra, e mais especificamente a renda fundiária, será um dos principais componentes da expansão da acumulação no Brasil nos anos recentes. São os ganhos suplementares que representam a força principal da valorização do capital em novos espaços no nosso país. Esta é a forma que assume a expansão da fronteira agromineral. E é por isso que esta fronteira representará, como já afirmamos, o espaço modelo de acumulação do padrão exportador de especialização produtiva. Estas considerações de Delgado (2010) nos ajudam a compreender a fase chamada de neo-extrativista na América Latina. Após o declínio da fase de industrialização das principais economias observa-se o retorno da dinâmica vinculada à terra como elemento geral do conjunto do subcontinente. Ademais de diferentes formas de extrativismos – Gudynas (2012) inclusive inclui a produção agropecuária como um tipo de extrativismo, por tratar-se da extração de grandes quantidades de recursos naturais para exportação como *commodity* – nos países latino-americanos, não deixam estas empresas de estarem ligadas à terra, ao subsolo e às águas⁸.

A questão da terra, como veremos ao longo desta tese, não a conceituamos somente como um fator de produção, como faz a economia vulgar. Temos que a terra

⁷ Os pós-keynesianos não conseguem superar a análise puramente setorial ao definirem a indústria como o processo de geração de valor, desconsiderando o setor agropecuário.

⁸ Não é objetivo desta tese discutir o que se convencionou chamar nas Ciências Econômicas de *Maldição dos Recursos Naturais*. A forma genérica que esta explicação apresenta para os problemas de países detentores de grandes quantidades de recursos naturais não responde a nossas indagações sobre a forma estrutural que o atual padrão de reprodução do capital na América Latina se apresenta. Não se trata somente de uma questão de vantagens comparativas, mas também de projeto político hegemônico. O economicismo só deixaria nossas considerações mais frágeis se tentássemos entender esses movimentos somente pelos padrões atuais dos preços macroeconômicos das economias nacionais.

se torna elemento constitutivo do capitalismo nos países latino-americanos na medida em que a forma que as classes sociais aqui se desenvolveram se deu por meio da dominação do território por uma fração das elites nacionais. O primeiro atrito entre a coroa portuguesa e os senhores de engenho no Brasil colônia foi consequência do controle territorial, exercido de fato por estes. Portanto, apesar de utilizarmos de maneira indiscriminada o termo terra em algumas linhas deste trabalho, na verdade, tratamos do domínio espacial exercido de maneira econômica e política por frações de classe dos países da América Latina. Espaço como garantia não só de valorização de capital, mas como elemento garantidor da sobrevivência dessas formas relações de produção que aqui existem. Primeiro o domínio sobre a terra, depois o que fazer sobre ela para vinculá-la aos processos gerais de acumulação.

Para estabelecermos melhor vinculação entre padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva e a renda da terra, devemos avançar em algumas considerações teóricas. A renda da terra é aqui definida como uma apropriação do lucro suplementar gerado em atividades ligadas ao uso da terra. Este lucro suplementar se distingue dos demais setores por três características. Segundo Bartra (2006, p. 78), são elas:

en primer lugar, la superganancia que constituye la renta diferencial es un privilegio permanente de ciertos productores que por lo general no desaparece ni se transfiere a otros por la acción de la competencia; en segundo lugar, la fijeza de esta superganancia determina que el precio regulador de mercado de los productos agrícolas no se forme a partir del costo medio de producción sino con base en los mayores costos individuales; en tercer lugar, al girar el precio de mercado en torno al precio de producción en las peores condiciones, la masa total del producto agrícola presenta, en su intercambio con el resto de la sociedad, lo que Marx llama un "falso valor social".

Nos termos de Marx (1988), este lucro suplementar só é apropriado nos casos em que o desenvolvimento capitalista penetrou na produção agropecuária. Não há, portanto, apropriação de renda da terra, para o caso aqui estudado, sem produção capitalista. O montante de renda da terra global, ainda conforme Marx (1988), aumenta na medida em que aumenta a produção social. A renda da terra não é uma forma de criação de valor, mas de apropriação do lucro suplementar gerado pelas atividades econômicas (MARX, 1988).

Não trabalharemos com as suposições generalizadas nos trabalhos sobre renda da terra acerca da diferenciação dos tipos de renda – diferencial I e II e renda absoluta. Trabalharemos com o desenvolvimento teórico de Bartra (2006), e a partir de Marx em vários de seus trabalhos. Para aquele autor, a renda diferencial se constitui como condição inerente ao desenvolvimento da agricultura no capitalismo e a renda absoluta trata-se de um aporte historicamente datado de Marx sobre a agricultura na Inglaterra e seus consequentes debates com autores contemporâneos a eles (MARX, 1988). Mesmo na atividade mineral, que pressupõe um tipo específico de solo para geração de lucro e de renda, a renda diferencial se manifesta pelos diferenciais de pureza deste solo em relação ao minério que se objetiva extrair. Ou seja não se trata de um monopólio natural, mas da capacidade de determinado agente em se apropriar de renda diferencial em relação ao lucro médio de uma nação ou do comércio internacional.

Encontramos evidências de apropriação de lucro suplementar ligado à renda da terra tanto no campo como na cidade. No campo, por meio da produção agropecuária, por meio da extração mineral – podemos incluir aqui a extração de petróleo em águas oceânicas também – e por meio da aquisição de solos e subsolos para uso produtivo futuro. Nas cidades ela se manifesta principalmente pela reprodução do espaço social urbano, seja por meio de diferenciais de localização de empreendimentos comerciais, produtivos e moradias; diferenciais de produção dos equipamentos públicos e privados na construção civil; e apropriação de terrenos para utilização futura. Ou seja, a renda se generaliza no meio urbano na medida em que se generaliza a produção social do espaço urbano, em que sempre se amplia a necessidade de incorporação e reincorporação dos solos e das construções.

Nas economias dependentes, como é o caso do Brasil, ao contrário da Inglaterra do século XIX, a propriedade da terra e a produção capitalista nesta mesma porção de terra é feita, em geral, pelas mesmas frações de capital. Portanto, a apropriação da renda da terra é feita por quem promove a produção agrícola. Entretanto, Marx (1988) já afirma que independente da separação entre proprietários e arrendatários efetivamente ocorrer nas situações concretas a categoria renda da terra não se dissocia da produção agrícola capitalista. A renda da terra é apropriada a partir do momento em que existe lucro suplementar na produção formado pela particularidade própria da produção vinculada à terra. Bartra (2006) chama a atenção

para o fato de que somente a renda diferencial não pressupõe esta diferença entre arrendadores e arrendatários.

Tanto Delgado (2010) quanto Bartra (2006) demonstram que a apropriação de renda da terra por outros setores vinculados à produção agrícola, mineral ou construção civil, mas que não são propriamente os produtores ou os proprietários fundiários, deve-se à própria constituição do setor. A renda da terra, ao gerar lucros suplementares, vai permitir uma diferença favorável à determinação do preço de comercialização das mercadorias, dado que nunca há coincidência entre o preço real de produção e o preço comercial (BARTRA, 2006). Para Delgado (2010) a renda da terra vai gerar toda uma dinâmica de apropriação de excedente por grandes empresas controladoras das cadeias produtivas da agropecuária. Há, na realidade, uma livre e crescente apropriação privada de excedentes. Livre no sentido de que não cabe retorno social em sua apropriação, somente ganhos privados. Também não há sobretaxação de deste lucro extraordinário. Na realidade a regra é a disposição de altos subsídios para financiar as atividades produtivas.

Naqueles dois autores fica evidente a discussão com vistas e entender a relação entre renda da terra, intercâmbio desigual e transferência de valor. Não faremos todas as considerações metodológicas muito bem discutidas por Bartra (2006) sobre intercâmbio desigual e transferência de valor. Nem assumiremos os pressupostos keynesianos de Delgado (2010; 2012; 1982) sobre o desenvolvimento do agronegócio no Brasil. Mas devemos destacar que em ambos os autores a renda não é uma categoria fixa em que só existe uma forma de apropriação e um só sentido desta mesma apropriação entre capitais externos e nacionais nas economias dependentes. Muito pelo contrário, para estes autores este tipo de lucro suplementar gerado por condições específicas, como descrevemos, é função da valorização do capital. E como tal deve obedecer às condições próprias da reprodução capitalista nas economias dependentes.

Afirmamos isso porque para alguns autores latino-americanos, a renda da terra nas economias dependentes gera, na verdade, uma condição de anulação da transferência de valor para as economias centrais. Kornbliht⁹ e Iñigo Carrera (2017)

⁹ É importante ressaltar também que Kornbliht evita utilizar as várias formas acadêmicas de escrita para defender esta tese. É mais fácil encontrar estas defesas em entrevistas e palestras, como esta <<https://www.youtube.com/watch?v=qCWY-csuqAk>> do programa 180 da *Escuela de Cuadros – Crítica a la teoría de la dependencia*.

sustentam a tese de transferência líquida de valor para as economias latino-americanas por meio da renda da terra. Estes autores supõem que, dada uma produção interna, a renda necessariamente deve ficar no país da produção. Isto só se efetiva para os casos de controle total de cadeias produtivas ligadas à terra por capitais internos, seja privado ou estatal. Mesmo na Venezuela, em que opera um controle estrito do governo bolivariano sobre a estatal produtora de petróleo (PDVSA), não há total controle sobre a produção e comercialização do produto e seus derivados, sendo o país penalizado com boicotes constantes dos Estados Unidos em relação à sua produção petroleira. O que queremos afirmar é que, enquanto há o processo de realização externo às economias dependentes, não há condições de supormos que todo o lucro suplementar da produção vinculada à terra seja apropriado por capitais internos destas economias, dado o caráter eminentemente exportável destes produtos.

É justamente nestes setores que haverá as melhores condições para transferência de valor. E a apropriação de renda da terra será um dos elementos básicos desta transferência. Tomemos o caso da soja no Brasil. Se observarmos o controle de grandes conglomerados na oferta de grãos, fertilizantes, pesticidas, transportes dos produtos e, inclusive financiamento da produção e comercialização, chegaremos à conclusão de que não há, de fato, controle nacional sobre o setor, mesmo a grande maioria dos produtores serem nacionais, e mesmo o Estado garantindo subsídio e financiamento a taxas de juros abaixo do mercado para estes produtores. Pastre (2016) nos mostra algumas evidências sobre este controle efetuado por grandes conglomerados para o complexo da soja no Centro-oeste. Ao longo de sua pesquisa, o autor nos apresenta dados sobre quantidade exportada por esses estados e a importância que estas empresas têm para consolidar essas exportações.

Pastre (2016) elucida o processo de centralização do capital que investe na produção, comercialização, armazenamento e financiamento da soja no Brasil ao discutir, para os estados que mais exportam este produto, como as corporações internacionais ganham mais espaço nesta cadeia produtiva. Ainda argumenta o autor acerca das possíveis perdas de mercado de algumas empresas nacionais e o crescimento de outras, em especial do grupo Amaggi. No fim das contas, a centralização de capital da cadeia produtiva da soja no Brasil vai possibilitar maior

inserção de empresas estrangeiras ao mesmo tempo que garante a permanência de algumas “campeãs nacionais”.

Além dos autores citados anteriormente, temos outras considerações a fazer acerca da questão da renda da terra nas economias dependentes. Grinberg (2015) aponta que boa parte da renda da terra do Brasil foi apropriada por não-proprietários de terras ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI. Parece óbvio que esta renda não foi apropriada por trabalhadores. O próprio autor aponta que a indústria ficou com grande parte desta renda inclusive por meio das políticas governamentais de subsídios, câmbio sobrevalorizado etc.

Infelizmente o autor não estabelece os diferenciais de apropriação entre capitais nacionais e externos¹⁰. Todo seu esforço de cálculo da renda da terra e de apontamento da apropriação desta fica incompleto porque não considera a transferência de valor da produção nacional para o exterior. Apesar de tentar elucidar em sua tese os motivos das formas distintas de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e sul-coreano, a partir dos anos de 1970, o autor não considera relevante a discussão sobre dependência e mudanças no padrão de reprodução do capital (GRINBERG, 2011).

Outras duas conclusões do autor neste caso são importantes. São elas:

It was seen in this paper that while the ground-rent appropriated by landowners remained a fairly stable portion of total surpluses and national income throughout much of the post-WWII period, that appropriated by others, and hence the total ground-rent, experienced notable changes. (GRINBERG, 2015, p. 815)

¹⁰ Para entrarmos nas questões relativas à renda da terra e sua vinculação com nosso papel na divisão internacional do trabalho, precisamos contextualizar um pouco a ocupação de terras no Brasil. A Constituição de 1988, em seu artigo 190 afirma o seguinte: “A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional”. Ou seja, há impeditivos para estrangeiros adquirirem terras no Brasil. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) regulamentou, em agosto de 2013, os trâmites necessário para a aquisição e arrendamento de terras brasileiras por estrangeiros. Dentre as várias normas, o congresso fica responsável por autorizar as compras ou arrendamentos acima de 50 módulos fiscais e, ainda, não é permitido comprar ou arrendar terras numa porcentagem superior a 25% da superfície territorial do município em questão. Enfim, como sabemos que as instituições nunca estão à frente das relações sociais das quais busca regulamentar, uma série de mecanismos permitem burlar estas dificuldades. Nakatani et al. (2014) mostraram como as empresas chinesas são eficazes em controlar terras brasileiras de forma indireta, por meio do controle sobre complexos agroindustriais. Os autores ainda demonstram como a China opera atualmente nos mercados de terras de vários países. O Brasil é um dos principais destinos segundo os autores.

A primeira é a relativa estabilidade do nível de apropriação da renda da terra entre os proprietários de terra no país. Os dados do próprio autor mostram que este montante não é tão estável assim a partir de meados dos anos de 1970. E como suas séries temporais terminam em 2005, fica difícil chegar a conclusões sem incluir o período pós *efeito China*. A segunda diz respeito à notável mudança no total de renda da terra apropriada em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Segundo Grinberg (2015), esta relação diminuiu nas últimas décadas¹¹.

No entanto, estas constatações ficam soltas quando consideramos alguns pressupostos para estas mudanças. A industrialização da agricultura no Brasil avançou muito nos últimos anos, como em vários outros países (PLOEG, 2010). No caso de países dependentes como o Brasil, como já afirmamos, esta industrialização tem por base a entrada de grandes grupos internacionais. Mesmo que o controle da terra seja de proprietários/produtores nacionais, insumos, máquinas e equipamentos são, em geral, bens fabricados por estes grupos, seja no território nacional, seja importado. Ainda, em algumas cadeias produtivas, estes oligopólios exercem poder de monopólio na compra de bens intermediários ou finais.

O que queremos destacar aqui é o grau de controle que grandes grupos internacionais têm sobre o setor mais dinâmico da economia brasileira no atual padrão de reprodução do capital e, conseqüentemente, do valor gerado neste setor. Isto explica, inclusive, o relativo aumento da apropriação da renda da terra pelos próprios proprietários a partir dos anos de 1980, como mostra Grinberg (2011). Se nossa produção agropecuária é nacional apenas na propriedade, a renda da terra não pode ser transferida para outros setores com a mesma intensidade que foi feita em períodos anteriores, ou então haverá conflitos de interesses entre as frações de capital. Quando observamos os casos das concessões para exploração mineral percebemos que já existem tais conflitos. Mas, nestes casos, há conflitos a partir das barreiras à entrada tecnológicas e políticas. A Petrobrás, constantemente assediada por capitais externos, só se sustenta enquanto empresa estratégica para o desenvolvimento nacional. Caso se instale as mesmas condições de controle de determinados elos da cadeia produtiva do petróleo pelo capital internacional como já ocorre na produção agropecuária

¹¹ Desconsideramos aqui os problemas metodológicos do autor relativos à fixação de uma mesma taxa de câmbio ao longo do tempo.

nacional teremos a desarticulação do monopólio econômico estabelecido pela estatal a partir do controle tecnológico e de contratos com empresas nacionais fornecedoras.

Quando voltamos nas variáveis usadas por Grinberg (2011) para definir o excedente (*surpluses* – trata-se, segundo o autor, da renda da terra e dos lucros dos pequenos proprietários) do setor agropecuário apropriado por outros setores da economia brasileira, percebemos que estas alterações citadas anteriormente não são consideradas pelo autor. Pelo contrário, o autor parte da hipótese que foi justamente a manutenção desta apropriação da renda da terra por outros setores por mais tempo no Brasil que na Coreia do Sul¹² que modificou as trajetórias de desenvolvimento capitalista antes similares [*sic*] entre estes países.

Vejam as variáveis utilizadas para medir os excedentes apropriados por outros setores: excedentes apropriados por meio da sobrevalorização da moeda; dos impostos de exportação; apropriados pelo estado por meio de impostos específicos ao setor primário; apropriados por meio de regulações do Estado sobre *commodities* domésticas e comércio internacional e preços máximos; apropriados por meio da circulação doméstica, acima dos preços internacionais, de meios de produção não-agrícolas usados na produção agrícola; apropriados por meio do monopólio estatal de *commodities* (caso do arroz na Coreia do Sul durante muito tempo); excedentes apropriados ou retornados por meio de crédito rural em condições especiais; excedentes retornados aos donos de terras por meio da implementação de programas de suporte aos preços domésticos das *commodities*.

Diante de todo este arcabouço para calcular a apropriação e o próprio montante da renda da terra o autor desconsidera completamente o papel exercido por grandes grupos empresariais no setor e as mudanças que a influência destes grandes tem ao longo das últimas décadas. Ianni (1979) já tinha tratado da apropriação pelos

¹² Eis a hipótese de Grinberg (2011, p. 3) em suas próprias palavras: *This thesis argues that the Brazilian process of capitalist development revolved around the appropriation of land rent – i.e. extraordinary profits available due to the monopoly of an irreproducible means of production, land. Industrial capital was able to maximise profits despite producing for domestic markets at relatively small scale. Capital compensated for its high production costs by appropriating a portion of the abundant land rent. Since the late-1960s, industrial capital in Korea maximised profits through the production for world markets, taking advantage of relatively cheap and disciplined labour. Due to skill-replacing technological changes associated with computerisation and electronics-based automation, and its own historical origins and characteristics, Korean labour became particularly productive when performing simplified, though increasingly complex, activities as an appendage of machinery or in the manual assembly of components.*

capitais externos de grandes porções de terras na Amazônia brasileira ainda na década de 1970.

Portanto, devemos apreender estas mudanças qualitativas que não são captadas por séries temporais, por mais importantes que estas sejam para a análise estatística. Incorporar tais mudanças servem, justamente, para tornar as análises estatísticas mais coerentes com a realidade concreta.

Neste mesmo sentido, é importante ressaltar um aspecto essencial do capitalismo dependente brasileiro. Como nossa preocupação está em trabalhar com a categoria renda da terra e relacioná-la ao contexto de uma economia dependente, devemos sempre ter o cuidado de mediá-la com as condições concretas e evitar criar uma realidade ideal ou tipologias artificiais.

O desenvolvimento de uma economia dependente ocorre com a geração de excedente suficiente para atender os ganhos dos capitais internos e externos (MARINI, 1991). Com o maior controle de empresas estrangeiras sobre a produção nacional, a consequência imediata é a busca pelos capitais nacionais de outras fontes para manter suas participações no excedente gerado na produção. Ou seja, a forma e o destino da apropriação da renda da terra é mais consequência que pressuposto do padrão de reprodução do capital, ao contrário do que assevera Grinberg (2011 e 2015).

Devemos, portanto, entender que a renda da terra não é determinante da valorização do capital. Mas a forma de sua apropriação é determinada pelas condições mais gerais desta valorização. Não há sentido lógico e concreto estabelecer a renda da terra nas economias latino-americanas como a única categoria econômica que irá na contramão das formas de transferência de valor. O que pretendemos especificar nesta tese é que a renda da terra é uma das formas centrais de transferência de valor nas economias dependentes para capitais externos no atual padrão de reprodução do capital. Num momento de reforço da dinâmica de acumulação para o campo, via extração mineral e produção agropecuária, temos que o controle sobre o lucro suplementar destes setores é essencial para a distribuição dos excedentes entre os capitais que operam na produção e na comercialização da produção destes mesmos setores.

Tais considerações serão mais especificadas no capítulo terceiro desta tese, quando incluiremos em nossa discussão o caso específico da fronteira agromineral. Para aprofundar a questão, é importante mostrar a relação entre o

padrão atual e as formas de apropriação da renda da terra, como fizemos. A partir de agora podemos apresentar as condições gerais de expansão do atual padrão de reprodução do capital no Brasil.

1.3 Reprodução do capital e espaço: a conformação do padrão exportador de especialização produtiva

Constituinte da formação socioespacial latino-americana, o Brasil tem, porém, algumas condições específicas em sua dinâmica no atual padrão de reprodução do capital. Primeiro, foi neste país que mais se avançou, em relação à América Latina, o processo de industrialização garantido pelo padrão de reprodução do capital anterior. Junto com México, Colômbia e Argentina, o Brasil compõe o conjunto de economias mais diversificadas, em termos de processos produtivos, e melhores posicionadas, em termos de integração com os blocos hegemônicos no período atual.

Segundo, a unidade territorial consolidada após a independência política, no século XIX, diferenciou o Brasil do restante da América Latina por integrar um povo diferenciado em suas constituições regionais, mas iguais em sua viabilização como brasileiros. Nos termos do professor Darcy Ribeiro (1995), nossas próprias elites, ao se utilizarem de “maneira descartável” do povo brasileiro para atingirem seus interesses econômicos, nos torna um povo que padece dos mesmos problemas, mas que também têm a mesma promessa civilizatória como povo novo, gestado por um passado violento de assentamento de várias empresas coloniais. As mediações dos enfrentamentos políticos entre o Brasil e América Latina ocorrem, portanto, articulados antes pela mediação de toda uma diversidade de formação e interação destes povos.

Terceiro, a diversidade territorial permite também uma diversidade produtiva. Sem cairmos num determinismo geográfico, mas considerando as possibilidades tecnológicas atuais de utilização de terras para produção agropastoril, podemos concluir que o Brasil garante a possibilidade de acionamento de distintos territórios ao mesmo tempo por distintos empreendimentos ligados à terra. Algo possível porque sua industrialização não foi concentrada apenas no tempo, mas também no espaço. Isso garantiu uma permanência das relações com a terra. Não houve obstáculo às frentes de acumulação ligadas à agroexportação e à terra. A

industrialização reforçou isso¹³. Esta própria tecnologia permitiu o adensamento produtivo de regiões para o uso do solo, como é o caso dos cerrados e sua acidez natural. Em última instância, o Brasil conseguiu desenvolver mais formas de manifestação do atual padrão de reprodução do capital a partir da demanda de um conjunto de *commodities* pelo mercado internacional. Essa é uma particularidade relevante para entendermos como as inversões aqui são maiores que em outros países dependentes de nosso continente. É imprescindível o controle econômico sobre tal território, sobre suas condições de expansão da produção capitalista com base na terra, seja a agropecuária de larga escala, seja a produção mineral de altos rendimentos.

Há maior diversificação na economia brasileira em torno de seus bens exportáveis em relação ao dos demais países da América Latina, o que gera, inclusive, maior facilidade de realocação no território de força de trabalho e meios de produção de acordo com as alterações no mercado mundial. Em algum momento, seja na colônia ou na nação, sempre existiu em algum lugar do território um processo significativo de exploração das riquezas naturais e da força de trabalho abundante, que Caio Prado Jr. (1965) denominou de *feitorização da terra*. Este autor também abordou esta questão em sua passagem sobre o *sentido da colonização* brasileira em seu clássico *Formação do Brasil Contemporâneo* (PRADO JR., 1965).

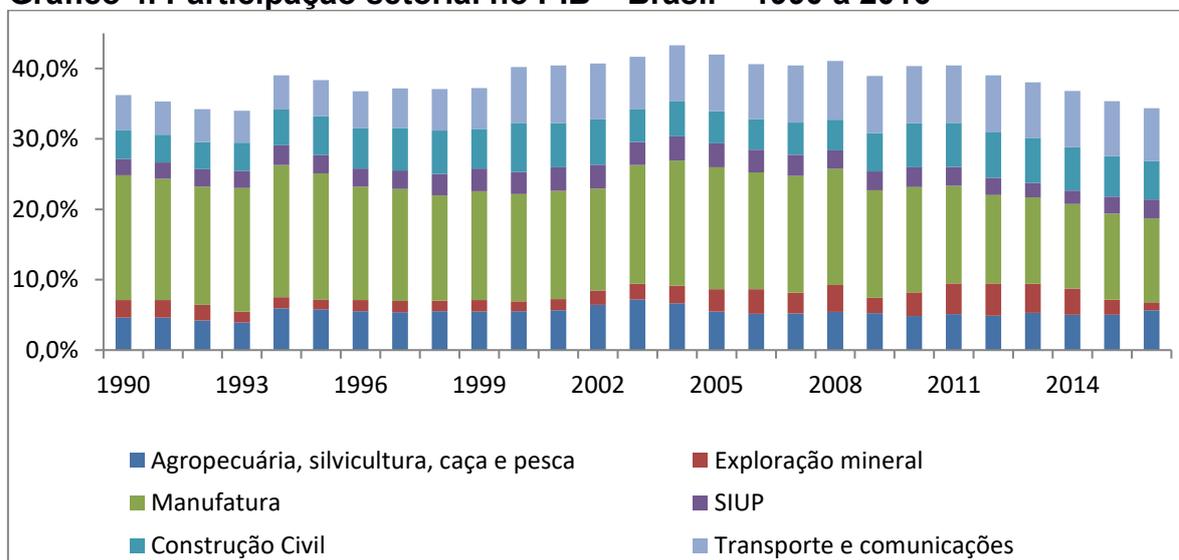
O Brasil seguiu o mesmo padrão de inserção no mercado mundial que os demais países latino-americanos. E todas as alterações cíclicas na acumulação de capital e suas conseqüentes mudanças no ambiente político e econômico são determinados pelos mecanismos gerais da acumulação de capital no mundo. Não há critérios distintos para a definição dos níveis de mediação. Mas há a constatação de que, como um país independente, o Brasil desenvolve formas de integração só definidas por meio do ambiente nacional de reprodução do capital. Existe uma elite nacional, frações de capital que atuam nacionalmente, classes intermediárias condicionadas por padrões de articulação com estas elites e com as classes inferiores e classes subordinadas também distribuídas numa economia nacional. Portanto, há um espaço em unidade de constituição de relações sociais de produção e que se apresenta como conseqüente arena da luta de classes nacional, mesmo que existam diversidades regionais latentes.

¹³ Ver Lessa e Fiori (1991).

No caso do atual padrão de reprodução do capital, o Brasil, por alcançar certo nível de industrialização no período anterior, desenvolve um amplo processo de desarticulação de parte de seu parque industrial e de seus laços internos de produção. Após a crise da dívida e consequente fase de inflação acelerada, o país promove a abertura comercial, produtiva e financeira, retirando todos os mecanismos de proteção da indústria nacional e vendendo diversas estatais que garantiram, ao longo da industrialização, processos de desenvolvimento tecnológico em várias áreas. Sobram alguns poucos projetos industriais nas mãos do Estado em razão de enfrentamentos mais profundos feitos pelos trabalhadores melhor organizados em sindicatos e movimentos sociais.

O gráfico 03 nos mostra como, a partir dos anos de 1990, aumenta a participação da produção ligada ao campo (agropecuária e exploração mineral) em detrimento da participação da manufatura na composição do PIB nacional. Duas considerações devem ser feitas sobre este dado: i) trata-se de uma *proxy* da geração de valor nacional, considerando só setores relacionados a produção e transporte; ii) a participação da manufatura inclui a transformação de bens semimanufaturados como, por exemplo, os frigoríficos.

Gráfico 4. Participação setorial no PIB – Brasil – 1990 a 2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe. (*) América Latina e Caribe.

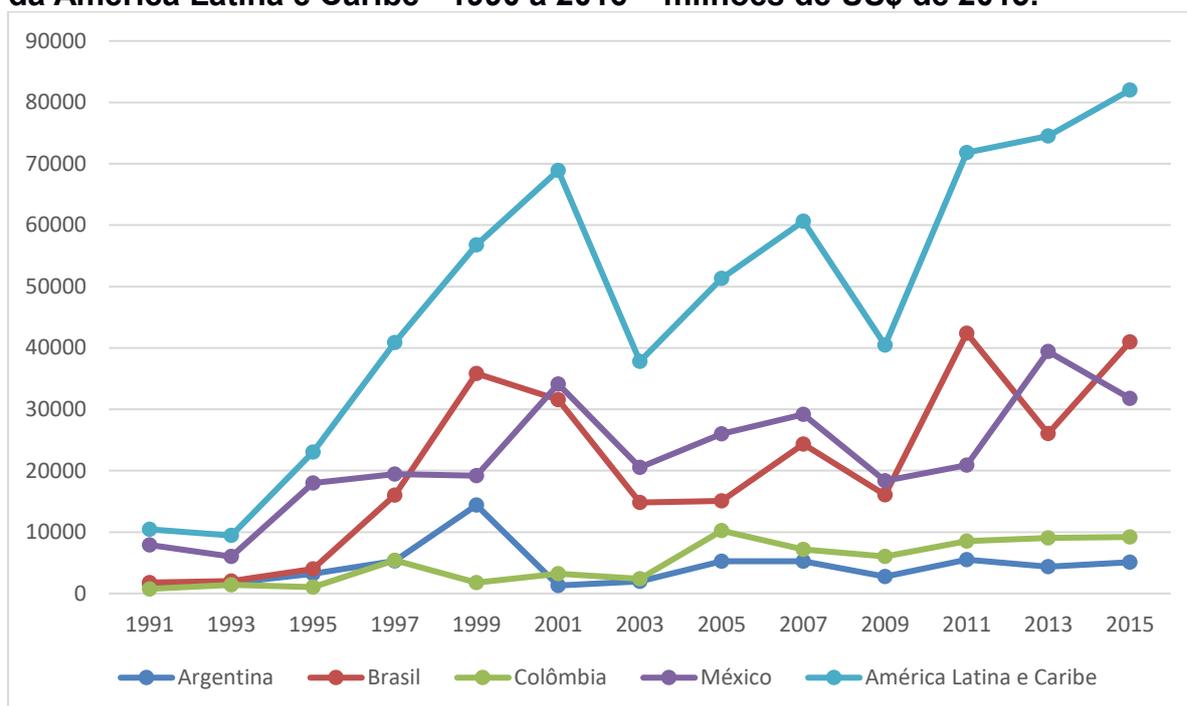
Além disso, devemos observar no gráfico 03 que há um aumento da participação destes setores diretamente ligados a produção no país durante o *superciclo de commodities*. Tal situação mostra a direta vinculação entre a geração de valor no país e os ciclos de crescimento do mercado mundial. Após 2013, com a

inflexão das expectativas de ganhos futuros na economia brasileira, temos uma redução da participação destes setores no PIB nacional, mesmo que isto não represente, num primeiro momento, um processo de recessão.

Por outro lado, a estrutura industrial nas mãos de capitais privados nacionais e estrangeiros é, em grande medida, desarticulada por novas formas de inserção das economias nacionais nas cadeias produtivas globais. A produção antes internalizada em suas várias fases de produção passa a importar a maior parte de seus componentes e apenas montar seus bens finais no país. A necessidade de importação de alguns bens intermediários é um dos fatores chaves dos desequilíbrios externos do período. Nenhuma distinção em relação a todo o período de anterior de desenvolvimento do processo de industrialização e, também, em relação à fase primário-exportadora quando gestou-se algumas indústrias básicas derivadas dos excedentes dos setores exportadores. Porém, os estrangulamentos externos tenderam a se acentuar nos anos 90 devido às políticas de câmbio valorizado e juros elevados com fins a atrair investimentos estrangeiros diretos e indiretos.

Em relação aos investimentos estrangeiros diretos (IEDs), na fase inicial de abertura eles se confundem com os processos de privatização. Já na segunda fase de vinculação ao mercado mundial por meio da conjuntura de aumento generalizado dos preços das *commodities* os IEDs se concentraram nos setores vinculados à infraestrutura, produção e comercialização voltadas para exportação. Foram substanciais as entradas de capitais externos diretamente na produção de matérias-primas e alimentos para exportação. Sem contar o desenvolvimento dos setores subsidiários que produzem insumos, máquinas e equipamentos para os setores principais. O gráfico abaixo mostra como a dinâmica de investimento estrangeiro direto no Brasil tem um salto significativo a partir do *superciclo de commodities*, após relativa estagnação no período posterior às privatizações no país.

Gráfico 5. Investimento Externo Direto a preços correntes dos principais países da América Latina e Caribe - 1990 a 2016 – milhões de US\$ de 2015.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

No superciclo de *commodities* aprofunda-se a viabilização da exportação especializada como centro dinâmico na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil. Segundo Carcanholo (2017), a depender da conjuntura, os componentes estruturais da dependência são acionados com distintas intensidades. Não vem ao caso discutir o rigor científico desta afirmação, mas podemos ao menos considerar algumas evidências para o período atual. Em termos de transferência de mais-valor por meio das contas de serviços do Balanço de Pagamentos, podemos ver na tabela abaixo a trajetória deste crescimento ao longo das últimas décadas. A balança comercial nos mostra o intercâmbio comercial, mas não nos mostra o sentido geral da transferência de valor.

Enquanto que o saldo de conta corrente, que mostra a balança comercial, de serviços e as rendas, permanece deficitário em quase todos os anos desde 1980, com exceção do *superciclo de commodities*. Por outro lado, se observarmos o gráfico 05, o saldo positivo da balança comercial é mais regra que exceção. Como já afirmou Delgado (2010), nas condições dadas para economias como a brasileira quanto à transferência de valor, não há crescimento nas exportações de bens primários e semimanufaturados que faça frente a nossos desequilíbrios externos. Enquanto que a conta serviço obedece basicamente às mesmas oscilações da balança comercial,

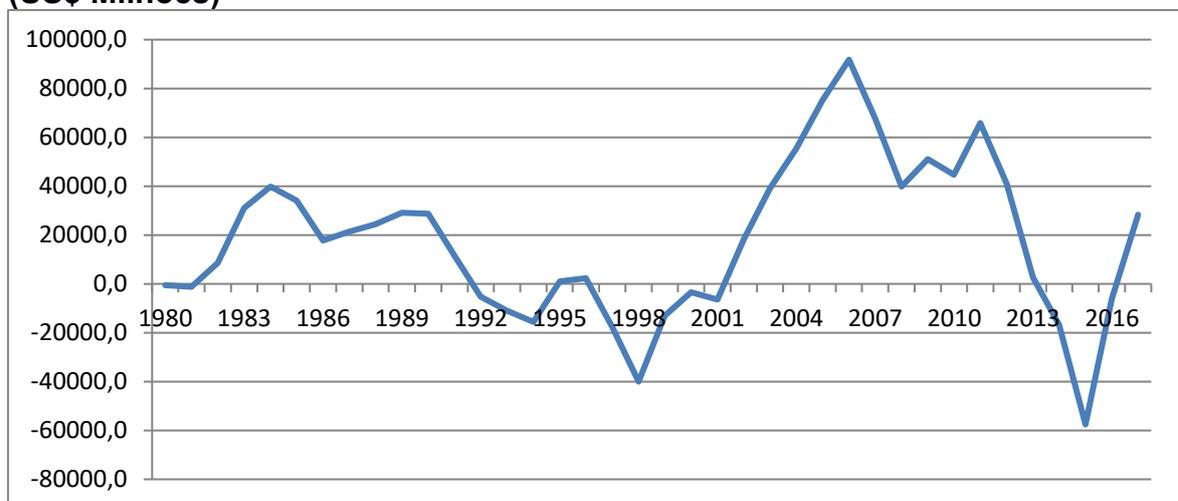
as rendas (gráfico 06) apresentam uma tendência de crescimento do saldo negativo. Em nenhum ano, desde 1980, as rendas foram positivas para a América Latina.

Tabela 2. Balança de Pagamentos a preços correntes – América Latina e Caribe (US\$ Milhões)

Anos	Saldo em conta corrente	Saldo em conta de capital	Saldo em conta financeira	Erros e omissões	Saldo global	Reservas e partes relacionadas
1980	-29.513	-4	31.682	-2.287	-122	122
1985	-3.017	-20	-9.742	-6.313	-19.092	19.092
1990	-4.159	31	-1.419	-556	-6.103	6.103
1995	-38.402	840	35.293	-5.531	-7.800	7.800
2000	-49.424	1.206	59.298	1.868	12.947	-12.947
2003	10.914	1.271	21.057	-10.633	22.610	-22.610
2005	33.730	1.586	31.175	-4.793	61.557	-61.557
2008	-39.252	2.114	85.719	-7.327	41.255	-41.255
2010	-97.430	7.964	205.147	-31.718	82.421	-82.421
2015	-174.783	5.859	161.632	-19.901	-27.201	27.201
2016	-91.732	892	123.905	-7.454	26.173	-26.173
2017	-81.845	1.359	105.880	-7.790	17.375	-17.375

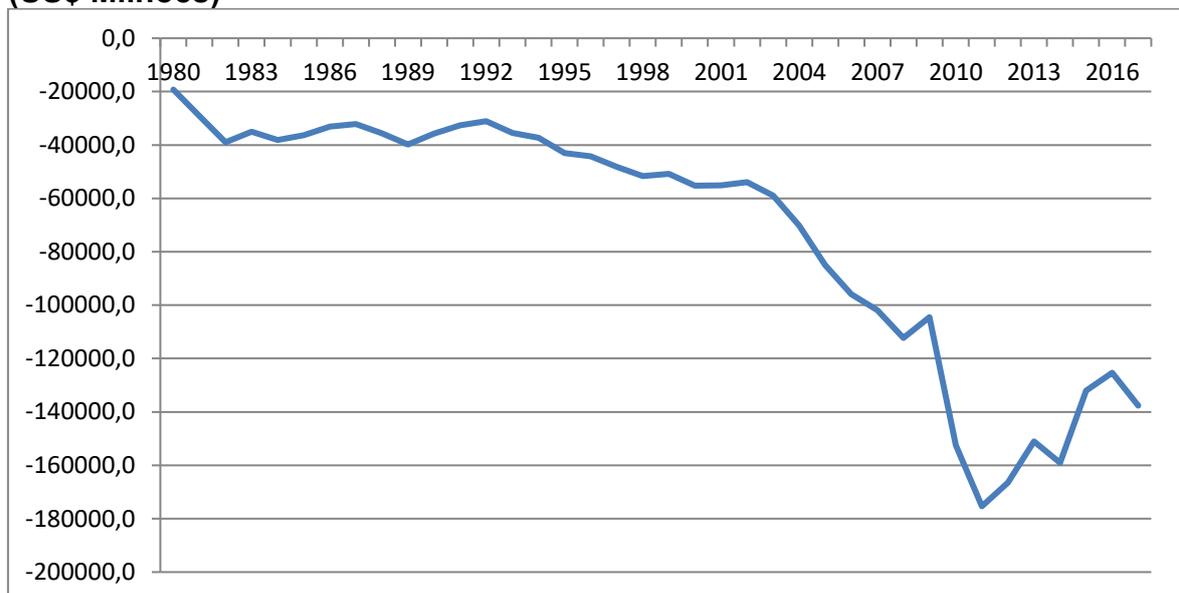
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

Gráfico 6. Balança Comercial a preços correntes – América Latina e Caribe (US\$ Milhões)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

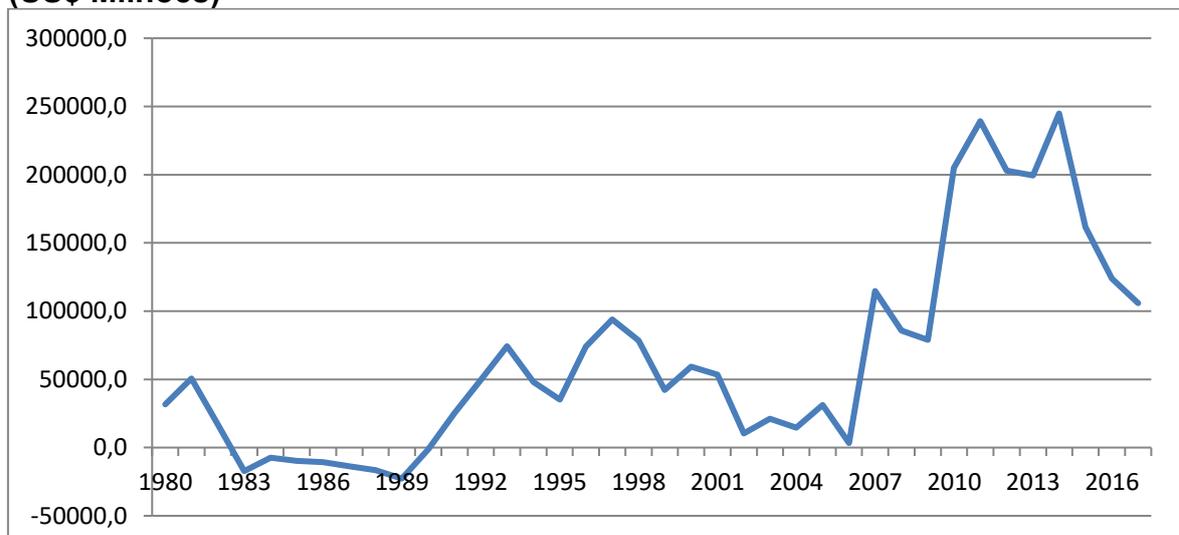
Gráfico 7. Balança de rendas a preços correntes – América Latina e Caribe (US\$ Milhões)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

Se observarmos o crescimento exponencial da conta financeira (gráfico 07), perceberemos que, na América latina, após a crise de 2008, há um surto de entrada de capitais para investimentos estrangeiros diretos e indiretos, especificamente para compra de títulos da dívida neste segundo caso. É esta última conta que explica as flutuações da taxa básica de juros da economia. A atração de capitais externos para compra de títulos da dívida pública só é garantida, para o caso de moedas inconversíveis como a nossa, com o pagamento de um prêmio pelo risco de não investir em moedas mais fortes, ou até mesmo outros ativos mais estáveis, mas com rentabilidade mais baixa. Qualquer distúrbio na economia mundial leva, necessariamente, a uma necessidade de aumento da taxa básica de juros para manter impedir a venda de títulos por investidores estrangeiros. De todo modo, após a fase de aumento generalizado dos preços das *commodities*, a possibilidade de desequilíbrio das contas externas aumenta consideravelmente, atestando aquela fase mais como exceção que regra para a América Latina.

Gráfico 8. Conta financeira a preços correntes – América Latina e Caribe (US\$ Milhões)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

Outra característica desta última fase do atual padrão de reprodução do capital, efetivamente atrelada ao superciclo das *commodities*, é o aumento real do salário de maneira generalizada e do crescimento absoluto – e, em alguns momentos e espaços, relativo também – da massa salarial. Poderíamos argumentar que não existe mais superexploração da força de trabalho se em, ao menos um momento recente destas economias, houve ganhos salariais consideráveis. Seguimos as considerações de Luce (2013) sobre esta questão. Por mais que existam ganhos salariais reais para a classe trabalhadora das economias dependentes, não houve recomposição do valor do salário mínimo necessário do DIEESE, no caso do Brasil; houve aumento da jornada de trabalho para boa parte dos trabalhadores, evidência de aumento da intensidade da jornada de trabalho em alguns segmentos industriais e aumento do endividamento das famílias. Ou seja, em alguns casos, apropriação do fundo de consumo e de vida da força de trabalho e noutros casos aumentos direto da taxa de exploração da força de trabalho. Mesmo assim é possível ampliar o acesso a bens de consumo, principalmente duráveis, da classe trabalhadora. O crédito torna-se central para este aumento, junto com os ganhos salariais citados anteriormente.

Durante o superciclo de *commodities* todos estes expedientes foram utilizados¹⁴. Após o superciclo, a perspectiva de superação de uma série de entraves

¹⁴ É emblemático que o Programa Minha Casa Minha Vida tenha avançado tanto em termos de construção de moradia e no mesmo período tenha ampliado o déficit habitacional no país (TONIN, 2015).

de incorporação das classes subordinadas no mercado de trabalho e no acesso a bens de consumo e equipamentos sociais fora substituída pelas contrarreformas laborais e sociais no momento seguinte à queda das taxas de lucro. Mesmo que haja um crescimento em conjunto, em termos absolutos, da massa de salários e da massa de excedente, na primeira adversidade conjuntural todas as condições parcialmente estruturadas de superação do subdesenvolvimento são postas abaixo.

Na economia brasileira, após a crise de 2008, o governo ainda tenta manter formas que garantissem o crescimento dos investimentos por meio de incentivos fiscais de financeiros. Marquetti et al. (2017) nos detalha as políticas executadas para tal fim. Prado (2017b), a partir daquele estudo, assevera que não havia mais condições, no que tange à acumulação de capital, de manter a macroeconomia anticíclica, justamente porque reduz-se continuamente as expectativas de lucros futuros na economia devido a alterações na conjuntura econômica global. O que o governo fez, na verdade, foi postergar o fim da conjuntura que garantiu ganhos para a classe trabalhadora e para os capitalistas e rentistas ao mesmo tempo. Em outras palavras, havia uma conjuntura favorável para estes mecanismos de aparente superação do subdesenvolvimento, mas que não tinham condições de efetivar tal superação pondo fim aos componentes estruturais da dependência citados anteriormente.

A macroeconomia gestada neste período de dinâmica especializada via exportações pouco se altera ao longo das duas fases de expansão do mercado mundial. Não se trata somente de graus liberdade do governo para operacionalizar a política econômica. O que houve foi a necessidade – e a escolha deliberada - de manutenção da estabilidade possível por meio de uma política macroeconômica conservadora¹⁵. Não há muitas opções diante de iminentes desequilíbrios nas contas externas provocados pela dependência estrutural por moedas conversíveis nos circuitos monetários internacionais. Tanto os investimentos produtivos quando os financiamentos em moeda estrangeira só são efetivados por meio da garantia de conversibilidade imediata destas contas. Não temos condições de superação de

¹⁵ Sem falar no crescimento das Operações Compromissadas desde 2005, chegando a mais de 17% do PIB. Mais de 90% disso é dívida financeira de curtíssimo prazo. Para maiores detalhes ver <<https://www12.senado.leg.br/ifi/pdf/estudo-especial-no-03-as-operacoes-compromissadas-do-banco-central-out-2017>>.

desequilíbrios externos com o sentido dado de nossa inserção na divisão internacional do trabalho.

Enquanto se busca entender por que o Estado brasileiro, desde os anos de 1990 e apesar de alternâncias nítidas de forças políticas no executivo federal, mantém a consolidação do mesmo regime macroeconômico – que se alcança com a tríade câmbio flutuante, regime de metas de inflação e superávit primário – devemos nos questionar como este Estado conseguiu resultados distintos quanto a distribuição da renda nacional, construção de infraestrutura e atendimento de algumas necessidades sociais históricas ao longo dos anos de 1990 e nos anos 2000. Para o segundo caso, nossa resposta encontra-se na conjunção entre governo progressista conciliador de classes e condições favoráveis para nossos produtos no mercado mundial. Na América Latina observamos uma divisão no desenvolvimento da macroeconomia desenvolvimentista. Em alguns países – Brasil, Argentina e Chile – há a conformação das condições econômicas favoráveis para seus bens exportáveis com a política de conciliação. Enquanto que em outros, encabeçados pela Venezuela, há um processo de ruptura da hegemonia das elites em favor da redistribuição do excedente gerado pela venda de *commodities* para parte da população antes extremamente marginalizadas dos processos econômicos internos.

Nestes termos, o que houve no Brasil foi um processo de reestruturação de seus processos produtivos. Se considerarmos como indústria todo processo de geração de valor, não podemos destacar somente a redução da indústria vinculada aos processos de acumulação do período de desenvolvimento capitalista urbano-industrial no país. Devemos também considerar que se desenvolve uma indústria mais especializada e vinculada à terra em todo o território nacional, inclusive nas regiões de influência imediata das metrópoles do país. A produção da agroindústria, por exemplo, torna-se mais relevante no cenário nacional. A pesquisa de Monteiro Neto e Silva (2018) nos mostra que há um processo de desconcentração produtiva no país, em que São Paulo permanece como centro da produção nacional, mas amplia-se a participação relativa de outras regiões na produção. Tais indústrias surgem diretamente ligadas a setores exportadores e se concentram em regiões portuárias, apesar de já existirem processos de interiorização dessas indústrias para outras regiões. Inclusive em São Paulo, o crescimento industrial das últimas décadas é mais vinculado à produção agropastoril e mineral. Ou seja, a partir do padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva inicia-se a substituição da dinâmica

nacional determinada pela industrialização de bens duráveis¹⁶ para a industrialização do campo.

Se, para a América Latina, devemos considerar que pouco avançaram os processos de integração entre os países da região, no Brasil, como conformação de um espaço nacional de reprodução do capital, os processos de integração avançaram. Mas, agora, sob outras bases. No Brasil pós-1980 não se estrutura um eixo integrador do território nacional a partir da industrialização. A industrialização em São Paulo gerou, durante o período anterior, a formação de uma periferia imediata a sua produção e uma periferia mais afastada de seus processos de produção e circulação de mercadorias. Conforme Cano (2011), em todas as fases de industrialização há um avanço no processo de integração nacional. Porém, tal processo só se desenvolve condicionado às necessidades de São Paulo e também de maneira contraditória, em que havia ampliação dos espaços de reprodução capitalista, mas também se criava um tipo de concorrência nacional que terminava por substituir uma série de capitais regionais.

No caso do atual padrão de reprodução do capital, atesta-se um processo de integração *dos espaços nacionais de produção e logística de mercadorias exportáveis*. Regiões são integradas via eixos de exportação – mesmo que o projeto dos ENIDs do governo de Fernando Henrique não tenha vigorado, o próprio sentido da reprodução capitalista no espaço nacional permitiu a formação de eixos logísticos. Estes eixos não são articulados somente pelas infraestruturas de transporte. Também são condicionados por hierarquias de produção e comercialização nas regiões e por outras infraestruturas desenvolvidas ao longo deles. Portanto, a integração das fases internas de reprodução do capital ocorre não mais por meio da centralidade metrópole nacional irradiadora de processos produtivos e mercantis, desenvolve-se uma hierarquia espacial a partir das novas necessidades de acumulação no atual padrão de reprodução do capital.

Temos, portanto, novas condições de inserção das regiões setentrionais do país em termos de reprodução, apesar de nossa produção ainda ser concentrada no Centro-sul do país, a ponto de ser possível referir-se a processos de intensificação produtiva do Centro-norte do país, mesmo que haja alterações também nas regiões

¹⁶ Para mais elementos sobre a centralidade da indústria de bens duráveis para a acumulação de capital no Brasil durante o padrão de industrialização ver Gomes Jr., Macedo e Aruto (2018) e Marini (1991).

meridionais. Dito isto, passamos agora especificamente esta nova regionalização no Brasil, nos termos deste padrão de reprodução do capital. Mais adiante, no capítulo segundo, discutiremos a formação de uma ampla região de acumulação nos cerrados brasileiros e na parte meridional da floresta amazônica e como esta nova região prescinde do deslocamento da fronteira agromineral.

1.4 Expansão da especialização produtiva sobre o território e nova regionalização no capitalismo brasileiro

Já vimos como se manifesta o atual padrão de reprodução do capital na América Latina e os aspectos gerais deste padrão no Brasil. Mas como condição de avançarmos em nossa perspectiva espacial, trabalharemos mais especificamente os determinantes regionais do novo padrão no Brasil. Os diferenciais da produção regional, antes de mostrar uma forma específica de formação socioespacial, evidencia como o capital integra as regiões brasileiras num nível de mediação nacional que internaliza os ciclos de reprodução do capital de acordo com as hierarquias desenvolvidas estruturalmente em nossa economia.

Até a década de 1980 se desenvolve no Brasil uma hierarquização regional baseada na centralidade produtiva e mercantil da metrópole nacional, São Paulo. A mediação desta metrópole com as demais regiões produtivas do país acompanha hierarquias definidas a partir das metrópoles regionais – Porto Alegre, Curitiba, Goiânia, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Manaus. Nestas centralidades desenvolviam-se grandes regiões de influência imediata que atendiam aos processos produtivos nacionais de acordo com o tipo de interação definida pela metrópole nacional. Portanto, nas várias fases do período de industrialização desenvolve-se no país uma divisão produtiva nacional que alarga mais seus mecanismos de integração no Centro-sul, garante o fornecimento de força de trabalho do Nordeste, desenvolve a fronteira agropastoril no Centro-Oeste e estabelece algumas zonas produtivas no Norte.

Esta regionalização é resultado da integração nacional desenvolvida por São Paulo como principal centro interno metropolitano. A analogia de *constelações de metrópoles e satélites* feita pelo Gunder Frank (1969) define bem a expansão do capitalismo nacional e o conseqüente acionamento dos espaços de acumulação. Toda esta trama espacial se envolve, ainda, das hierarquias globais resultantes do pós-Guerra. Para toda metrópole no país, há espaços satelitizados de reprodução do

capital. Mas sempre também há uma metrópole em nível de hierarquia superior. Mesmo a metrópole nacional, neste contexto, é satélite dos centros globais capitalistas.

A partir do momento que se encerra a fase de acumulação industrializante, o capitalismo nacional inicia o processo de reconfiguração da hierarquia interna e de seus componentes regionais. Todo este processo ainda está em curso, acompanha fases de expansão e crises de realização generalizadas. Ainda que São Paulo permaneça como *locus* principal da acumulação nacional, os movimentos de re-hierarquização são contínuos e vão remodelando novas e velhas metrópoles e seus satélites.

Ao longo dos anos de 1980, com a crise da dívida, pouco se altera em termos de construção de novas hierarquias no espaço nacional devido à falta de impulso que a acumulação gerava para desenvolver estes processos. Toda esta década, na verdade, se traduz mais como uma fase de transição estrutural em que, o Estado nacional, insiste em manter as condições gerais de acumulação pretéritas e se volta para a necessidade de estabilização dos preços macroeconômicos com fins à acumulação. Mas, aos poucos, viabiliza-se a institucionalidade necessária para acompanhar a nova fase de acumulação, que se consolida em meados dos anos de 1990.

É somente a partir dos anos de 1990 que os nexos espaciais de produção desenvolvidos no padrão anterior são, aos poucos, substituídos pelos novos processos de integração nacional. Novos centros de produção surgem fora do *core* industrial do Sudeste do país. Ainda assim, a estruturação espacial anterior pesa sobre esta re-hierarquização. Observamos a fase mais aguda das crises metropolitanas até então, incapazes de incorporarem força de trabalho que ainda migra para estes grandes centros e anacrônicas quanto ao sentido do desenvolvimento produtivo no novo padrão.

Miranda e Gomes Jr. (2017) mostram o crescimento populacional das classes intermediárias de cidades, principalmente nas regiões do Centro-oeste, na porção meridional da floresta amazônica e nos cerrados nordestinos. Os autores verificam que junto com a produção agromineral cresce não só a população urbana dessas regiões como também a infraestrutura necessária para dinamizar os processos produtivos e ligar aquelas regiões com seus mercados.

Darcy Ribeiro (1995) nos chamará atenção para esta crise estrutural das metrópoles brasileiras, ao afirmar que:

No presente século, teve lugar uma urbanização caótica provocada menos pela atratividade da cidade do que pela evasão da população rural. Chegamos, assim, à loucura de ter algumas das maiores cidades do mundo, tais como São Paulo e Rio de Janeiro, com o dobro da população de Paris ou Roma, mas dez vezes menos dotadas de serviços urbanos e de oportunidades de trabalho. É um mistério inexplicado até agora como vive o povaréu do Recife, da Bahia, com aquela trêfega alegria, e, ultimamente, como sobrevivem sem trabalho milhões de paulistas e cariocas (RIBEIRO, 1995, p. 199-200).

Esta crise não é meramente urbana, é uma crise de transição estrutural que ainda se opera sobre o território nacional. Apesar de já identificarmos o sentido geral da acumulação neste padrão sobre o espaço nacional, esta dinâmica não superou totalmente a hierarquia espacial anterior. É, inclusive, possível que, sob o atual padrão de produção do capital, se mantenham certos traços gerais da centralidade de São Paulo, como ainda pode ser verificado nos dias atuais.

Mas, certamente, esta nova hierarquização nos leva, aos poucos, para a reconfiguração regional do país. De forma geral, temos uma unidade produtiva em algumas regiões não verificada anteriormente. Há uma tendência de expansão produtiva agropastoril, e sua conseqüente expansão agroindustrial, de parte da região centro-sul para as zonas de transição entre os cerrados brasileiros e a floresta amazônica. Este processo nos mostra formas parecidas de formação de centros urbanos, estrutura agrária e incorporação de força de trabalho desde o Paraná, passando por todo Centro-oeste e alguns gerais do norte mineiro e oeste baiano até a porção sul e oriental da floresta amazônica. Ainda há diferenças importantes no desenvolvimento desta região econômica, mas a tendência é de expansão sob aquelas estruturas. Verificaremos mais adiante como todo este espaço cria a tendência a uma nova regionalização de ao menos parte do espaço incorporado pela fronteira agromineral.

Por outro lado, os nexos econômicos regionais do Sudeste permanecem de certa forma estruturados, apesar do recente aumento dos investimentos produtivos na extração de petróleo nas bacias de campos e do crescimento da produção de celulose no norte do Espírito Santos e sul da Bahia. Mas para o conjunto da macrorregião já é possível perceber diferenciais de integração, desarticulando a primazia econômica das metrópoles da região e o fortalecimento das centralidades regionais a partir de cidades de nível intermediário na hierarquia produtiva regional. É

o caso das cidades de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, que sempre tiveram importância regional, mas que agora exercem comandos mais estreitos à produção de suas regiões de influência imediata e seus respectivos eixos exportadores.

Outra dinâmica regional de inserção no padrão exportador de especialização produtiva tem algumas porções do Nordeste. Em geral, ocorre integração por meio de novas estruturas produtivas onde há proximidade com a expansão da produção agropastoril do país. É o caso do oeste baiano que já desponta como grande produtor de grãos. Também é o caso do vale do São Francisco com sua produção de frutas. Como vinculação com estes novos processos, as demais porções da região se entrelaçam por meio de eixos logísticos, acompanhando o crescimento dos investimentos portuários e das exportações.

No Sul, temos uma série de fatores que já vinculavam boa parte da produção regional com a terra. Foi no Rio Grande do Sul que se iniciou a expansão da produção de soja no Brasil. Em Santa Catarina temos toda uma ocupação territorial baseada na pequena produção diversificada que agora crescentemente se dinamiza por meio de estruturas oligopolistas industriais e comerciais. O Paraná se estabelece junto à expansão da produção agrícola paulista há mais tempo. Temos ainda mais generalizada a produção por pequenos produtores organizados em várias sub-regiões destes três estados, ainda como resultado da assimilação da imigração europeia do século XIX na região. Também temos que considerar o importante crescimento dos portos regionais e da indústria maquiladora em torno deles, principalmente no vale do Itajaí. Já o porto de Paranaguá é importante ponto de escoamento da produção nacional há muito tempo.

Desenvolve-se, então, vários eixos de produção regionalizados e estritamente vinculados à exportação. Enquanto a tese – acertada sob o ponto de vista desenvolvimentista – da desindustrialização do país observa o que se alcançou no passado, com a industrialização, e ver no presente a falta da continuidade e consolidação daqueles processos, temos que dar um passo mais a fundo desta questão. Há sim um processo de desindustrialização precoce no Brasil justamente porque, com as mudanças estruturais do capitalismo mundial a partir dos anos de 1980, as bases nacionais de acumulação não precisavam mais seguir adiante com a indústria estruturada a partir do vínculo com as metrópoles do país.

Ainda temos São Paulo como o maior centro capitalista do país e o estado que mais gera valor adicionado industrial em nosso território. Mas, se considerarmos

a geração de valor e seus ciclos de reprodução veremos como estas atividades estão espacializadas para além de São Paulo. Porém, os serviços adjacentes à geração de valor no país, como as atividades financeiras, ainda têm muito peso em São Paulo, justamente por ainda conter a metrópole nacional, ainda que dependente. Seu espaço urbano está hierarquizado para fora, pois há um sentido mais alocativo (não de comando) na participação de SP no circuito mobiliário e financeiro mundial do que de produção do espaço.

Segundo Monteiro Neto e Silva (2018), há um processo de desindustrialização no país verificado pela redução relativa do valor adicionado bruto (VAB) da indústria em relação ao valor adicionado total, principalmente a partir dos anos 2000. Os autores argumentam sobre a falta de planejamento estatal e de algumas questões conjunturais – baixa taxa de investimento produtivo, câmbio sobrevalorizado, aumento dos preços nos mercados de *commodities* – como fatores que justificam a desindustrialização. Porém, é importante ressaltar que, nos termos aqui discutidos sobre determinantes dos processos de acumulação, a desindustrialização tem um componente estrutural vinculado às alterações na dinâmica capitalista mundial.

Para além dessas justificativas causais sobre a desindustrialização no Brasil, a questão, como bem apontada pelos autores, é que ela é um fato. Mas se existe desindustrialização no Brasil, como ela opera sobre o território? Essa é a pergunta principal do trabalho dos autores. Por meio de dados das contas regionais os autores mostram que a indústria que mais cresceu fora aquela vinculada a recursos naturais. E estas indústrias cresceram mais fora do estado de São Paulo, mesmo que o Sudeste ainda centralize grande parte da transformação industrial no país. Inclusive estes setores vinculados aos recursos naturais cresceram de forma especializada nos territórios fora da região sudeste.

Mais que olhar para as regiões que receberam os investimentos industriais fora de São Paulo e do Sudeste é importante destacar que nesta região também houve alterações produtivas, onde a indústria baseada em recursos naturais cresceu mais que os demais setores da tipologia utilizada por Monteiro Neto e Silva (2017). Como afirmamos na introdução desta tese, o novo padrão de reprodução do capital aciona todo o território nacional por meio de novas dinâmicas produtivas e de inserção nos mercados internacionais.

Portanto, mais que analisar dados secundários e olhar para a tentativa passada de industrialização dependente, devemos nos ater para os movimentos que nos mostram as novas configurações regionais de reprodução do capital. Não só num sentido de entender especificamente estas novas configurações, mas também para caracterizarmos os processos mais gerais de reprodução do capital no país.

Por fim, devemos considerar que o padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva cria um novo processo de regionalização da economia brasileira. Se entendermos região como o espaço de mediação entre os processos mais concretos de reprodução do capital e o território nacional que a condiciona nos processos globais de circulação, temos que já se conforma uma região de expansão produtiva baseada no latifúndio monocultor, em que seus fluxos de mercadorias são definidos por grandes empresas comerciais, grandes consórcios logísticos e um processo de criação de centros de dominação espacial baseados na intermediação da produção e da circulação da produção regional por meio de cidades intermediárias quanto a seu papel na rede urbana regional.

Ao contrário da expansão produtiva no Paraná, por exemplo, a região que concentra os estados do Centro-oeste, região meridional amazônica e cerrados nordestinos – concentrados na Bahia, no Maranhão e no Piauí – internaliza os processos integradores por meio da constituição das características elencadas no parágrafo anterior num espaço antes menos integrado com o resto do país. Ao mesmo tempo, os estados do Centro-oeste, ao serem ocupados pela itinerância da produção agropastoril capitalista num período anterior ao próprio início do atual padrão de reprodução do capital dita os termos gerais da ocupação territorial para além de suas terras, tanto para a floresta amazônica, quanto para os cerrados nordestinos.

No Paraná, a expansão produtiva ocorre por meio do alargamento da região de influência imediata de São Paulo no início de seu processo de industrialização. Ou seja, além de ter mais sedimentado em seu território os processos produtivos relativos à produção agropastoril do padrão anterior, ainda estrutura mais nexos produtivos com setores de bens de produção do centro capitalista nacional. Da mesma forma, as transformações do Sudeste, em termos de ampliação da importância da produção extrativa mineral, não têm a mesma base de incorporação territorial de espaços *relativamente vazios* nos termos da expansão capitalista.

Por isso, a região que, neste estágio, internaliza a fronteira agromineral, é a região que melhor representa a expansão produtiva de acordo com este padrão. É

esta região que mostrará melhor receptividade quanto à forma de ocupação territorial e ao modelo espacial de distribuição da produção ligada à terra que estabelece nexos produtivos e mercantis por meio de cidades de intermediárias, de tamanhos e diversidade produtivas nitidamente inferiores àquelas verificadas nas metrópoles brasileiras, mas também que internalizarão com igual intensidade todas as contradições da formação urbana e regional de um país incapaz de incorporar a massa populacional nos empreendimentos mais dinâmicos de seu capitalismo.

Abaixo, uma figura extraída do livro da Becker e Egler (2006, p. 203), “Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo”. A divisão política das cinco grandes regiões é tomada hoje apenas como referência mais geral, porque nem as políticas dos governos adotam mais esse recorte, preferem particularizar determinadas dinâmicas territoriais. Menos ainda dá para tratá-las como homogêneas, pois seus conteúdos mudaram e se diversificaram. No mapa há também os vetores de expansão sobre o território. E é nítida a configuração de uma fronteira de incorporação de espaços mais alheios aos processos gerais de acumulação do país. É justamente na “grande fronteira”, definida na legenda da figura, que os autores afirmam que há abertura para novas frentes de acumulação e que geralmente é uma área acionada pelo Estado Nacional ou pelo capital estrangeiro.

Figura 2. Reprodução da figura 5.7 “O espaço transfigurado” de Becker e Egler (1993)



Mesmo que nossas considerações anteriores não definam a expansão da fronteira agromineral só por meio de movimentos de expansão capitalista sobre o território nacional orientados e gestados pelo Estado e pelo capital externo, é possível perceber neste mapa a amplitude que a regionalização aqui discutida dá a este espaço de fronteira agromineral. Como também é relevante diferenciar, como acabamos de fazer, a região de expansão do Centro-sul, presente já no período de industrialização, com as regiões atuais de fronteira, próximas ou pertencentes à região amazônica. Este mapa só não representa todo o acúmulo desta seção porque falta considerar que a fronteira também avança sobre os cerrados nordestinos, superando a visão de que toda aquela região é caracterizada por um cinturão agro-mercantil. De fato, com exceção do espaço acima denominado de complexo agro-mercantil, as condições de expansão produtiva para regiões centrais do país se aproxima da figura 01, presente na introdução desta tese.

CAPÍTULO 02 – A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO ESPAÇO: FRONTEIRA AGROMINERAL, QUESTÃO AGRÁRIA, URBANIZAÇÃO E INCORPORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Neste capítulo trataremos da fronteira agromineral como um processo histórico, discutindo-a sob o ponto de vista da nova regionalização dos processos produtivos capitalistas no Brasil em vistas do padrão exportador de especialização produtiva e evidenciar as mudanças provocadas pela integração dos processos produtivos neste espaço. Nesse sentido, a questão agrária é redefinida e aprofundada nesse padrão de reprodução do capital, assim como a urbanização, especialmente com maior importância da centralidade das cidades intermediárias da região. E, por fim, destaca-se o caráter eminentemente urbano da força de trabalho no espaço amazônico.

2.1. Fronteira agromineral em face da nova regionalização

As bases da agricultura itinerante, segundo Furtado (1959) e Furtado (2007), são as *relações de produção* e a *oferta de terras*. Por isso que essa questão é renovada ao longo dos variados ciclos econômicos e em todas as regiões do país. Cano (2002, p. 118) afirma que Furtado, apesar de focar seus estudos na empresa agrícola açucareira no Nordeste, incorpora o “surgimento e evolução de outras agriculturas posteriores em outros espaços”. E conclui que,

Embora essas agriculturas tenham apresentado processos diferenciados em vários aspectos (pecuária, algodão, açúcar; escravismo, trabalho assalariado etc.), vão resultar naquilo que Furtado chamou de *agricultura itinerante*, que molda a formação da maior parte das nossas estruturas sociais (CANO, 2002, p. 118).

Furtado (2007) estabelece a abundância de terras como um elemento central para entendermos a agricultura brasileira. O autor aponta no texto *A Operação Nordeste*, e também em sua obra *Formação Econômica do Brasil*¹⁷ um processo contínuo de interiorização de um segundo sistema econômico, dependente da economia açucareira nordestina. O autor discute os efeitos da abundância de terras sobre a dinâmica interna da colônia portuguesa. Como havia terras abundantes para além do litoral açucareiro, permitiu-se a expansão do complexo açucareiro com a manutenção da criação de gado extensiva e itinerante (FURTADO, 2007, p. 60).

17 Ver Furtado (1959) e Furtado (2007), respectivamente.

Inclusive no período atual a assim chamada agricultura itinerante no Brasil não obedece a um tipo de abundância de terras em termos puramente absolutos. A forma de apropriação das terras no Brasil garante que não só permaneça o avanço da ocupação de novas terras até os dias atuais, como também permite que terras já incorporadas sejam reutilizadas, mas na forma estrutural de apropriação fundiária no país. As terras do estado de São Paulo, antes ocupadas majoritariamente pela plantação de café, dão espaço para as culturas da cana-de-açúcar e da laranja, mais rentáveis que a primeira. Mas estas culturas também estão inseridas num processo de expansão produtiva via latifúndio monocultor.

Porém, Cano (2002) cita que mesmo em regiões onde o latifúndio não foi a regra de ocupação, como no Espírito Santo e parte do Sul do país, a “dominação” do capital mercantil, aliada a uma baixa incorporação de progresso técnico, obrigou os produtores locais a itinerar. De maneira geral, a permanência da agricultura itinerante no país, mesmo após os processos de industrialização a partir de 1930 e da modernização conservadora do campo a partir da década de 1960, está relacionado à permanência da questão agrária no Brasil. Ou seja, não importa se o deslocamento da fronteira agrícola ocorra em terras mais férteis ou não, com força de trabalho assalariada ou semiescrava, se há incorporação técnica ou permanece expedientes atrasados nos processos produtivos. Há uma característica geral dessas novas ocupações por meio de um avanço das grandes propriedades rumo ao interior do país, predominantemente para a agricultura de exportação.

Dessa forma, não é somente a abundância de terras que explica a itinerância da agricultura. Fosse isso, observaríamos as mesmas condições no desenvolvimento da agricultura dos Estados Unidos da América. E Silva (2001) já nos evidenciou que há diferenças profundas entre o desenvolvimento agrícola e da incorporação de terras entre o Norte e o Sul do continente americano ao longo dos últimos séculos. Há formas distintas de relação entre a expansão interna da produção capitalistas entre países que alcançaram graus superiores de desenvolvimento das forças produtivas a partir da segunda revolução industrial e países que permaneceram subordinados aos processos externos de acumulação. O uso da terra numa economia subdesenvolvida deve ter uma flexibilidade suficiente para atender às condições impostas por nosso papel na divisão internacional do trabalho.

Assim, a chamada agricultura itinerante passa a ocorrer com a incorporação de mais terras e regiões e também por meio da alteração das culturas

plantadas ao longo dos ciclos de expansão do capital mundial. Nos termos de Prado Jr (1965, p. 128), “em cada um dos casos em que se organizou um ramo de produção brasileira, não se teve em vista outra coisa que a oportunidade momentânea que se apresentava”. E o ciclo se completa da seguinte forma: “[A produção] continuar-se-á até o esgotamento final ou dos recursos naturais disponíveis, ou da conjuntura econômica favorável” (PRADO JR., 1965, p. 128). Ou seja, nossa inserção na economia mundial cria mecanismos oportunistas de expansão do setor agrícola onde, dificilmente, se apresentará em nosso território aspectos de uma agricultura secularmente desenvolvida. Pelo contrário, essa agricultura conseguirá atualizar suas técnicas de produção, de circulação e de realização de seus produtos nos termos da fronteira tecnológica vigente, mas sempre de forma reflexa, a reboque dos países centrais e de suas transnacionais, como aponta Ribeiro (1978).

Nascimento (2008; 2012), discute a itinerância da ocupação territorial para produção agropecuária no Brasil também a partir de sua relação com a questão agrária e ambiental. O autor afirma que a degradação ambiental e as consequências sociais da estrutura agrária no Brasil são fatores indissociáveis do sentido que a expansão do setor agropecuário teve e tem em nosso país. Atualmente, segundo o autor, a itinerância da produção agropecuária incorpora elementos ditos *modernos*, em que se amplia a produtividade do latifúndio sem, contudo, reduzir o caráter eminentemente extensivo de sua expansão e intensivo de degradação ambiental. Além disso – um aspecto que será discutido mais adiante – há um processo de mediação desta expansão por outro tipo de rede urbana, não mais tão esparsa como outrora, mas articulada com a produção altamente tecnicizada do campo.

É essa construção argumentativa que nos permite entender também a formação daquilo que se convencionou chamar de fronteira agrícola: o avanço sobre novas terras pelo latifúndio monocultor integrado aos processos gerais de reprodução do capital no país. Chamaremos aqui de fronteira agromineral por trabalharmos com os processos de uso do solo de maneira geral, não só para a produção agropastoril, dado que aquele setor também condiciona regionalmente a acumulação a partir de um ponto de partida produtivo extra urbano. A fronteira, então, além do limite espacial da agricultura itinerante no Brasil, tem um componente estritamente histórico de reprodução de sua forma.

A fronteira agromineral torna-se, no momento atual, o negativo do padrão atual de reprodução do capital no Brasil. É o limite do uso do território para produção

de *commodities* e o *locus* de experimentação de novas possibilidades de inversão de capital voltada para a exportação destes produtos. Se antes, nossos limites e possibilidades de acumulação se concentravam nas metrópoles cada vez maiores e mais centrais, agora é em seu oposto que a acumulação capitalista adquire seu sentido no país.

Tais condições elegem novas interações espaciais, a ponto de superar o pressuposto de antigas hinterlândias no processo de integração de eixos logísticos e de avanço da produção. A região amazônica será o caso mais emblemático em que, até pouco tempo atrás, a ocupação da floresta era determinada pela articulação de Belém com centros externos. A partir do momento que os eixos logísticos são estabelecidos em parte da região, num processo de integração nacional para expansão da reprodução do capital por todo o território, a capital paraense perde, aos poucos, seu sentido como centro integrador de grande parte do norte do país com o *core* produtivo nacional e internacional. É a constituição de uma outra integração, e não a desarticulação deste processo, que se evidencia com essas manifestações sobre o espaço.

É realmente uma integração de eixos logísticos nacionais para a exportação de bens. Reparem que até aqui se modifica os laços de integração interna, onde o escoamento também era concentrado em portos próximos do centro dinâmico do país em fase de industrialização. Mesmo que os portos de Santos e Paranaguá concentrem a maior parte das exportações do país, inclusive de alimentos e matérias-primas, já existem novos portos ao longo do rio Amazonas e do litoral norte do país, inclusive com grande participação no escoamento de cargas minerais e de grãos. É a formação de uma nova configuração das formas de integração com o mercado mundial que, aos poucos, nos mostra a superação do antigo padrão de reprodução do capital.

Aliado à constituição dos eixos logísticos nacionais a partir do Plano de Metas do governo Kubitscheck temos a formação posterior de políticas de integração da Amazônia com a economia nacional a partir de grandes projetos, como a constituição do espaço privilegiado de acumulação no Sudeste Paraense, desenvolvido por meio da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e do Projeto Grande Carajás de extração de minério de ferro (COELHO et al., 2005). Se observarmos as análises das políticas econômicas para a Amazônia em Oliveira et al. (2014) perceberemos que somente nos governos militares da década de 1970 que os

processos de integração da Amazônia realmente foram efetivados. As demandas por recursos financeiros e deduções de impostos para redução das desigualdades regionais pouco efeito tiveram para a Amazônia antes disso.

Se nossa análise sai da dinâmica deste novo padrão para o sentido da ocupação no Brasil, nos termos de Caio Prado, perceberemos que novamente o mercado mundial provoca uma alteração do centro dinâmico de nossa economia nacional. Não que a história esteja se repetindo. Nossos processos internos estão em plena modificação em favor da permanência de nossas condições estruturais, inclusive na produção agrícola e mineral capitalizadas.

Ou seja, a permanência da agricultura subdesenvolvida e dependente ocorre sob novas e velhas bases. Como novas bases, entendemos a modernização agrícola, com a incorporação de mão de obra assalariada; introdução de técnicas; novos insumos e novas máquinas e equipamentos; e até mesmo com uma estrutura de financiamento, principalmente via subsídios, mais robusta¹⁸. Quando Cano (2002, p. 140) analisa o período pós-1970, afirma que “a causa da itinerância dessa agricultura, no período recente, não foi a manutenção do atraso do setor e sim esse conjunto de novos expedientes”. Como tudo isso ocorre com a permanência do latifúndio, mesmo mais produtivo que antes, esses expedientes, em última instância, resultaram em uma série de problemas urbanos e rurais em torno da questão agrária nunca resolvida no país. E, conseqüentemente, é dessa maneira que a fronteira agromineral se reproduz no território. É por meio desses expedientes que devemos analisá-la.

Com uma ocupação via grandes produtores baseada na expulsão de posseiros, índios, meeiros e outros tipos de pequenos agricultores e, mais recentemente, com um forte conteúdo de especulação sobre as terras, a questão agrária do país continua sem ser resolvida e percebemos suas conseqüências continuamente. Tomemos o exemplo da emergência nas últimas décadas de cidades médias para atender a demanda por bens, serviços e força de trabalho especializada pela agropecuária moderna. Nesse caso, apesar de assistirmos a uma grande dinamização econômica da região Centro-Oeste e parte das regiões Norte e Nordeste, surgem uma série de problemas econômicos e sociais, inclusive urbanos, nesses espaços, como veremos adiante.

¹⁸Sobre o crescimento do montante ofertado de crédito rural no país ver Gomes Jr. (2015).

Todo o território nacional passa, portanto, por transformações vinculadas a padrão exportador de especialização produtiva. Se tomarmos a dinâmica da produção de *commodities* – *centro dinâmico da economia nacional atualmente* – veremos uma conformação de regiões produtoras de grãos, principalmente soja, em toda a porção do bioma Cerrado e suas proximidades, e também com plantações em parte da região Sul. Há o surgimento de vários portos, inclusive os chamados portos secos que servem de mecanismo secundário de escoamento da produção a partir do interior; plantação de culturas mais rentáveis nas terras mais caras, principalmente no estado de São Paulo, onde concentra a produção de laranja e cana de alta produtividade; criação bovina como mecanismo de avanço territorial da fronteira agromineral, caracterizando o estado do Pará como um dos maiores produtores deste tipo de rebanho no país; uma série de enclaves de extração mineral nas serras e no mar. Este é um mapa mais geral que encobre tantos outros exemplos mais específicos de desenvolvimento de um sentido único para a produção nacional: a especialização territorial produtora de *commodities*.

Por outro lado, para o caso aqui discutido, teremos na fronteira agromineral a expansão da produção do campo para além de qualquer tentativa de delimitação territorial pelo Estado. Não há qualquer proximidade entre a delimitação territorial do Plano de Desenvolvimento Agrário da região do Matopiba (acrônimo das siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) – PDA-Matopiba – com a expansão efetiva da fronteira agromineral no território nacional. O PDA-Matopiba surge como uma tentativa de direcionamento dos investimentos públicos para o avanço de parte da fronteira agromineral e não de sua totalidade. É tal que avança também por outros estados a ocupação de terras para cultivo de grãos e criação de gado. Podemos citar o avanço em Rondônia e Pará como territórios de expansão mais latente atualmente.

Tabela 3. Efetivo bovino (1995, 2006 e 2017), número de estabelecimentos agropecuários (2017); razão entre cabeças de gado e número de estabelecimentos (2017) e taxa de crescimento anual do efetivo bovino por estados da federação ou conjunto de estados

Unidade da Federação	1995	2006	2017	Núm. de est. agrop. (Unid.) 2017	Razão cabeças/est. 2017	Tx de cresc. anual 17/06
Mato Grosso	14.438.135	20.666.147	24.118.840	92.305	261,3	1,41
Minas Gerais	20.044.616	20.332.335	19.494.287	381.561	51,1	-0,38
Mato Grosso do Sul	19.754.356	20.634.817	18.159.792	54.067	335,9	-1,15
Goiás	16.488.390	18.234.548	17.268.103	125.342	137,8	-0,49
Pará	6.080.431	13.933.883	15.298.613	97.012	157,7	0,85
Rio Grande do Sul	13.221.297	11.334.510	11.443.487	260.650	43,9	0,09
Rondônia	3.937.291	8.542.726	9.827.031	72.855	134,9	1,28
Paraná	9.900.885	9.118.107	8.395.422	169.176	49,6	-0,75
São Paulo	12.306.790	10.506.430	8.328.671	106.524	78,2	-2,09
Bahia	8.729.953	10.229.459	8.171.185	291.978	28,0	-2,02
Tocantins	5.218.142	6.565.729	6.340.469	50.061	126,7	-0,32
Maranhão	3.902.609	5.812.164	5.412.019	90.369	59,9	-0,65
PE+PB+AL+RN+SE	6.122.303	5.961.237	4.764.133	304.276	15,7	-2,02
Santa Catarina	3.097.351	3.126.002	3.725.827	132.010	28,2	1,61
RJ+ES	3.602.491	3.715.718	3.626.299	64.700	56,0	-0,22
AC+AM	1.581.118	2.906.738	3.386.853	36.878	91,8	1,40
CE+PI	4.086.863	3.830.299	3.323.146	182.579	18,2	-1,28
Roraima	399.939	536.396	674.501	6.822	98,9	2,10
Distrito Federal	85.615	81.441	63.009	1.422	44,3	-2,31
Amapá	59.700	78.815	36.481	662	55,1	-6,76

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1995/2006/2017.

*As críticas qualitativa e quantitativa dos dados do Censo Agropecuário de 2017 ainda não foram concluídas, razão pela qual os resultados ora apresentados são preliminares, estando, portanto, sujeitos a alterações posteriores.

Tanto no caso da expansão da soja quanto da criação bovina percebemos que há crescimento substancial com um mesmo processo de espacialização da produção, consolidando áreas do Centro-sul, ao mesmo tempo que já alcança outras áreas das regiões Norte e Nordeste. Agora também é importante considerar que, ao contrário das regiões de ocupação do Centro-sul, nas novas frentes de expansão há uma incorporação de terras pela soja e pelo gado com estabelecimentos de tamanhos relativamente maiores, como nos mostra a razão entre a produção e criação pela quantidade de estabelecimentos de cada cultura. A produção de soja chega a ter certo grau de concentração superior à produção bovina nos estados de ocupação mais recente. É o caso do estado do Piauí, que tem somente 275 estabelecimentos

produtores de soja mas que produziram, em média, 7232,4 toneladas do grão em 2017.

Tabela 4. Quantidade produzida de soja (ton) (1995, 2006 e 2017), número de estabelecimentos produtores (2017); razão entre quantidade produzida (ton) e número de estabelecimentos (2017) e taxa de crescimento anual da produção por estados da federação

Unidade da Federação	1995	2006	2017	Núm. de est. agrop. (Unidades) 2017	Razão quant/est. (2017)	Tx de cresc. anual 17/06
Mato Grosso	4.438.946	11.747.265	29.281.387	7.061	4146,9	8,66
Rio Grande do Sul	4.253.171	7.929.789	17.268.759	95.394	181,0	7,33
Paraná	6.046.293	8.763.847	15.334.257	84.499	181,5	5,22
Goiás	1.960.112	5.514.272	10.126.296	7.792	1299,6	5,68
Mato Grosso do Sul	1.796.994	3.872.197	7.943.546	7.093	1119,9	6,75
Bahia	721.320	2.348.832	4.904.811	786	6240,2	6,92
Minas Gerais	864.894	2.022.563	4.489.824	5.514	814,3	7,52
São Paulo	850.480	1.024.988	4.219.449	7.644	552,0	13,73
Maranhão	135.123	786.174	2.127.651	449	4738,6	9,47
Piauí	20.293	577.705	1.988.917	275	7232,4	11,89
Santa Catarina	408.861	726.474	1.913.892	16.797	113,9	9,21
Tocantins	14.097	546.525	1.887.841	1.070	1764,3	11,93
Pará	221	58.635	1.087.105	577	1884,1	30,40
Rondônia	1.504	150.567	805.874	402	2004,7	16,47
Distrito Federal	50.229	112.436	243.625	304	801,4	7,28
Roraima	669	11.005	79.470	57	1394,2	19,69
Amapá	-	128	33.482	16	2092,6	65,88
Ceará	61	1.396	1.060	8	132,5	-2,47
Alagoas	88	256	814	5	162,8	11,09
Pernambuco	199	67	7	10	0,7	-18,56

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1995/2006/2017.

*As críticas qualitativa e quantitativa dos dados do Censo Agropecuário de 2017 ainda não foram concluídas, razão pela qual os resultados ora apresentados são preliminares, estando, portanto, sujeitos a alterações posteriores.

** Acre, Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo e Rio de Janeiro apresentaram menos de três informantes.

O caso do estado do Pará é emblemático. Fora da realidade institucional do PDA-Matopiba, o estado é o que tem o maior rebanho de gado da região Norte e já se apresenta como o segundo maior produtor de soja dessa região, superado somente pelo estado do Tocantins. Considerando ainda que é aquele estado o maior exportador de minerais metálicos da região e o segundo maior do país, chegamos à conclusão que a síntese da expansão territorial via fronteira agromineral é, na verdade, o estado do Pará, e não a “última fronteira agrícola do mundo”. Além disso, das condições que já se apresentam na produção brasileira, o Pará oferta as melhores

e mais efetivas condições de ocupar novas terras antes desvinculadas dos circuitos nacionais de produção de *commodities* e integrá-las ao comércio internacional.

Mesmo que o PDA-Matopiba tenha naufragado com o *golpe jurídico-político*¹⁹ sobre o segundo governo Dilma, temos que considerá-lo em nossa análise como uma plataforma consciente, desenvolvida pelo Estado nacional, de ocupação territorial por meio de grandes propriedades de terra. Temos que lembrar também que tal plano, apesar de vários equívocos em termos de diagnóstico e estratégia (GOMES JR., 2016) se apresentou como um planejamento para a expansão capitalista de parte da fronteira agromineral. Longe de ações desconexas, a expansão da fronteira agromineral prescinde de um ordenamento institucional para avançar.

Essa nova regionalização não obedece simplesmente aos critérios de logística definidos pelos modais de transporte que cumprem mais uma função de levar a produção interna aos portos que propriamente integrar o país. Obedece, antes de tudo, à chegada da atual fase de itinerância da agricultura, que incorpora terras antes ocupadas por posseiros, por antigos latifúndios improdutivos e, até mesmo, terras não ocupadas – mas adquiridas para incorporação futura – pelos processos de industrialização da agricultura no país. A logística que escoia a produção nacional para os portos é, antes de mais nada, consequência dessas alterações no território nacional. Os chamados portos do arco norte²⁰, por exemplo, já avançam com investimentos para receber maior quantidade de produtos, mas ainda representam uma pequena porção das exportações totais do país em termos de volume exportado. Por outro lado, em termos de quantum exportado já se percebe que há escoamento relevantes nestes portos.

¹⁹ Sobre a participação do poder judiciária na conjuntura política atual ver entrevista do Professor Pedro Estevam Serrano ao site Sul21: <https://www.sul21.com.br/areazero/2016/10/o-que-parece-estar-ocorrendo-na-america-latina-e-a-substituicao-da-farda-pela-toga/>. Acesso em: dez/2018.

²⁰ Miritituba, Santarém e Vila do Conde no Pará; Itaqui no Maranhão; Pecém no Ceará; Suape em Pernambuco.

Tabela 5. Participação percentual do volume das exportações dos principais portos em relação ao total exportado pelo Brasil – 2000 e 2017

Porto	% do volume medido em US\$ em 2000	% do volume medido em US\$ em 2017
Santos – SP	24,66	27,17
Porto De Paranagua – PR	7,09	7,76
Vitoria - Porto – ES	10,70	7,00
Sepetiba - Porto – RJ	1,51	6,77
Sao Luis - Porto – MA	2,77	6,71
Porto De Rio Grande – RS	6,72	5,70
Sao Paulo - Aeroporto – SP	5,31	3,81
Itajai – SC	2,53	3,27
Sao Francisco Do Sul – SC	3,07	3,01
Niteroi – RJ	0,02	2,74
Salvador - Porto – BA	1,41	2,73
Rio De Janeiro - Porto – RJ	5,15	2,69
Barcarena – PA	1,44	2,59

Fonte: MDIC/Base de Dados AliceWeb.

Tabela 6. Participação percentual do quantum das exportações dos principais portos em relação ao total exportado pelo Brasil – 2000 e 2017

Porto	Soma do quantum medido em Kg Líquido em 2000	Soma do quantum medido em Kg em 2017
São Luís - Porto – MA	46.465.539.616	179.981.157.296
Vitoria - Porto – ES	95.396.127.623	124.395.283.394
Sepetiba - Porto – RJ	34.209.758.268	120.331.263.149
Santos – SP	17.274.021.856	81.437.218.630
Porto De Paranaguá – PR	12.513.092.844	31.033.523.086
Porto De Rio Grande – RS	5.522.001.600	21.744.404.914
Niterói – RJ	13.731.138	18.749.364.254
Campos Dos Goitacazes – RJ	0	18.741.789.999
Barcarena – PA	1.999.323.995	16.191.161.808
Santarém – PA	4.078.121.373	12.787.419.309
São Francisco Do Sul – SC	2.898.594.647	9.564.076.415
Salvador - Porto – BA	1.044.739.847	8.346.202.484
São Sebastiao – SP	499.791.248	8.035.973.528

Fonte: MDIC/Base de Dados AliceWeb.

Alguns portos do arco norte não têm o mesmo fluxo de escoamento que aqueles presentes nas tabelas 05 e 06. O porto de Pecem, no Ceará, não alcançou $\frac{1}{4}$ do quantum exportado por Santarém-PA em 2017, enquanto que o porto de Suape, em Pernambuco, não chegou a $\frac{1}{7}$ do quantum exportado por este porto fluvial

paraense em 2017. Tais “escolhas” pelo Estado de escoamento de determinados portos dão mostras de que é a dinâmica produtiva territorial que garante sua centralidade e não o contrário.

A ampliação da infraestrutura logística é condição de expansão da fronteira agromineral. Mas tal condição só surge após a ampliação dos investimentos diretamente na produção de bens nessa região. Para entender esse aspecto, porém, é necessário rever os termos em que a questão agrária vem se redefinindo nesse padrão exportador de especialização produtiva.

2.2 A permanência da questão agrária

A questão agrária sofreu alterações profundas ao longo do período recente. Um país que passou por um acelerado processo de urbanização nas últimas décadas parece não precisar mais se deter em problemas relacionados ao campo. Parece, também, que eles foram superados pela modernização agrícola. Mas, considerando que a questão agrária tem um sentido histórico no subdesenvolvimento, precisamos situá-la no contexto atual de acumulação capitalista para entendermos sua importância. Delgado (2012, p. 127), ao final do seu livro, busca fazer isso nos seguintes termos:

[...] a inserção primária no comércio exterior; as relações de dependência subjacentes a tal inserção, expressas na Conta Corrente do Balanço de Pagamentos; a exacerbada valorização da renda fundiária neste processo e as pressões coetâneas por superexploração de recursos naturais e do trabalho humano são fatos históricos que se integram num todo articulado.

O autor conclui, na p. 128:

Em síntese, as condições da expansão agrícola vinculadas a 1) uma inserção externa dependente; 2) ao perfil da dupla superexploração dos recursos naturais e do trabalho humano; e 3) a uma forma de extração do excedente econômico, fortemente vinculada à renda fundiária; configuram novos ingredientes de uma questão agrária muito além dos limites setoriais da agricultura.

Uma das consequências dessas características da questão agrária atual, mas que também é um aspecto estrutural de nossa agricultura, é o deslocamento territorial da ocupação agrícola, também conhecido como expansão da fronteira agrícola. Fronteira agrícola é o limite extremo de ocupação territorial daquilo que ficou

conhecido na literatura econômica brasileira como agricultura itinerante²¹. Por isso discutiremos um pouco mais esses conceitos de modo a apreender a totalidade da questão agrária na atualidade.

No Brasil tivemos a conformação de uma economia colonial cujo centro metropolitano externo desencadeou a integração da economia colonial com os processos de acumulação primitiva do capitalismo originário europeu (PRADO JR., 1981; FURTADO, 2007; NOVAIS, 1986). Ainda na crise do antigo sistema colonial percebe-se a importância que este estatuto secular teve para a formação da economia industrial inglesa, mas também a necessidade irreversível de sua superação após a I Revolução Industrial. Enquanto colonial, a metrópole portuguesa desenvolve no Brasil o ordenamento territorial que, por muito tempo, fora o mais avançado em termos de utilização da força de trabalho e da terra para geração de uma indústria fora do continente europeu. Só nos séculos seguintes que tal tipo de colonização fora replicado para outras colônias na América, como no Caribe e no Sul dos Estados Unidos.

A longa transição que representou o Império culmina com uma crise estrutural em que o centro da desarticulação política entre as elites agrárias regionais permanece no controle territorial e da força de trabalho escrava. Somente com o fim deste último estatuto que o Império rui enquanto instituição política conservadora e garantidora dos interesses das elites regionais (PRADO JR., 1981). A questão agrária, como se verá adiante, ainda constitui um elemento de unidade destas elites agrárias, inclusive com alterações importantes que impediram o acesso à terra por grande parte da população que deixou de ser cativa em 1888. A Lei de Terras de 1950 é o passo seguro anterior ao fim do tráfico negreiro no Brasil, instituído pela Lei Euzébio de Queiroz no mesmo ano.

Daí em diante temos a consolidação de uma economia primário-exportadora subordinada à dinâmica monopolista do capitalismo internacional. Durante o percurso que culminou com a revolução de 1930 e o início da industrialização restringida, a economia nacional se organiza principalmente por meio do complexo cafeeiro e de outros surtos produtivos regionais para atender o mercado

²¹O termo fronteira agrícola têm diferenciações conceituais no âmbito das ciências sociais por não ser um processo relacionado estritamente ao espaço, mas também a incorporação e reincorporação de espaços produtivos ligados a produção agropastoril e mineral. Para uma síntese sobre o assunto, ver Gomes Jr (2015).

externo. Cano (1975) sustenta que a formação do complexo econômico cafeeiro tinha componentes urbano-industriais, mas não dinamizava a economia nacional nestes termos. Somente com o processo de industrialização que se inicia a formação de um centro dinâmico nacional efetivamente industrial. Antes disso a dinâmica territorial da ex-colônia desenvolve um isolamento relativo de setores produtivos industriais (GUIMARÃES NETO, 1989) em que a formação de núcleos de economia de subsistência ou economicamente fragilizados, no sentido de sua vinculação com o mercado externo, também era regra no ordenamento territorial do país.

É nesse contexto que surgem os primeiros processos de industrialização do país, ainda restringidos a alguns setores básicos (MELLO, 1975), mas que já davam o sentido da integração nacional após os anos de 1930. Na medida que se desenvolve a dinâmica urbano-industrial como centro dinâmico da economia nacional permanece alheio a esses processos a estrutura agrária que já estava integrada às gerações de divisas para atender as necessidades de importação de bens de capital pelo crescente processo de internalização de setores industriais; e também devido ao aumento da demanda por alimentos nas crescentes metrópoles brasileiras. Permanece, portanto, intocada a estrutura fundiária rural brasileira no sentido ao acesso à terra por outras classes para além da elite agrária, mas esta estrutura agrária tem que se inserir aos novos processos.

É discutível a afirmação de que a *modernização conservadora do campo* operada pela Ditadura Militar nos anos de 1960-70 resolve em parte a questão agrária no Brasil ao supor o fechamento da fronteira agrícola (SILVA, 1982). A solução dada pela ditadura se insere naquele contexto de acumulação, ou seja, serve ao padrão de reprodução do capital industrializante. Sem necessidade de uma reforma agrária para atender as classes que a sustentava enquanto poder político, o governo militar abre espaço para a modernização da produção do campo para as mesmas classes de proprietários de terras historicamente estabelecidas no país. Isso não quer dizer que de todo esse processo o que se extrai é só uma permanência imutável, mas percebe-se que há uma contínua adequação da elite agrária à dinâmica interna de acumulação no país determinada pelos padrões de reprodução do capital. A questão agrária permanece como problema a ser solucionado justamente porque só se supera as contradições dos setores ligados à terra no Brasil inseridos no contexto geral de acumulação em determinado momento.

No caso do pacote tecnológico da revolução verde, algumas teses que atribuem ao progresso técnico a superação da questão agrária no Brasil, passado ao largo da discussão sobre a questão agrária brasileira no capitalismo nacional sob um enfoque mais estrutural. Mesmo se tratando puramente de ganhos tecnológicos, é evidente que estes pacotes não foram gerados para a agricultura tropical. Porém, eles foram capazes de permitir uma expansão significativa na ocupação de solos no interior do país antes tratados como terras não-agricultáveis. Tal possibilidade até hoje permite certa unidade entre as frações de capitais agrários regionais no país, por ser uma válvula de escape às contradições que surgem do controle territorial e político. Mas ainda não são certos os limites desta unidade.

A nosso ver, esta questão não pode ser puramente definida por meio do avanço do poder imperialista na fase monopolística do capitalismo. O ordenamento interno do controle territorial também qualifica as alterações que a agricultura nacional passa e motiva algumas permanências. Não existe força imperialista sobre os países dependentes sem forma interna de articulação da reprodução do capital, com exceção de economias coloniais e protetorados. O sentido que os pacotes tecnológicos da revolução verde dos anos de 1960 tem na economia nacional são também consequências desta articulação interna entre os setores ligados à terra e as demais frações de capital ligadas a outros circuitos de acumulação.

Em economias dependentes como a brasileira, a vinculação da agricultura nacional com os demais setores produtivos passou por uma série de modificações, a depender do padrão de reprodução do capital. Porém, mesmo quando se buscou uma saída progressista para a economia nacional – como fora a fase de industrialização – a questão agrária nunca foi superada. Não houve modificação estrutural no sentido de subordinar a estrutura agrária às transformações que ocorriam no capitalismo nacional. Pelo contrário, simplesmente internalizou-se o avanço técnico da revolução verde numa estrutura agrária que pouco se modificou até os anos de 1970.

A questão agrária assume um conteúdo histórico e, desde os anos de 1970, avança com a modernização da produção do latifúndio monocultor de grande escala. A trajetória tecnológica da agricultura brasileira é caracterizada pela vinculação às técnicas de produção avançadas em todo o período. A diferença é que no estágio atual torna-se característica a presença do latifúndio produtivo, em que grande parte da área da propriedade é utilizada para a produção principal. Vale ressaltar que o uso de máquinas agrícolas permitiu que o solo seja mais aproveitado na agricultura de grande

escala. Desde a década de 1960, portanto, o latifúndio se justifica por aumentos contínuos de produtividade, com conseqüente expulsão da força de trabalho para as cidades. Antes de observarmos as conseqüências sobre a força de trabalho, é necessário entender o debate que sintetiza o aspecto modernizador do campo.

No contexto das novas condições de acumulação, desde 1970, as teses tecnológico-tecnicistas para a agricultura subdesenvolvida surgiram sedimentando uma espécie de *fuga para frente* do desenvolvimento agrícola nacional. Nesse sentido, é preciso chamarmos a atenção para a nebulosidade instalada no debate acadêmico²² atual dos problemas agrários no Brasil.

As correntes acadêmicas que sustentam que a modernização agrícola superou a questão agrária no país e as que criticam²³, de um modo geral, escamoteiam a questão regional. No quadro a seguir resumimos os principais argumentos sobre o debate recente em torno do desenvolvimento rural.

Quadro 1. Síntese do debate recente acerca do desenvolvimento rural no Brasil

Autor(es)	Principais argumentos
Buainain et. al. (2013)	É o ponto de partida das discussões recentes sobre a “modernização” da agricultura brasileira e suas conseqüências. Elaboram sete teses sobre o mundo rural brasileira que culmina na última: a “argentinização” do campo brasileiro, caracterizado pelo esvaziamento demográfico e pela elevada incorporação e assimilação técnica.
Buainain et al. (2014)	Trata-se do desenvolvimento analítico das teses referidas em Buainain et al. (2013). Num livro de 1186 páginas vários autores buscam estabelecer evidências e conceitos para confirmarem que as alterações promovidas no mundo rural brasileiro a partir dos anos 90 são irreversíveis e tornam as políticas sociais no campo meros esquemas compensatórios às populações marginalizadas.
Navarro (1997)	Criticou sete teses equivocadas sobre a luta no campo e o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste texto Navarro não só coloca o MST como o movimento social mais importante dos anos 90, como também estabelece os motivos de se ainda precisar discutir reforma agrária no país. O autor ressalta, ainda, que o MST necessita fazer autocrítica quanto ao paternalismo presente em suas orientações táticas e estratégia, como também na necessidade de se discutir processos

²² Dialogamos nesse debate com aqueles que buscam, mesmo percorrendo caminhos diferentes aos nossos, bases concretas para entender o problema agrário brasileiro.

²³ Ver os defensores das Sete teses sobre o mundo rural e questão agrária no Brasil: Navarro (1997), Buainain et. al. (2013), Buainain (2014), Navarro (2014); ver os seus críticos: Mattei (2014), Costa (2013), Favareto (2014) e Boechat e Kluck (2017).

	democráticos radicais para o país a partir do movimento.
Navarro (2014)	Mais recentemente Navarro se torna o oposto do que disse antes. O autor passa a defender ser desnecessária uma reforma agrária num país que passou por um processo acelerado de urbanização e que a democracia liberal estável no país garante a ocupação de espaços políticos pelos setores da sociedade.
Boechat e Kluck (2017)	Critica a retirada da terra como elemento central explicativo da dinâmica do campo brasileiro. Os autores assumem que as sete teses consideram que a incorporação técnica se torna, a partir dos anos de 1990 a força dinâmica do setor agropecuário. Além disso, os autores afirmam que as taxas médias de lucros no campo dos países centrais são menores que em outros setores da economia, ao contrário do que ocorre no Brasil e que elas se tornam referência para a acumulação de capital no país.
Costa (2013)	Considera que as sete teses se tratam de um programa político. O autor confronta Buainain et al. (2013) a partir de evidências quanto a importância de pequenos camponeses pauperizados para a manutenção dos traços naturais e culturais presentes na floresta amazônica. Argumenta também que o mundo rural no Brasil deve ser discutido de maneira substancial e não por meio de métodos economicistas.
Favareto (2014)	O autor se concentra na tese da “argentinização” do campo brasileiro e afirma que há extrapolações indutivas na construção da tese. Além disso apresenta que esta tese tem equívocos quanto à vinculação direta entre desenvolvimento rural e política governamental; e equívoco quanto a tratar da dinâmica dos espaços rurais no Brasil de maneira homogênea frente à diversidade de situações e condições regionais. Para Favareto, somente uma parte expressiva dos Cerrados se constituem com grandes propriedades atrelado ao esvaziamento do campo.
Mattei (2014)	A crítica mais detalhada entre estes autores parte de Mattei. Este autor considera que boa parte das teses na verdade são ideologias presentes nas discussões políticas sobre o rural brasileiro, inclusive a tese da “argentinização” do campo brasileiro não passa de um conformismo que simplesmente concorda com os objetivos da elite agrária.

A questão central é entender os motivos que os teóricos da modernização estabelecem para propor uma superação da questão agrária no Brasil. Quanto a uma vinculação entre os debates ideológicos e as ações concretas, a relação entre questão agrária e embates políticos só se estreitou no início dos anos 60. Depois disso, a

questão agrária tornou-se marginal para o Estado nacional e dentro da academia. Mas, ainda assim, temos este tema na agenda dos movimentos sociais e nas discussões das ciências sociais atualmente, mesmo que de certa forma parte expressiva dos estudiosos atuais tenha aceitado quase que passivamente a restrição de seu debate aos anos 1960. Na verdade, trata-se de reatualizar seu conteúdo histórico quando o avanço da fronteira reedita sua problemática.

O debate agrário também está polarizado tal como nos idos dos anos de 1960. Não da mesma maneira e com as mesmas perspectivas. Mas, esta nova polarização está presente concretamente na sociedade, reflete-se nas relações sociais de produção e se reproduz nas condições atuais em que a discussão agrária ocorre, ou seja, interdita pelas coalizões de poder e sua promessa de modernização mercantil. Esta discussão somente se aprofundará se entendida no atual padrão de reprodução do capital por meio de sua vinculação com processos de urbanização e novas regionalizações. Dito de outro modo, o padrão exportador de especialização produtiva coloca em seus próprios termos o debate sobre a questão agrária. Daí fica mais evidente que não se trata de um anacronismo, e sim de aceitar os processos históricos enquanto mudanças para permitir algumas permanências²⁴.

Navarro (2014) não percebe que o processo de urbanização da sociedade brasileira, e latino-americana como um todo, não descarta que o ordenamento territorial no capitalismo é de natureza violenta, principalmente numa economia dependente. É como se, a partir da migração do campo para as cidades, as pessoas adquirissem uma natureza puramente urbana, sem nenhum processo econômico ou extra-econômico de violência que os obriguem a migrar. As assertivas de Navarro (2014) e Buainain et al. (2013) nos levam a considerar um processo homogêneo de esvaziamento demográfico do campo. A mesma crítica que fazem aos críticos urbanos do agronegócio pode ser aplicada a eles, como cátedras que veem o campo de suas regiões privilegiadas e acham que já entendem todo o território nacional.

A modernização conservadora do campo ocorre a partir da década de 1960, promovida pelo governo militar (SILVA, 1982). Mas, já afirmamos, trata-se de um

²⁴ Lembremos da personagem de Don Fabrizio Corbera do filme “O Leopardo” (*Il Gattopardo*), de Luchino Visconti, lançado em 1963, baseado no romance homônimo de Giuseppe Tomasi di Lampedusa. Ele diz simpatizar com os ideais socialistas, desde que não perca seu prestígio e privilégios de príncipe na região da Sicília (Itália). As frações dominantes da burguesia agrária deveriam se unir para evitar que os socialistas vencessem, daí a célebre frase: “A não ser que nos salvemos, dando-nos as mãos agora, eles nos submeterão à República. Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude.”

processo em estreita vinculação com o sentido histórico de nosso modelo agrário. O uso mais efetivo de grandes porções de terras para fins agropecuários é um fator relevante, mas não pode ser considerado como um elemento que supera as demais consequências de nosso modelo de agricultura nacional. Tal modernização justificou a manutenção da estrutura agrária hegemônica no país em detrimento da democratização do acesso à terra. Foi este processo um dos principais elementos de viabilização do Estado nacional após o golpe de 1964. É sempre importante lembrar que João Goulart foi derrubado, dentre outras coisas, pelo receio de nossas elites com uma possível reforma agrária promovida por seu governo.

Além disso, apresentar, como fazem Buainain et al. (2013), a expansão agrícola modernizada por agricultores do Sul e Sudeste do país como algo a ser comemorado é intrigante. É preciso entender como ocorreu (e ocorre) essa expansão. Por meio da grilagem, da expulsão de posseiros, índios e demais populações rurais do campo para as cidades ou para áreas mais à frente da fronteira. Ocorre também por meio da violação constante do custo de reprodução da força de trabalho, inclusive com uma série de expedientes extra econômicos para efetivá-la. Os textos de Martins (1994; 2009) e Silva (1982) dão mostras que esses expedientes foram funcionais para a expansão da fronteira.

Em segundo lugar, fazemos uma reiteração. A de que, num país subdesenvolvido como o Brasil, apesar dos esforços conscientes do Estado em modernizar a estrutura produtiva do país via industrialização ao longo de várias décadas de desenvolvimentismo, ainda não consolidamos sua integração nacional. Por tabela, ainda persistem elevadas desigualdades econômicas entre as regiões (CANO, 2011). E estas desigualdades regionais são importantes para entendermos o porquê dessa modernização produtiva da agricultura ser efetivada por produtores do Sul e Sudeste. A expansão da ocupação territorial atual no Brasil necessariamente está vinculada às determinações de uma região nas outras. Mesmo durante a fase de industrialização, São Paulo se estabelece como centro determinante da expansão produtiva das demais regiões. O Centro-sul, como região imediata de integração com o centro industrial do país, vai definir o processo de integração nas demais regiões. Não é aleatória a presença de empresas e produtores do Sul do país no Mato Grosso, oeste baiano, sul do Pará e Rondônia.

A questão agrária enquanto forma consequente principal da estrutura agrária brasileira tem como elemento central as frações internas de classe que

controlam a ocupação e uso do solo para fins produtivos. São as relações de produção típicas da agricultura nacional e a relação desta classe dominante agrária com demais frações de capital que colocará a questão agrária como processo relevante no capitalismo nacional²⁵. Diante deste elemento há também consequência sobre a relação com a terra e com a força de trabalho disponível no país.

Nascimento (2008) relaciona a degradação ambiental com o desenvolvimento da agricultura latifundiária e monocultora no Brasil, outra relação que atualiza o debate agrário. Segundo o autor, desde o império, quando já há um debate sobre a estrutura fundiária do país, existe uma tentativa de direcionamento progressista do desenvolvimento da agricultura nacional, sem necessidade de reordenamento de sua expansão no território. Já há uma busca pela racionalização da produção agropecuária. Segundo a autor, a degradação ambiental, na segunda metade do Brasil Império, era um elemento que se relacionava com a marginalização de populações subalternas. O próprio sentido dado à terra, como forma de aferir lucros no comércio internacional por meio da produção monocultora e em larga escala definia não só a utilização da força de trabalho como também a expansão produtiva de forma degradante para o solo.

Sendo a monocultura um elemento que vincula a forma de exploração da força de trabalho com a degradação da natureza, como afirma Marx (1988), a racionalização da agricultura, importante conquista do capitalismo, sempre esbarra na propriedade privada da terra. Esta mesma racionalização permite desenvolver formas degradantes de utilização do solo e, depois, permite corrigi-lo, num processo que obedece a valorização do capital e não um sentido puramente de melhoramento tecnológico.

Atualmente existem pesquisadores e ideólogos do agronegócio que garantem que só o avanço tecnológico é capaz de resolver as questões sociais e ambientais vinculadas à produção agrícola. Reafirmamos que os problemas sociais desenvolvidos pelo setor agrícola, mais que qualquer outro setor na economia nacional, é causa e consequência da dinâmica geral de desenvolvimento capitalista em nosso país. É a questão agrária que permeia a sociedade nacional desde o

²⁵ Em seu livro “Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro”, publicado pela editora Contexto em 2012, o jornalista Alceu Luís Castilho ilustra fartamente como as frações de classe agrária operaram o seu próprio “bloco no poder”, hoje conhecidos como *ruralistas*.

período colonial até a fase atual de inserção dependente. No mesmo sentido, como Nascimento (2008) afirma, a questão agrária não se encerra nela mesma.

O conteúdo histórico da questão agrária no Brasil vincula-se a aspectos que, numa observação menos atenta, parece alheio a ela. Não é somente a exploração de trabalhadores diretamente vinculados à produção do campo aliado a uma degradação ambiental num sentido abstrato do termo. A questão agrária tem também consequências sobre a dinâmica urbano-regional do país. A migração massiva da população rural para as metrópoles brasileiras durante a fase de industrialização também é consequência daquela falta de vinculação entre uma busca por um desenvolvimento capitalista progressista e a estrutura agrária nacional. Os pobres das cidades brasileiras são filhos de uma geração de pobres que já viveram da terra. Não é à toa que Ribeiro (1995), ao ressaltar os tipos regionais do povo brasileiro, sempre os caracteriza pelos elementos ligados à terra. No interior do Nordeste tivemos a civilização do couro, da constituição de uma economia pastoril de subsistência no semiárido; na Amazônia tivemos a formação de uma população cabocla vinculada às formas indígenas de reprodução material e cultural; no Brasil sulino, a figura do gaúcho representa a primeira forma de vinculação à terra feita pelos colonizadores; assim como o Brasil caipira se caracteriza originalmente pela formação de comunidades relativamente pobres e isoladas centralizadas pela figura do colonizador bandeirante e integrada aos modos de vida dos indígenas da região.

Mesmo que consideremos a formação de uma população tipicamente urbana desde o segundo século do período colonial, a formação do povo no Brasil é sempre relacionada à terra. Nos termos de uma economia que durante séculos esteve centralizada na produção agrícola de grande escala e que, durante algumas décadas do século passado, passou a se organizar pela espacialidade urbano-industrial rapidamente. A realidade da classe trabalhadora urbana no Brasil é consequência desses processos mais gerais.

Existe atualmente uma agricultura nacional cuja agenda de transformações é definida pelo alto, ou seja, pelos processos gerais do comércio internacional de *commodities*, com baixa incorporação de força de trabalho diretamente vinculada à terra, relacionada diretamente à agroindústria estabelecida em núcleos urbanos próximos e de porte intermediário, pouco articulada à reprodução da vida social nas metrópoles brasileira e extremamente dependente de um ordenamento territorial que repete os ditames liberais para os aspectos macroeconômicos da economia nacional.

A síntese da questão urbano-regional no Brasil é assim um elemento constituído na questão agrária e no sentido dado à produção nacional a partir dos anos de 1980.

Se durante a fase de industrialização o debate se centrava nas estratégias de como incorporar a agricultura no projeto nacional de desenvolvimento – o Partido Comunista Brasileiro estabeleceu-se como principal instituição a desenvolver teses sobre a questão agrária do país, atualmente devemos nos debruçar no controle que a produção de *commodities* estabelece sobre o sentido do capitalismo brasileiro, com ou sem projeto nacional de desenvolvimento. É como se afirmássemos a centralidade de uma economia agromineral-exportadora em meio à desarticulação espacial da forma pretérita de desenvolvimento urbano-industrial.

Finalmente, em termos de degradação ambiental não nos adianta simplesmente fazermos comparações entre a crise ambiental no mundo e sua face no Brasil. Temos que retomar o debate feito por Joaquim Nabuco, apresentado por Nascimento (2008), e estabelecermos nexos sociais e espaciais a partir da questão ambiental e da questão agrária do capitalismo brasileiro. Não é simplesmente discutir o desflorestamento, o uso indiscriminado dos cerrados ou a extração de minério *per se*, mas articular o entendimento destes processos junto a questões gerais da economia nacional e seu futuro²⁶.

É, portanto, de difícil comparação nosso caso de desenvolvimento da agricultura capitalista com as formas clássicas de superação do problema da agricultura nacional e de liberação da força de trabalho para a indústria durante as duas revoluções industriais. Naqueles casos, a reestruturação fundiária, a racionalização da agricultura na segunda metade do século XIX e a liberação da força de trabalho do campo para as indústrias nascentes permitiram transformar a agricultura nacional num setor capitalista como qualquer outro. Mas, além disso, permitiu desenvolver a agricultura vinculada diretamente à valorização interna dos capitais industriais. A literatura econômica crítica (RAMOS, 2014) classifica esses processos como formas de reforma agrária e vai dividi-los entre vias democráticas e conservadoras de reestruturação do campo.

²⁶ Ao analisar “A terra como invenção” Maia (2008, p.149) nos diz sobre a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha: “A civilização no Brasil afirmar-se-ia pelo protagonismo da “terra”, se a entendermos como uma moldura moral que não apenas constringe os homens, mas os forma numa direção específica dada pela regulação da barbárie, pela sua rotinização e racionalização, e não pela sua simples eliminação. Nesse registro, a imaginação espacial euclidiana mobiliza a terra não apenas como cenário, mas como expressão de uma matriz civilizatória própria.”

Em consequência disso se constrói o argumento de que para um país promover um pleno desenvolvimento de seu capitalismo nacional necessita-se de uma reforma agrária que condicione a produção do campo pela indústria nacional. Não entendem esses autores que tais processos das fases de industrialização originária e atrasada em nada se relacionam com a democratização do acesso à terra, mas sim com a lógica do período em questão, de expansão das economias nacionais articuladas por impérios capitalistas em transição para a fase do capitalismo monopolista. O reordenamento da produção agrícola, nestes países, foi condição necessária de desenvolvimento dessas economias nacionais para a superação, via concorrência intercapitalista, da *pax britannica*²⁷. Ora, temos, de um lado, considerações acerca da reforma agrária que se limitam aos processos produtivos diretamente vinculados ao campo e suas relações de produção aparentemente fragmentadas pelo “esvaziamento” da zona rural; do outro lado, temos as considerações que afirmam a superação da questão agrária pelo avanço tecnológico. Não percebem, tais autores, que a questão agrária é um processo que recorrentemente se vincula às novas condições gerais de acumulação do capitalismo nacional. Este é o sentido geral da questão agrária no atual padrão de reprodução do capital.

Ainda, quando Navarro (2014, p. 707) expõe que “o grande teatro da reforma agrária foi a América Latina, mas com resultados modestos” não percebe o conteúdo objetivo de sua assertiva. Simplesmente o autor lamenta a ineficácia dessas lutas travadas pelos camponeses por terras para produzir, sem considerar que é justamente pela falta de vinculação de seus interesses com a organização nacional do capitalismo dependente que impedem a reforma agrária de se efetivar. Aqui sim o autor acerta ao afirmar que a reforma agrária só tem sentido numa perspectiva de superação do capitalismo, mas isso só é verdade para o caso da América Latina. Para os casos citados anteriormente, as alterações do ordenamento territorial para uso da terra rural estavam em estreita vinculação com as revoluções burguesas.

Portanto, ao contrário dos autores da modernização tecnicista do campo, afirmamos que permanece sim uma questão agrária no Brasil, operada no seio da moderna agricultura e aliada a uma questão regional e urbana. A questão regional só vem a corroborar com esta hipótese. E, por fim, que os problemas urbanos do país,

²⁷ Em Mazzucelli (2009) há a descrição dos processos de desenvolvimento das fases de capitalismo concorrencial e monopolista.

aprofundados desde a década de 1970, é uma mostra da influência dos processos agrários em toda a sociedade brasileira. Essas abordagens, ao não considerarem questões estruturais dos processos agrários, se vinculam a ideologias em torno dos problemas já discutidos, ao contrário de superá-los.

Explicar a questão agrária por meio de incorporação tecnológica é entender a estrutura agrária nacional apenas em sua aparência. Se faz necessário buscar a essência dos elementos de sua persistência histórica, frequentemente escamoteada pelo caráter “modernizador” do campo, que oculta a regulação social e estatal do seu sentido nacional, e a “regulação da barbárie” por meio do avanço da fronteira agromineral.

Finalmente, uma evidência básica de nossa discussão, constatamos que o atual padrão de reprodução do capital aprofundou as condições pretéritas de ocupação do solo por meio do latifúndio monocultor, no caso do Brasil. A fronteira agrícola avança sobre o Cerrado e parte da Amazônia com propriedades de terra bem superiores à média do país. No caso da soja, cultura que representa a incorporação do Cerrado pelo setor exportador, o tamanho médio dos estabelecimentos é maior, mostrando seu caráter extensivo. Percebe-se que entre os dois últimos censos agropecuários não há alterações substantivas nos tamanhos médios das propriedades das regiões.

Tabela 7. Média do tamanho dos estabelecimentos agropecuários no Brasil em hectares – total dos estabelecimentos e estabelecimentos que produzem soja – 2006 e 2017

Região	2006		2017*	
	Total	Soja	Total	Soja**
Brasil	64,47	184,17	69,05	-
Norte	116,73	1295,70	113,98	-
Nordeste	31,00	2649	30,42	-
Sudeste	59,58	331,68	61,88	-
Sul	41,52	69,48	50,24	-
Centro-Oeste	331,82	1010,10	319,02	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006.

*Resultados preliminares.

**Não existem dados, até agora, que apresente o tamanho das propriedades produtoras de soja.

Contudo, existem diferenças importantes entre o uso e ocupação do solo nas regiões de ocupação produtiva anteriores – como é o caso do Centro-sul – em relação a ocupações mais recentes – o caso da fronteira agromineral, como vimos na seção anterior, mais especificamente com o desenrolar da questão regional do país a

partir do atual padrão de reprodução do capital. Isso, no entanto, se desdobra para a urbanização entendida como um processo social que tem importante alcance na fronteira agromineral desde os anos 1970, mas com avanços significativos recentemente, e com repercussão sobre a incorporação da força de trabalho. Foi o próprio Estado que entrou e reordenou o uso do território, criando as condições para a expansão capitalista. Mesmo assim, há diferenças de intensidade porque o grande capital do setor depende de condições técnicas e financeiras bem diversas. Pastre (2016) especifica um pouco destas condições para o caso dos municípios produtores de soja do Mato Grosso. As rodovias asfaltadas deste estado, p. ex., seguem a rota de escoamento da soja.

Urbanização: cidades intermediárias

O aumento de preços das commodities, influenciados pela demanda da economia chinesa, intensificou um fenômeno deste avanço sobre o território nacional que ocorre desde o início da modernização agrícola nos anos de 1970: a modernização agrícola cuja integração com a economia dá-se por meio de um conteúdo urbano. A organização regional da agroindústria exportadora nas regiões Centro-Oeste, partes meridional e oriental da região Norte e cerrados do Nordeste transformam uma rede urbana antes bastante esparsa e fragmentada numa rede urbana mais dinâmica, apesar de ainda um tanto esparsa, onde a concentração populacional e a oferta de bens e serviços ocorrem justamente nestas cidades intermediárias.

As cidades intermediárias, neste recente avanço da fronteira agromineral, possuem uma importância maior para rede urbana justamente pelas maiores distâncias das metrópoles. A diferenciação que estas cidades intermediárias adquiriram nos últimos anos para atender a produção regional reduziu a capacidade de centralização das metrópoles regionais nestas redes urbanas. De tal forma, que a própria regionalização destes espaços foi alterada. Mas, como ressaltamos, esta diversificação urbana não se explica per se. A questão de fundo está relacionada à geração de excedente suficiente para ampliar a centralidade destas cidades na região. Ou seja, é a expressão concreta da reprodução do capital na região que explica tal diversificação para atender todos os departamentos da economia (bens de produção, bens de consumo dos capitalistas – ou das elites, de forma mais generalizada, bens de consumo dos trabalhadores).

E como a base produtiva foi ampliada? Justamente o atual padrão de reprodução do capital que permitiu a intensificação desta base produtiva pelos cerrados brasileiros e suas adjacências. Segundo dados de exportação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, os produtos exportados em 2015 pelos estados de Rondônia (RO), Pará (PA), Tocantins (TO), Maranhão (MA), Piauí (PI), Bahia (BA), Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Goiás (GO) são basicamente vinculados ao setor primário, à indústria extrativa mineral e à agroindústria. Por capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), temos no quadro 02 os principais produtos exportados por estes estados:

Quadro 2. Principais produtos exportados segundo capítulo da NCM – RO, PA, TO, MA, PI, BA, MS, MT, GO - 2015

Algodão
Alumínio e suas obras
Carnes e miudezas, comestíveis
Cereais
Cobre e suas obras
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais
Minérios, escórias e cinzas
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas).
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos
Produtos químicos orgânicos
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios ²⁸

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços, AliceWeb. Elaboração própria do autor.

Na tabela 08 abaixo podemos perceber que estes produtos presentes nos capítulos acima descritos representaram mais de 80% do total exportado por estes estados em 2015. Nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Bahia, esta produção agromineral é espacialmente mais concentrada, em relação à maior generalização da ocupação agromineral verificada nos demais estados aqui descritos. Isto se explica pela relativa consolidação da expansão agromineral nos estados do Centro-oeste. Por outro lado, apesar de não ocorrer de maneira linear, o avanço da fronteira agromineral nos demais estados aqui citados ainda ocorre em menor grau de generalização do uso do território.

²⁸ Capítulo representativo somente para o estado da Bahia nesta seleção, devido a Camaçari-BA.

Ainda sobre a tabela 08 e permanecendo com este recorte espacial que privilegia as regiões onde avança a chamada fronteira agromineral brasileira, nota-se que é realmente heterogênea a ocupação territorial pela base produtiva. Alguns estados se destacam em meio aos estados da fronteira agromineral em termos de valor exportado. E, ainda, destacam-se por diferentes produtos exportados. Enquanto Mato Grosso exporta prioritariamente soja, o estado do Pará dispõe dos minérios como principais produtos exportados. Já o estado do Piauí, incluído recentemente na chamada última fronteira agrícola do mundo (GOMES JR, 2016), apresenta um valor exportado no ano de 2015 inferior aos estados aqui comparados. Isso se explica pela menor utilização do território deste estado na produção de *commodities*.

Tabela 8. Total exportado pelos estados e participação dos produtos presentes nos capítulos do quadro 01 em relação ao total exportado dos estados – RO, PA, TO, MA, PI, BA, MS, MT, TO - 2015

UF	Total exportado (US\$)	Total exportado dos produtos do quadro 01 (US\$)	Participação dos produtos do quadro 01 no total exportado dos estados
Bahia	7.883.181.210	4.966.431.775	63,00%
Goiás	5.878.262.696	4.153.720.048	70,66%
Maranhão	3.050.173.358	2.672.108.864	87,61%
Mato Grosso	13.070.913.320	12.365.990.457	94,61%
Mato Grosso do Sul	4.735.117.462	4.104.006.602	86,67%
Pará	10.272.495.107	8.741.790.904	85,10%
Piauí	402.206.581	336.530.689	83,67%
Rondônia	982.516.401	885.694.578	90,15%
Tocantins	901.811.386	879.651.673	97,54%
Total Geral	47176677521	39105925590	82,89%

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços, AliceWeb. Elaboração própria do autor.

Listamos abaixo alguns municípios destes estados citados na tabela 08. Estes municípios são conhecidos por suas respectivas centralidades em torno das redes urbanas regionais que estão inseridos. Percebamos a importância que estes municípios têm do ponto de vista produtivo para a região. É esta importância, historicamente dada, que garantem a centralidade urbana destes municípios. Somente esta seleção de municípios da tabela 09 representou 33,25% do total exportado pelos estados da tabela 08 no ano de 2015.

Tabela 9. Exemplos de municípios com elevadas participações regionais nas exportações – 2015

Municípios	Valor Exportado (US\$)
Parauapebas-PA	4.004.559.428
Sorriso-MT	1.354.919.132
Rondonópolis-MT	1.283.180.629
Três Lagoas-MS	1.131.570.212
Marabá-PA	1.111.983.517
Luís Eduardo Magalhães-BA	848.502.500
Imperatriz-MA	722.277.978
Primavera do Leste-MT	702.146.984
Balsas-MA	492.329.993
Lucas do Rio Verde-MT	481.239.124
Sinop-MT	471.930.761
Rio Verde-GO	469.017.604
Açailândia-MA	305.566.123
Barreiras-BA	287.648.691
Araguaína-TO	111.046.968

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços, AliceWeb. Elaboração própria do autor.

Outra questão fundamental diz respeito à incorporação de oferta de bens e serviços para atender para além dos limites da economia do município. A cidade intermediária obtém sua centralidade regional pelo atendimento das demandas produtivas e de consumo das elites e da população regional. Vários municípios têm elevada participação no valor exportado de determinado estado da fronteira agromineral, mas que só tem seu consumo produtivo garantido pela proximidade de alguma cidade intermediária. Citamos como exemplo, o caso de Campos Lindos-TO, município que mais exportou soja nos últimos anos em todo o estado do Tocantins. Tem uma população de menos de 10 mil habitantes e depende da oferta de bens e serviços de Araguaína-TO, cidade intermediária mais próxima (GOMES JR, 2015).

É emblemático como a formação desta rede urbana da fronteira agromineral, nas condições que ela existe atualmente, tem total vinculação com o atual padrão de reprodução do capital. O padrão exportador de especialização produtiva substitui um período de ordenamento territorial calcado pela industrialização do sudeste do país. Como consequência, a rede urbana nacional, antes voltada para aquele padrão industrial, é fragilizada em termos da consolidação de um sistema nacional industrializado de reprodução do capital.

Por outro lado, para além das funções que este padrão de reprodução do capital exige do espaço nacional e regional, as cidades intermediárias da fronteira agromineral cumprem seu papel de elo entre os *loci* de geração de valor e os mercados mundiais. Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em 2015, havia 47 sedes e/ou filiais de empresas naqueles estados da

tabela 08 que exportaram acima de US\$ 100 milhões ao longo daquele ano. Destas empresas, somente 14 são LTDAs, as demais são sociedades anônimas²⁹. Por serem sociedades anônimas, boa parte delas estão vinculadas às cadeias financeiras nacionais e globais.

A participação de filiais de grandes corporações nacionais e internacionais é considerável. Para citar somente algumas, encontramos as seguintes: ADM do Brasil S.A.; AMAGGI Exportação e Importação LTDA; Brasken S.A.; Cargill S.A.; Marfrig S.A.; Minerva S.A.; Bunge Alimentos S.A.; Vale S.A.; Petrobrás S.A. etc.³⁰. É também relevante observar estas informações justamente para verificar o grau de concentração da produção regional em poucas empresas. Enquanto isso, estas empresas aparecem em várias localidades destes estados, promovendo uma incorporação de todo o espaço regional nas várias cadeias produtivas controladas por elas.

Na tabela abaixo listamos as sedes e filiais de empresas, pertencentes aos estados da tabela 08, que exportaram mais de US\$ 100 milhões no ano de 2015. Consta-se que grande fatia dessas exportações parte de municípios cujas sedes podem ser classificadas como cidades intermediárias, incluindo todas aquelas listadas na tabela 09. Não excluimos nenhum município exportador pertencente a estes estados para mostrar, justamente, como a produção no recorte da chamada região de fronteira agromineral é relevante. É importante destacar, também, que há mais uma série de empresas que exportaram valores menores a US\$ 100 milhões que não estão aqui listadas, mas que têm importância considerável na dinâmica capitalista regional.

²⁹ Ver Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Empresas brasileiras exportadoras e importadoras. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=884>>. Acesso em: out/2016.

³⁰ Ibid.

Tabela 10. Sedes e filiais de empresas exportadoras em quantidades de municípios dos estados de Rondônia, Pará, Tocantins, Maranhão, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – empresas com valor exportado acima de US\$ 50 milhões em 2015

EMPRESA	BA	GO	MA	MS	MT	PA	RO	TO
ABC-INDUSTRIA E COMERCIO S/A-ABC-INCO			1					1
ACRINOR ACRILONITRILA DO NORDESTE S A	1							
ADM DO BRASIL LTDA	1			1	4	1		
AFG BRASIL S/A					1			
AGREX DO BRASIL S.A.					1			1
AGROPECUARIA MAGGI LTDA					2			
AGRO-SAM AGRICULTURA E PECUARIA LTDA					1			
ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A						1		
ALCAN ALUMINA LTDA			1					
ALCOA ALUMINIO S/A			1					
ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA			1					
ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A						1		
AMAGGI & LD COMMODITIES S.A.	1							1
AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA					8			
ANGLO AMERICAN NIOBIO BRASIL LTDA		1						
ANGLO AMERICAN NIQUEL BRASIL LTDA		1						
BAHIA SPECIALTY CELLULOSE SA	1							
BARRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS	1							
BELLO ALIMENTOS LTDA				1				
BOM FUTURO AGRICOLA LTDA					1			
BOM JESUS AGROPECUARIA LTDA					1			
BRASKEM S/A	3							
BTG PACTUAL COMMODITIES S.A					1			
BUNGE ALIMENTOS S/A	1	1	1	2	14	1		1
CARAMURU ALIMENTOS S/A.		2			1			
CARGILL AGRICOLA S A	3	1	2		11	1	1	1
CERVEJARIA PETROPOLIS S/A					1			
CGG TRADING S.A					1			
CHS AGRONEGOCIO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA			1		1			
CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA	1							
COMING INDUSTRIA E COMERCIO DE COUROS LTDA		1						
COMPANHIA GOIANA DE OURO		1						
COMPANHIA REFINADORA DA AMAZONIA						1		
COMPANHIA SIDERURGICA VALE DO PINDARE			1					
CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	1							
COOAMAT COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO MATO GROSSO					1			
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUD		1						
DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LT	1							
DOW CORNING SILICIO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA						1		
ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A				1				
FIAGRIL LTDA					1			
FIBRIA-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE LTDA				1				
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	1							
GLENCORE IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A			1					

GRANOL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO SA	1							
GUSA NORDESTE S/A		1						
IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.						1		
INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA.			1					
IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.								1
JACOBINA MINERACAO E COMERCIO LTDA	1							
JARI CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S/A						1		
JBS S/A		4	3	5	1	1		
JOANES INDUSTRIAL LTDA	1							
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.		1	1	1				
MASTROTTO BRASIL S/A	1							
MATABOI ALIMENTOS LTDA		1						
MATO GROSSO BOVINOS S.A.						2		
MFX DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE PETROLEO LTDA	1							
MINERACAO APOENA S.A.						1		
MINERACAO AURIZONA S/A			1					
MINERACAO CORUMBAENSE REUNIDA S.A.				2				
MINERACAO MARACA INDUSTRIA E COMERCIO S/A	1							
MINERACAO RIO DO NORTE SA							1	
MINERACAO SERRA GRANDE S A		1						
MINERVA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A								1
MINERVA S.A.		1					1	1
MIRABELA MINERACAO DO BRASIL LTDA	1							
MULTIGRAIN S.A.	2	1			1			
NATURALLE AGRO MERCANTIL S.A.	1							
NIDERA SEMENTES LTDA.	1					1		
NOBLE BRASIL S.A.						1		
O TELHAR AGROPECUARIA LTDA						1		
OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO	1							
PARANAPANEMA S/A	1							
PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	1							
PIRELLI PNEUS LTDA.	1							
PROQUIGEL QUIMICA S/A	1							
SALOBO METAIS S/A								1
SAMA S.A. - MINERACOES ASSOCIADAS		1						
SEARA ALIMENTOS LTDA				1				
SEARA-IND. E COMERCIO DE PRODUTOS AGRO-PECUARIOS LTDA							1	
SEMENTES SELECTA S/A							2	
SJC BIOENERGIA LTDA		1						
SOUTH32 MINERALS SA				1				
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	1		1					
VALE S.A.								5
VERACEL CELULOSE S.A.	1							
VIENA SIDERURGICA S/A			1					
WALTER YUKIO HORITA	1							
Total Geral	33	22	15	14	67	18	4	6

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Empresas brasileiras exportadoras e importadoras. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=884>>. Acesso em: out/2016.

* Segundo o site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços estes dados estão com a divulgação descontinuada. Inclusive a série histórica estava indisponível em nov/2018.

A tabela 10 mostra dois movimentos que buscamos evidenciar neste capítulo: i) a expansão da exploração mineral e produção agropecuária nos estados do Centro-norte; ii) a formação de centros de exportação controlados por grandes empresas dos setores agropecuário e mineral. Se buscarmos os setores destas empresas elencadas encontraremos suas posições relevantes para a cadeia produtiva da produção de grãos e extração de minério. Cabe ressaltar que estes dados têm problemas por estabelecerem os valores exportados por domicílios fiscais, o que pode trazer dados equivocados por diferenças entre onde se produziu e onde se registrou a produção para fins fiscais. Outra questão diz respeito à quantidade de domicílios fiscais que estas empresas estão presentes nestes estados. Como selecionamos empresas que obtiveram receitas, em determinados domicílios fiscais, acima de US\$ 50 milhões, cortamos tanto outras empresas de menor porte destes setores quanto estas mesmas empresas com filiais de menor porte em outros municípios.

Mesmo que possamos identificar elites regionais e locais controlando parte do aparato produtivo da região, seus vínculos à economia mundial ocorrem de uma maneira em que as decisões vinculadas aos processos produtivos ocorram atendendo aos circuitos gerais de geração de valor. Podemos então afirmar que a subordinação é condição necessária para uma cidade intermediária exercer sua centralidade sobre suas regiões.

Surgem cidades intermediárias como portadores das maiores centralidades nas áreas não-metropolitanas, como a fronteira agromineral, justamente por não haver mais necessidade de um grande centro irradiador de processos produtivos como ocorreu no padrão anterior de reprodução do capital, onde a indústria promovia os nexos entre as regiões do país. As cidades intermediárias, neste caso, são o sintoma da fragmentação destes nexos de integração territorial via indústrias presentes no período anterior.

Isso ocorre de tal forma que mesmo esta centralidade das cidades intermediárias da fronteira é limitada. Um bom exemplo disso são os fluxos migratórios dos anos recentes rumo a algumas cidades intermediárias que, em geral, ocorrem dentro da própria região de influência. Gomes Jr. (2015) mostrou que nos casos de Marabá-PA, Imperatriz-MA e Araguaína-TO, o crescimento da população urbana ocorre pela incorporação da população de cidades locais próximas destas cidades intermediárias, gerando uma urbanização ao mesmo tempo esparsa sobre o território, mas também concentrada nas maiores cidades da região.

Aqui entra um importante aspecto dessas cidades intermediárias da fronteira agromineral: são *idades reflexas* não só em relação aos ordenamentos básicos da economia capitalista, posto que todas as cidades o são. As cidades intermediárias são também reflexas ante às próprias redes urbanas regionais que pertencem e à rede urbana nacional.

Dentro de suas redes urbanas regionais, nenhuma cidade intermediária é capaz de ocupar de forma absoluta o topo da hierarquia urbana. No máximo conseguem ocupar o maior patamar hierárquico em suas redes de relações imediatas. De resto, suas dinâmicas são levadas pelo ordenamento espacial ancorado em tantas outras cidades intermediárias de igual importância na região.

São também reflexas ante a rede urbana nacional por não internalizarem processos produtivos diversificados. A especialização é imposta nas regiões de expansão da fronteira agropecuária. A solidez das cidades intermediárias da fronteira frente aos movimentos mais gerais da acumulação capitalista se torna frágil. Não fosse assim, estas cidades não garantiriam esta formação singular observada nas redes urbanas estritamente vinculadas ao avanço da fronteira agromineral.

Portanto, apesar da centralidade regional adquirida por estas cidades intermediárias, a própria base produtiva que as tornaram centrais para a reprodução do capital exige que suas dinâmicas sejam voltadas para interesses distantes. A especialização produtiva divide estes espaços de acumulação por tipo de produto exportado e pelo vínculo de cada um destes espaços de acumulação dentro de uma cadeia produtiva. O termo *urbanização reflexa* vem no sentido de explicar que a modernização produtiva e destes espaços urbanos ocorrem nos termos de nossa inserção subordinada, e que não tem condições de ser de outra maneira dentro deste padrão de reprodução do capital. Não há base produtiva e material suficientes para regiões como estas onde avança a fronteira agromineral no Brasil superarem a especialização produtiva sobre o espaço.

Ao observarmos as consequências do atual padrão de reprodução de capital no ordenamento urbano brasileiro percebemos dois movimentos importantes de nova dinamização: as novas configurações da hierarquia urbana nacional e regionais e por meio da formação de novos laços de integração nas redes urbanas regionais, principalmente nas regiões de expansão produtiva ligada à terra. Nestes dois casos temos as condições concretas de alteração produtiva sobre o espaço e como estes são vinculados aos processos mais gerais de acumulação.

A hierarquia urbana nacional ainda reflete a divisão nacional do trabalho com a centralidade das metrópoles no topo dela, enquanto que São Paulo conduz o controle econômico nacional. Tal configuração hierárquica do espaço nacional é consequência do padrão anterior de acumulação de capital, em que o desenvolvimento da indústria nacional prescindia da incorporação de massa de força de trabalho nas principais cidades do país, principalmente em São Paulo. Teve caso, inclusive, de desenvolvimento urbano-industrial concentrado em regiões de ocupação regional esparsa dirigido pelo próprio Estado, como foi na formação da Zona Franca de Manaus na década de 1960.

Por outro lado, apesar da manutenção mais geral dessa hierarquia urbana nacional há, nas relações intermediárias, uma reconfiguração dos níveis de hierarquia, com a formação de núcleos intermediários mais diversificados em termos de oferta de serviços e mais inseridos na produção regional; e, concomitante a isso, há a estruturação de novos centros urbanos de porte médio em termos de hierarquização que se desenvolvem num curto espaço de tempo, a depender do nível de inserção da região no comércio internacional.

Esse movimento também é percebido por meio da formação de novas centralidades urbanas regionais no país. O tipo de expansão produtiva sobre o território permite que as cidades de porte intermediário alcancem centralidades em regiões de influência imediata, em que esta centralidade alcança seus limites nas cidades menores do entorno dos centros de produção mais dinâmicos da região. Temos, inclusive, exemplos de cidades que exercem centralidades nas mesmas regiões de influência, mostrando um processo de divisão das formas de influência econômicas, políticas e sociais sobre um mesmo espaço. Tal situação foi estudada por Gomes Jr. (2015) para o caso do compartilhamento de região de influência entre Araguaína-TO, Imperatriz-MA e Marabá-PA., mas também é possível verificar tal configuração em outras regiões, como é o caso das cidades de Luiz Eduardo Magalhães e Barreiras, ambas na Bahia.

A ocorrência dessas centralidades de cidades intermediárias acompanha novas ocupações produtivas no campo e o surgimento de indústrias ligadas à exportação de *commodities*. Como dito anteriormente, este movimento pode gerar novas centralidades nas redes urbanas regionais, mas também pode fazer uso de antigas centralidades, com outras formas de inserção na rede urbana em outros momentos, e que atuam agora com outras funções. É o caso de Santarém, no estado

do Pará, que desenvolve outras formas de influência na rede urbana do oeste paraense a partir da chegada da fronteira agromineral. Aqui, a cidade ocupa agora a função de exportadora de grãos e irradiadora das atividades urbanas em torno deste projeto, enquanto antes servia majoritariamente de entreposto comercial e logístico dos fluxos econômicos e de pessoas da rede de transporte ao longo do rio Amazonas.

Como se percebe, é na região de expansão territorial da produção de *commodities* que tais reconfigurações na rede urbana e nas hierarquias urbanas serão mais intensas. Nem só pela característica dispersão urbana e fraca integração dessas regiões ainda em processo de superação pela acumulação capitalista. Mas também pela intensidade que a produção de *commodities* avançou nos últimos anos nestas regiões a partir da expansão do comércio mundial para estes produtos. O surgimento de importantes cidades que antes eram povoados, entroncamentos, projetos de colonização mostra a relativa facilidade que a produção regional tem em se estruturar nestas regiões, ao contrário da maior parte do centro-sul que já estrutura sua rede urbana para o processo de industrialização do país num momento anterior e agora deve rearticulá-la para melhor se inserir no padrão de reprodução do capital atual.

Verificam-se mudanças em termos de formação urbana em todo o território nacional. É fácil perceber como os movimentos de interiorização da população ocorre, mesmo que de maneira irregular e lento, diante da falência generalizada das metrópoles brasileiras. Tais processos são irregulares pela própria natureza instável da produção especializada. Enquanto que são lentos também pela baixa incorporação de força de trabalho pelas atividades mais dinâmicas do atual padrão de reprodução do capital.

Neste caso, é possível perceber como o início da produção em determinada localização é acompanhada por surtos migratórios. No caso da Serra dos Carajás, no sudeste do Pará, como bem acompanhou Cardoso (2018), as cidades de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás passam por processos de crescimento demográfico e urbanização superiores às médias de crescimento do estado do Pará e do Brasil. Nesta região, em que a Vale se coloca como principal mineradora, as determinações de crescimento demográfico acompanham o crescimento da extração mineral, bastante acentuada a partir do aumento dos preços dos minérios no mercado mundial.

Noutro caso, a cidade de Itaituba, no oeste paraense, acompanha, em termos de crescimento demográfico, o surgimento de novos empreendimentos

relacionado a portos de exportação de soja às margens do rio Tapajós. Neste caso, o distrito de Miritituba tem incorporação demográfica superior à própria sede do município, dado que aquele fica à margem do rio que recebe os comboios de caminhões que trafegam pela rodovia Cuiabá-Santarém rumo aos portos de exportação.

As taxas de crescimento demográfico dos municípios que internalizam os processos produtivos vinculados à expansão agropecuária serão mais acentuados que, inclusive, dos municípios de suas regiões de influência imediata. Tal processo ocorre devidos aos movimentos de migração no interior dessas regiões, que muitas das vezes superam a migração de outros estados e escondem a dinâmica dessas cidades intermediárias. Apesar da incorporação produtiva de determinadas regiões de ocupação esparsa anteriormente pelos grandes projetos privados, se verifica também a redução populacional de cidades e municípios menores, inclusive de alguns que tiveram centralidade regional em outros momentos.

Necessariamente essa reconfiguração leva a outro tipo de expansão urbana, muito mais vinculada a formas mais capitalizadas de incorporação de terras. Em cidades com pouco mais de 20 mil habitantes, como é o caso de Porto Franco, no sul do Maranhão, é possível observar a formação de loteamentos habitacionais como tentativa de apropriação de parte da renda gerada pelos trabalhadores das atividades dinâmicas. Em todas as cidades intermediárias da fronteira agromineral se encontrará projetos de loteamento e condomínios fechados para garantir tranquilidade aos gerentes dos empreendimentos produtivos.

As cidades são remodeladas, ruas são alargadas e antigos centros comerciais tornam-se marginais diante das novas frentes de expansão dos equipamentos urbanos. A expansão imobiliária garante saneamento básico, iluminação pública, ruas asfaltadas em cidades que ainda persiste a falta generalizada destes investimentos públicos. É o caso, novamente atestado por Cardoso (2018) das cidades do sudeste paraense. Nos bairros antigos de Marabá ainda persiste a falta destes equipamentos. Em Canaã e Parauapebas só há garantia deles em loteamentos e condomínios.

Por outro lado, a cidade também processa novas formas de segregação. Se se garante o acesso a serviços urbanos e a expansão da cidade rumo às zonas de moradia das classes econômicas dirigentes da produção regional, também se organiza o afastamento da população que busca empregos menos qualificados em

bairros distantes, seja por meio de ocupações irregulares, seja por meio de programas de moradia dirigidos, como é o caso do *Minha Casa Minha Vida*. Em Marabá, o bairro *Morada Nova*, financiado por este programa, é o mais distante dos centros comerciais. Em Imperatriz, no sul do Maranhão, há um surto de crescimento de bairros populares, às margens da BR-010, numa localização ainda distante do portal que antes delimitava o perímetro urbano da cidade.

Se por um lado estes processos são desenvolvidos pela própria forma de apropriação de parte da renda gerada regionalmente pela incorporação imobiliária, por outro lado isto reflete também o sentido geral de integração do urbano regional na dinâmica produtiva. Não há política pública ou práticas privadas de compensação que superem a forma típica de ordenamento urbano subdesenvolvido nas cidades intermediárias. O desenvolvimento possível de equipamentos urbanos esbarra na impossibilidade de internalizar toda esta população que chega em busca de melhores condições de reprodução de sua vida material.

A incorporação da força de trabalho

Kowarick (1977), em seu trabalho sobre a expressão urbana de nossa industrialização, supera o falso debate sobre a formação de uma massa populacional marginal ou funcional à expansão capitalista no Brasil. Sua abordagem a partir da autoconstrução de moradias e na espoliação urbana, expressa na falta de acesso a bens urbanos coletivos pelo povo, nos mostra a unidade que existe entre formação de uma superpopulação relativa resultante da expansão industrial, como também esta mesma população destituída de condições básicas de reprodução. Mesmo que esta não tenha sido a intenção do autor, estão ali caracterizadas outras formas de exploração da força de trabalho fora da produção propriamente. É esta expressão que se reconfigura nas cidades intermediárias.

É o caráter especialização da produção regional que vai garantir essa superpopulação relativa também nas cidades de menor porte como que as metrópoles. Não há condições de incorporação mais efetiva da população que migra para essas cidades devido a forma tipicamente especializada que só se caracterizará pela formação de indústrias intensivas em capital em alguns locais da expansão produtiva geral. Assim como levantado por Kowarick (1977) para nossas metrópoles em meio à formação dos processos de industrialização, também cabe para as cidades intermediárias da fronteira agromineral os tipos de massas populacionais que ficam

marginais aos processos mais dinâmicos. Aqui há formas domiciliares de trabalho, elevada quantidade de trabalhadores informais e trabalhadores intermitentes que circulam em torno dos setores mais dinâmicos destas economias urbanas, mas não estão totalmente vinculados a elas como assalariados permanentes.

Há também o aspecto cíclico da produção capitalista que reduz com frequência o mercado de trabalho dessas cidades. É o que acontece após a queda dos preços das *commodities* a partir de 2013 no mercado mundial. Mesmo que a redução do preço seja parcialmente superada pelo incremento produtivo, como ocorreu com a produção de minério na Serra dos Carajás (CARDOSO, 2018) não é automática a expansão produtiva geradora de novos investimentos. Apenas incrementa a produção já existente e, de certa forma, já consolidada territorialmente.

De todas essas manifestações no espaço urbano das cidades da fronteira reside a condição de que outra forma de integração regional é desenvolvida nestas regiões. Como parte da dinâmica nacional da fase atual de acumulação de capital é possível perceber que nestas cidades residem o sentido geral de expansão produtiva do país. Não há outra região em que as cidades serão moldadas de forma mais evidente para o padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva.

No caso, as cidades do Centro-Sul acompanharão a reestruturação produtiva readequando cidades desenvolvidas para a acumulação do período de industrialização, independente da centralidade regional. As cidades do *core* produtivo nacional desenvolveram-se por meio de uma rede urbana que se gestou noutra perspectiva de integração produtiva, em que São Paulo aciona centros regionais e estes controlam a divisão nacional do trabalho em suas redes urbanas de influência imediata.

No Nordeste, por meio da concentração de contingentes populacionais em suas metrópoles regionais determinou o destino da força de trabalho que não emigrou para São Paulo. Mesmo nestas metrópoles não houve uma integração produtiva que garantiu a redução da superpopulação relativa regional, e manteve-se a estruturação da região como fonte constante de força de trabalho para as outras regiões do país, inclusive para as regiões que compõem a fronteira agromineral.

Na fronteira há a formação de núcleos urbanos novos, a incorporação de núcleos antigos e a formação de uma rede urbana que nunca fora tão dinâmica como agora. Antes dos processos de integração nacional promovidos pelo Plano de Metas,

na segunda metade da década de 1950, existiam vínculos extremamente frágeis entre esta região e o resto do país. Não há razões para afirmar que esta região agora sedia o centro do capitalismo nacional. Muito pelo contrário, ainda se trata de uma região extremamente periférica e pequena nos termos da acumulação nacional. Mas seus vínculos com a dinâmica econômica nacional tiveram um salto qualitativo nas três últimas décadas, principalmente durante a alta dos preços das *commodities*.

Toda essa reconfiguração ocorre por meio do campo. Milton Santos (2008) vai discutir em alguns trabalhos a formação deste urbano a partir do campo. É o campo, seja por meio da agropecuária ou da extração mineral, que levará contingentes populacionais a se concentrarem nas cidades da fronteira, que determinará as regiões, mas dinâmicas e que fluirá para alguns espaços a indústria especializada agromineral. Veremos as seguir como operam essas transformações no campo e como estas transformações estão, necessariamente, vinculadas a típicas formas dependentes de inserção na economia mundial, nas quais a incorporação da força de trabalho se não a melhor, mas a expressão mais concreta.

Há um processo regular de incorporação da força de trabalho nas cidades de economias subdesenvolvidas que se inicia no período de metropolização das economias latino-americanas, ainda no padrão de reprodução do capital industrializante, e se mantém no padrão atual exportador de especialização produtiva. A saber, nas duas fases de integração destas economias a força de trabalho incorporada é utilizada de maneira parcial nas atividades dinamizadoras dos padrões e o restante dela fica à mercê de atividades secundárias. Porém, tais atividades secundárias geralmente abarcam inúmeras condições que em economias centrais seriam superadas com o desenvolvimento das forças produtivas.

É o caso dos trabalhos domésticos em que boa parte da massa de trabalhadores sobrando é incorporada nos centros urbanos. Dado que as atividades dinamizadoras são especializadas sob o corte regional e local, a migração da população de outras regiões do país, em busca de melhores condições de reprodução material de sua família, torna-se excedente para a oferta de postos de trabalho diretamente ligados a atividade principal.

No caso das cidades intermediárias da fronteira agromineral a incorporação de força de trabalho nas atividades dinâmicas se efetivará, principalmente, na indústria intensiva em força de trabalho, como é o caso dos frigoríficos e da construção civil. Por outro lado, esses subsetores industriais não alteram o sentido geral de ampla

formação de superpopulação relativa que se concentra espacialmente em busca de empregos temporários ou mantém sua reprodução por meio de formas informais de inserção na economia das cidades.

Outro é o caso das atividades do campo, que se expandem por meio de um processo de intensificação tecnológica que pouca força de trabalho nas atividades de plantação de grãos e criação de gado. Nestes casos, há um reforço da formação de superpopulação relativa nas principais cidades da região, por meio da expulsão dos trabalhadores rurais, e nas cidades de menor porte que servem de bolsões de braços acionados esporadicamente pela dinâmica produtiva regional.

Tabela 11. Estoque de trabalho formal produtivo³¹ e variação anual de período selecionados – municípios selecionados.

Município	2008	2009	2014	2017	Var. anual (2008 a 2017)	Var. anual (2009 a 2017)	Var. anual (2014 a 2017)
BA - Luís Eduardo Magalhães	4.553	4.403	7.788	8.364	6,27	7,39	1,8
MT - Lucas do Rio Verde	7.266	7.167	9.902	10.604	3,85	4,45	1,73
MT - Sorriso	6.310	7.322	9.193	9.367	4,03	2,77	0,47
PA - Redenção	2.646	2.488	3.679	3.747	3,54	4,65	0,46
MA - Imperatriz	8.552	8.908	11.957	11.226	2,76	2,6	-1,56
GO- Rio Verde	21.467	20.423	27.207	24.728	1,42	2,15	-2,36
TO - Araguaína	6.255	5.986	9.279	8.308	2,88	3,71	-2,73
TO - Gurupi	2.639	2.647	3.279	2.926	1,04	1,12	-2,81
RO - Vilhena	5.053	5.164	7.428	6.628	2,75	2,81	-2,81
MT- Sinop	8.244	8.451	10.666	9.505	1,43	1,31	-2,84
BA - Barreiras	6.449	7.029	8.574	7.591	1,64	0,86	-3
MS - Dourados	13.157	14.251	17.755	15.598	1,72	1,01	-3,19
PA - Parauapebas	17.404	17.192	23.893	16.028	-0,82	-0,78	-9,5
PA - Canaã dos Carajás	665	966	9.970	5.230	22,9	20,64	-14,9

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE).

³¹ Entende-se por trabalho produtivo aqueles diretamente vinculados à geração de valor. Utilizou-se setores da classificação CNAE 2.0 e selecionou-se os seguintes: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; transporte, armazenagem e correio; indústrias extrativas; indústrias de transformação. Não se considerou trabalhos produtivos de maneira indireta, como professores de cursos profissionalizantes.

Tabela 12. Estoque de trabalho formal produtivo³² e variação anual de período selecionados – Unidade da Federação

Unidade Federativa	Var. anual (2008 a 2017)	Var. anual (2009 a 2017)	Var. anual (2014 a 2017)
Tocantins	2,68	2,76	-1,36
Mato Grosso	2,56	2,42	-1,17
Rondônia	2,53	-0,5	-6,14
Goiás	2,22	1,88	-2,16
Mato Grosso do Sul	2,15	1,78	-1,44
Roraima	2,15	0,28	0,24
Piauí	1,45	-0,27	-6,95
Pará	1,33	1,56	-5,85
Santa Catarina	1,26	1,28	-2,02
Bahia	1,19	0,25	-3,89
Amapá	1,15	0,73	-10,48
Ceará	1,12	0,09	-5,38
Paraná	0,92	0,7	-2,67
Pernambuco	0,66	0,03	-5,32
Sergipe	0,61	0,28	-6,15
Maranhão	0,61	0,73	-4,97
Distrito Federal	0,56	-0,67	-5,38
Paraíba	0,55	0,79	-5,52
Acre	0,53	-1,08	-4,35
Rio Grande do Sul	0,27	0,21	-3,45
Minas Gerais	0,14	-0,02	-3,71
Espírito Santo	-0,31	-0,55	-4,69
Rio de Janeiro	-0,4	-1	-8,05
São Paulo	-0,54	-0,71	-4,02
Rio Grande do Norte	-0,9	-1,04	-5,65
Amazonas	-0,97	-0,78	-6,82
Alagoas	-1,64	-2,35	-4,62

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE).

Há ainda o terceiro caso, ligado a atividades extrativas. Num primeiro momento as atividades de construção da infraestrutura dos empreendimentos demandam grande número de trabalhadores e depois dispensam esses trabalhadores ao iniciar a extração nas minas por meio de processos produtivos intensivos em capital. É intensa a formação de núcleos urbanos baseada em surtos de construção da infraestrutura para a extração e posterior esvaziamento das regiões comerciais e

³² Entende-se por trabalho produtivo aqueles diretamente vinculados à geração de valor. Utilizou-se setores da classificação CNAE 2.0 e selecionou-se os seguintes: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; transporte, armazenagem e correio; indústrias extrativas; indústrias de transformação. Não se considerou trabalhos produtivos de maneira indireta, como professores de cursos profissionalizantes.

habitacionais dessas cidades devido à queda da renda local gerada pelo empreendimento principal.

Os dados das tabelas acima confirmam nossas afirmações quanto aos diferenciais das dinâmicas produtivas entre alguns municípios cuja sedes são cidades intermediárias da fronteira agromineral e a dinâmica das unidades federativas. A redução do número de empregos formais ligados à agropecuária, indústria e transportes após a crise de 2008 se expressa com mais força nos estados que não compõe a fronteira. É possível perceber que os estados do sudeste e alguns estados de economia relativamente mais vulnerável no norte e nordeste têm as taxas de redução do número de empregos maiores. A região de expansão da fronteira agromineral já expressa maior capacidade de arrefecimento das condições cíclicas do comércio internacional.

Observa-se também que os municípios que selecionamos apresentam distintas taxas de redução do estoque de empregos relacionados à geração de valor. São distintas porque estes municípios se diferenciam pela base produtiva. Alguns estão ligados ao agronegócio outros à mineração. Ainda, se diferenciam pelo nível de vulnerabilidade econômica que se atrela ao tamanho distinto destas bases produtivas. Percebe-se que os municípios de base extrativa mineral – Parauapebas e Canaã dos Carajás – passaram por uma redução substantiva dos empregos formais ligados à geração de valor. Isso se deve ao fim de investimentos que objetivaram a criação de novas estruturas produtivas, principalmente ligados à construção do complexo S11D em Canaã dos Carajás. Com o fim da construção, encerrasse o período de contratação via construção civil e inicia-se a fase de extração mineral, caracterizada por ser intensiva em capital. Aqueles dados relativos ao emprego por estado que apresenta reduções relativas menores para os estados da fronteira agromineral só se explicam pela dinâmica regional das cidades vinculadas a bases produtivas do agronegócio e da mineração.

De modo geral, todas essas cidades, assim como aconteceu nas metrópoles brasileiras, principalmente São Paulo, durante a fase de industrialização, vão receber um contingente populacional suficiente para levar adiante a produção dinamizadora da região, as atividades auxiliares, outros serviços e comércios típicos das cidades intermediárias e, ainda, mantém um contingente populacional sobrando que se integra periodicamente às atividades, por meio de empregos temporários. É o que Oliveira (1981b) vai caracterizar, para o caso de São Paulo, de enorme exército

de reserva que corresponde à situação atual das cidades intermediárias da fronteira agromineral.

A questão urbana na fronteira agromineral vai, na verdade, ajudar a redefinir a problemática agrária. A própria expansão das cidades nas áreas de agricultura moderna e na fronteira agromineral, bem como a valorização da agricultura familiar, reclama um novo modelo de reforma agrária. Mais espaços produtivos estão bloqueados ou segregados territorialmente, tanto nos espaços agrícolas modernizados quanto nos espaços rurais portadores de recursos naturais com valor potencial. O crescimento do terciário faz “deslizar” processos e problemas metropolitanos para essas áreas, desde a generalização da marginalização social, passando pela periferização e chegando na segregação socioespacial, o que obviamente rebate sobre o valor da força de trabalho para além das áreas metropolitanas principais.

A Lei Federal nº 13.465/17 – antiga Medida Provisória 759 consolida condições para a apropriação fundiária urbana e rural mais flexíveis, e coaduna também com os processos que vão no mesmo caminho no mercado de trabalho do país³³. A recente reforma trabalhista³⁴, por exemplo, é emblemática como estratégia de reorganização dos contratos trabalhistas a fim de garantir uma maior apropriação de excedente no país. Desde o início do atual padrão de reprodução do capital foram várias as modificações no mercado de trabalho. Porém, é a primeira vez que atinge de maneira tão sistemática a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Isso reflete que o mercado de trabalho mais liberalizado deve ser sustentado institucionalmente, e que a CLT permaneceu como entrava para estas novas condições contratuais mais

³³ Esta Lei, na verdade, é a culminância de uma série de medidas que garantem a continuidade dos processos de legalização da grilagem de terras no Brasil e outros tantos mecanismos alheios à função social da terra. No caso dos assentamentos rurais a lei permite a facilidade do processo de titulação, não reconhecendo as etapas de constituição destes assentamentos como projetos de autonomia produtiva de seus beneficiários, algo que já era precário antes mesmo da lei. No caso das terras urbanas cria o Reurb que, dentre outras coisas, permite que imóveis ocupados se tornem garantia de operações financeiras, numa lógica de criar um espírito empreendedor aos ocupantes. Nossa hipótese é que os maiores empreendedores no Brasil são moradores de favelas e demais regiões de ocupação, dado o malabarismo necessário para sobreviver às condições materiais impostas. Mas, neste caso, a lei tão somente implementa mais um mecanismo de extração de excedente de classes subalternas que nem tem as condições mínimas de reprodução material. Para mais argumentos críticos ao assunto ver: < <https://outraspalavras.net/brasil/contra-reforma-urbana/>>, < http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1439648489_20072017104643.pdf> e < <https://www.ecodebate.com.br/2008/07/28/a-grilagem-de-terras-publicas-na-amazonia-artigo-de-ariovaldo-umbelino-de-oliveira/>>. Acesso em: dez/2018.

³⁴ Reforma Trabalhista Nº 13.467 de 2017.

liberais. É o espaço e a força de trabalho adaptados em nível mais aprofundado ao contexto neoliberal.

A fronteira agromineral reforçará, diante deste contexto de alterações institucionais frente ao padrão exportador de especialização produtiva, as necessidades de violação do valor da força de trabalho. O custo de reprodução da força de trabalho na fronteira deverá ser suficientemente rebaixado para atrair capitais reproduzíveis em outras regiões do país. O trabalho escravo contemporâneo torna-se frequente em algumas regiões de expansão produtiva e de relativo isolamento espacial. Neste modelo de trabalho escravo, fazendeiros e chefes de garimpos instituem a servidão por dívida, ao mesmo tempo em que dificultam o acesso desses trabalhadores à comunicação.

Girardi et al. (2014) apresenta vários aspectos que vão de encontro às teses que advogam “santa aliança pela modernização rural”. Esta análise sobre o trabalho feita por Girardi et al. (2014), a partir de dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), são uma representação espacial condizente com a atual fronteira agromineral brasileira. Basta observar onde existem mais focos de trabalho escravo e percebe-se que eles estão justamente nas regiões aqui destacadas como área de fronteira no país. Em geral, os trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão são naturais ou residem nas faixas de ocupação do Centro-norte, passando pelo Maranhão e Piauí. A região, segundo os autores, com maior quantidade de autuações de escravidão moderna se situa no sul e sudeste paraense. Os dados mais atuais dão conta das ocorrências e libertação de trabalhadores escravos da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2019) em três estados da região Norte: Pará, Roraima e Tocantins. Estes dados, referentes ao ano de 2018, são condizentes com nossas afirmativas em relação aos espaços de acumulação da fronteira agromineral na região norte.

Neste contexto, as cidades intermediárias se tornam bolsões de pessoas em busca de emprego e suscetíveis à escravidão por dívida, dependentes de formas de “regulação da barbárie”. Quando não encontram empregos de baixa remuneração nestas cidades, os trabalhadores se aventuram em temporadas nas fazendas dessas regiões, muitas vezes fortemente protegidas por esquemas de segurança armados. É interessante notar que Navarro (2014) desconsidera este aspecto de nossa urbanização recente, desvinculando suas contradições dos determinantes gerais do processo de acumulação no país, seja no campo seja na cidade. Parece que há uma

relação de determinação entre campo e cidade em que só ela explica e altera as zonas rurais. Diferentemente disso, afirmamos que há uma dialética nos processos de dinamização das cidades de porte intermediário e que se articulam diretamente com a agropecuária e a mineral.

Há que considerar os novos termos das questões agrária e urbana. Mesmo que o ponto de partida seja nossos clássicos da discussão sobre subdesenvolvimento e integração regional, como citamos neste capítulo, é preciso entender que os novos processos demandam outras categorias de análise, como tentamos apresentar. Guilherme Delgado (2012) nos propõe considerar a modernização agrícola como a mediação atual da expansão produtiva e financeira do setor agropecuário. Nascimento (2012) centraliza esta mediação para as contradições sempre apresentadas entre campo e cidade. Parece que elas foram superadas, que o campo é cidade e a cidade contém o campo. Mais que uma simples relação de interdependência, a expansão da produção no campo, seja agrícola ou mineral, expressa a agudização dessas contradições no urbano e no rural. Como expressão única e dialética da modernização do campo com a precarização da reprodução material dos trabalhadores urbanos. É um tipo de “mediocefalia” em cidades especializadas, que não se aglomeram em tipos metropolitanos convencionais.

CAPÍTULO 03 – DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL À APROPRIAÇÃO DA RENDA FUNDIÁRIA NA FRONTEIRA AGROMINERAL BRASILEIRA

Neste capítulo analisaremos a relação entre reprodução capitalista da agroindústria “moderna” brasileira e os aspectos históricos fundamentais para entendermos a geração e apropriação de renda fundiária na atual região de expansão da fronteira agromineral. Nosso objetivo é expor, essencialmente para o período das duas últimas décadas, os determinantes da associação entre capitais internos e internacionais nestes setores dinâmicos no padrão de reprodução do capital atual. Com a dinamização da economia nacional por meio deste novo padrão nossa hipótese é que há uma centralidade da geração de lucro extraordinário no setor agropecuário na forma de renda fundiária e esta renda torna-se a base da estruturação das cadeias produtivas do setor. Ao contrário da forma clássica de apropriação de renda fundiária na Inglaterra do início do século XIX, aqui a renda garante a unidade destas frações de capitais por meio da distribuição deste lucro extraordinário ao longo do ciclo de reprodução do capital agroindustrial.

3.1 Renda fundiária: um expediente das formas de espoliação do capital

A renda, no capitalismo, resulta da valorização de capital. Como tal é elemento diferenciador de determinados setores econômicos em determinados contextos históricos e formações socioeconômicas. Porém, não é elemento constitutivo da reprodução capitalista. Antes deve existir acumulação para que haja possibilidade de se gerar e se apropriar de rendas. Na Inglaterra do século XIX, Marx (1988) abordou a produção de alimentos para qualificar a forma de apropriação de renda fundiária pelos arrendadores. Ocorreu naquele contexto histórico, desta forma, porque não é dado o estatuto de apropriação da renda fundiária por um só tipo de classe capitalista. Se na Inglaterra foram os arrendadores que se beneficiaram deste estatuto, no Brasil, que historicamente o proprietário de terras é também produtor, não existe esta classificação em termos de apropriação vistas anteriormente nas terras inglesas.

A renda da terra, forma específica de apropriação de lucro extraordinário, é aquela que expressa tal possibilidade em atividades econômicas diretamente ligadas ao uso do solo – aqui entendido num sentido amplo de apropriação de recursos

naturais, seja no cultivo, criação e extração mineral e vegetal, na terra e nas águas. Tal apropriação pode ocorrer tanto num sentido econômico como jurídico.

Nos países de passado colonial, a formação do processo de dependência econômica não se manifesta somente pelos movimentos gerais do comércio internacional ao longo dos vários padrões de acumulação. A forma interna das relações de produção, como nos referimos no capítulo anterior, é determinante geral para os termos da propriedade da terra. A terra – ou o espaço, num sentido mais amplo de *locus* de acumulação – na América Latina é condição básica da associação entre capitais internos e externos nos ciclos de dependência. Mesmo que tenhamos uma série de alterações na lógica de acumulação ao longo dos padrões de reprodução do capital, a terra permanece como elemento principal que garante a unidade entre estes capitais, ao lado das formas historicamente estabelecidas de superexploração da força de trabalho.

Portanto, será também diferente – como é diferente o custo de reprodução da força de trabalho entre países centrais e periféricos – o sentido dado para a espoliação fundiária nos países da América Latina. Tonin (2015) atribui um expediente de superexploração da força de trabalho diretamente ligado à terra urbana, quando se estabelece que o ordenamento territorial das grandes cidades brasileiras não só impede o acesso da massa trabalhadora de equipamentos urbanos de qualidade e generalizados como também tais condições permitem uma apropriação de parte das horas livres deles. O excesso de horas no trânsito é um caso típico de apropriação do fundo de vida destes trabalhadores, em que se aumenta suas jornadas de trabalho sem, contudo, se efetivar pagamentos extras por isso.

No caso da terra rural, as condições de apropriação do solo para a produção capitalista sempre estiveram em estreita consonância com os interesses das elites agrárias dos países latino-americanos. Silva (2001) ao descrever a passagem das terras devolutas para outras formas jurídicas de controle sobre as terras no Brasil e na Argentina nos ajuda a refletir acerca do papel do Estado e sua relação com as elites agrárias na configuração dos mercados de terras nestes países. Ao contrário deles, nos Estados Unidos foi possível capitalizar as terras devolutas com a velocidade que o desenvolvimento das forças produtivas que o país requereria.

Não há contradição ou relação entre moderno e atraso nesta análise. Na verdade, desenvolveram-se, nos países do sul, elementos extra econômicos que garantiram o monopólio da terra, independente deste monopólio resultar em renda

fundiária. Como centro dinâmico da economia em todos os momentos anteriores ao processo de industrialização, os proprietários de terras no Brasil não estavam se apropriando de parte do excedente gerado por uma classe produtora interna, como ocorreu na Inglaterra. No Brasil, até 1950, o lucro extraordinário gerado pelo domínio da terra foi reinvestido na incorporação de mais força de trabalho na forma de importação de escravos africanos. No momento que os preços dos produtos agrícolas sobem, há uma expansão da produção com incorporação de força de trabalho externa. No momento de baixa, mantem-se a expansão como forma de garantir a empresa agrícola por meio do aumento das quantidades produzidas (FURTADO, 2007).

Com o fim do tráfico negreiro isto não seria mais possível. Por isso se estabelece a garantia jurídica do monopólio da terra, a fim de impedir que este lucro extraordinário, que agora passaria a obedecer mais estreitamente os ciclos econômicos do comércio internacional não fosse apropriado por outras classes econômicas internas. Porém, a forma associada de inserção no comércio internacional permanece, inclusive com a apropriação de parte deste excedente na forma de dívidas com banco estrangeiros, notadamente ingleses (PRADO JR, 1981). O problema da força de trabalho durante o Império, discutido em quatro capítulos do clássico de Furtado (2007), passa a ser também o problema da apropriação fundiária. Ainda assim não se estabelece o estatuto da renda absoluta nos termos da questão agrária inglesa, que desencadeou a lei do trigo. Aqui, os produtores/proprietários não tinham impeditivos de manutenção da apropriação do lucro extraordinário ante outra fração de classe dominante. Era permitida a compra de terras por qualquer cidadão brasileiro. Mas a terra permanecia como monopólio porque só a elite agrária tinha condições de se estabelecer sobre ela. Neste caso, portanto, se consagra somente a geração de lucro extraordinário pelas próprias condições econômicas dos produtores ante o comércio internacional.

É importante percebermos que a forma de apropriação deste lucro extraordinário pode se estabelecer de distintas maneiras, no tempo e no espaço, nas economias latino-americanas sem, entretanto, violar as regularidades do subdesenvolvimento. Armando Bartra (2006) ressalta que a reforma agrária promovida após a revolução mexicana no início do século passado incorporou uma classe de pequenos proprietários dos meios de produção nas zonas rurais a uma lógica de dominação por grandes empresários produtores de alimentos ao longo do

tempo. Deixando, assim, que parte dos lucros gerados por estes agricultores – e, talvez, do lucro extraordinário gerado – passasse às mãos de frações internas de outras frações de capitais, notoriamente urbana-industriais.

No Brasil, este mesmo processo de apropriação de renda fundiária por outras classes capitalistas se estabeleceu durante a fase de industrialização, como ressalta Grinberg (2011). Porém, não se alterou o sentido geral de uso e ocupação do solo pelo latifúndio. Enquanto que no caso mexicano os produtores rurais se inseriram num processo de subordinação às classes industriais internas, no Brasil houve uma repartição deste lucro extraordinário entre duas classes internas dominantes.

Ocorre que, no atual padrão de reprodução do capital, a geração de renda, num contexto amplo das empresas agropecuárias e minerais dos países latino-americanos, incorpora a forma neoliberal de ordenamento produtivo sobre o território. No Brasil e no México, onde havia diferenças substanciais na forma de apropriação da renda gerada por setores produtores agrícolas, agora se assemelha a unidade de interesses dentro das cadeias produtivas no sentido de garantir o controle sobre a renda fundiária. A inserção de capitais externos diretamente à produção e comercialização de bens agroindustriais torna o lucro extraordinário condição para a operacionalização destas mesmas cadeias produtivas. E, como dito anteriormente, onde não se estabelece esta unidade – como no caso de alguns monopólios estatais na extração mineral – há a busca pela superação de barreiras à entrada por parte de capitais internacionais.

A manifestação da renda fundiária³⁵, neste contexto, só pode ser entendida como regularidade se partirmos do monopólio econômico destas cadeias produtivas, e não mais jurídico. Bartra (2006) afirma que apesar de Marx (1988) e Marx (2016) elencar a renda absoluta e as rendas diferenciais, somente esta última se estabelece como uma regularidade no capitalismo, enquanto que a renda absoluta na verdade trata-se de um estatuto jurídico do direito inglês, superado pelos embates entre proprietários de terras e produtores de trigos que findou o protecionismo a esta produção no país. Por outro lado, a renda diferencial não só se estabelece como uma categoria estritamente econômica como também pressupõe a relação entre a geração de lucro extraordinário permanente diante de outros setores produtivos do capitalismo nacional e do comércio internacional.

³⁵ Ver Apêndice 1 sobre a concepção de Renda Fundiária adotada nesta tese.

Um exemplo para esta distribuição de lucro extraordinário nos ajudará a refletir acerca do papel de empresas nacionais e estrangeiras nestas cadeias produtivas. Como nos referimos anteriormente, esta renda passa a ser apropriada de forma direta e indireta na cadeia produtiva. A equalização das taxas de lucro é capaz de atribuir a quantidade de lucro de acordo com a quantidade de capitais adiantados para o setor. Naturalmente, em tempos de crise, a concorrência capitalista trata de reduzir a margem de distribuição do excedente gerado. O caso da Cargill é emblemático no sentido de caracterizar a composição das cadeias produtivas agrominerais no Brasil com participação das transnacionais.

Esta empresa, com sede global em Minneapolis, tem filiais em 70 países atualmente, sendo que sua maior operação fora dos EUA ocorre no Brasil com a seguinte controladora e principais subsidiárias: Cargill Alimentos Ltda., Cargill Agrícola S.A., Banco Cargill e Cargill Animal Nutrition³⁶. Neste país a empresa conta com unidades industriais, armazéns, terminais portuários e escritórios em 160 municípios, em 17 estados e no Distrito Federal e emprega 10.157 pessoas³⁷. Esta empresa é o caso mais evidente de controle sobre a cadeia produtiva de produção de grãos no país. Por suas operações e subsidiárias percebe-se que seu foco é na compra dos grãos para beneficiamento e posterior exportação, além de participação substancial no transporte e na comercialização.

As demonstrações financeiras³⁸ para os exercícios de 2017 e 2016 nos dão estas informações principais: receita operacional líquida de R\$ 34.162 mi para 2017 e R\$ 32.265 mi para 2016; lucro líquido do exercício de R\$ 532 mi para 2017 e R\$ 661,5 mi para 2016. Este cenário de aumento das receitas e redução dos lucros reflete os investimentos feitos pelo grupo nos últimos anos no Brasil. Só em 2017 foram R\$ 790 milhões, enquanto que nos últimos sete anos os investimentos totalizaram o montante de R\$ 4,6 bilhões. A empresa já prevê redução dos investimentos para todo o ano de 2018, na faixa de R\$ 300 a R\$ 400 milhões.

³⁶ Ver <<https://www.cargill.com/static/brazil-annual-report/2017/pt/sobre-o-relatorio.html>>. Acesso em: Nov/2018.

³⁷ Ver <<https://www.cargill.com/static/brazil-annual-report/2017/pt/liderar-nos-mercados.html>>. Acesso em Nov/2018.

³⁸ Dados referentes as operações da transnacional no Brasil, incluindo suas subsidiárias. Ver <<https://www.cargill.com.br/en/doc/1432118248033/balanco-cargill-agricola.pdf>>. Acesso em: Nov/2018.

Mesmo com a redução do lucro líquido, a empresa garante uma margem de lucro significativa nos dois últimos anos, ainda que sob contexto de expansão dos investimentos. Se analisarmos a rentabilidade do patrimônio líquido em relação ao lucro (Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido – Lucro Líquido do Exercício / Patrimônio Líquido) temos que a empresa rendeu, respectivamente em 2017 e 2016, 12,12% e 17,20% para seus acionistas. Ou seja, uma taxa que supera os investimentos em ativos de renda fixa no país. Estes rendimentos superam a taxa básica de juros fixada pelo Banco Central para pagamento dos juros de determinados títulos da dívida pública da União – em 2017 esta taxa fechou em 7,4%; em 2016 fechou em 13,65.

Outra informação relevante quanto ao ambiente de negócios da empresa no Brasil diz respeito à composição da dívida da empresa. Mesmo afirmando que “basicamente recebe dinheiro via matriz com um custo de capital menor que os empréstimos realizados no Brasil”, a Cargill fez uso de linhas institucionais de crédito subsidiados. Na nota 21 de suas demonstrações financeiras encontramos, por exemplo, tomadas de empréstimos e financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a taxa média de juros de 4,07% a.a.; ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) a taxa média de juros anual de 7,10%; e ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste a taxa média de juros de 7,84% a.a. Os Programas Estaduais de Incentivo, garantidos à empresa nas Unidades Federativas em que ela atua, chegam a uma taxa média de juros de 2,40% a.a.

Estes dados de endividamento evidenciam um dos termos de transferência de valor colocado por Luce (2018) e Carcanholo (2017) bastante presentes no padrão exportador de especialização produtiva. A lógica de internalização de parte das operações das empresas transnacionais nos países dependentes passa pela diversificação da apropriação de excedentes. Os subsídios estatais, mesmo com um custo de capital superior aos empréstimos da matriz, como afirma a própria empresa, é inferior à taxa de juros média da dívida mobiliária federal.

Além do endividamento destaca-se que, nestes dois últimos anos, a Cargill intensificou os investimentos em suas operações no Brasil. Isso não significa que há uma condição de inversão do sinal da transferência de valor, mas que simplesmente a empresa promove seu investimento para, no médio prazo, enviar seus lucros ao exterior. Ressalte-se que as crises estruturais no balanço de pagamentos também são geradas por este tipo de investimento e que estas empresas não-financeiras têm

investimentos especulativos em nosso país, como pode ser observado no balanço patrimonial da Cargill – aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos estão presentes nas contas Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo da empresa.

Atenta-se, portanto, para a relação entre a produção de grãos no Brasil, em suas diversas fases, e os componentes que interligam o cultivo diretamente ligado à terra com as distintas composições de frações de capital ao longo da cadeia produtiva. Há capitais internos e externos. Aqueles priorizam o cultivo do grão, mesmo que participe de algumas outras fases de transporte e comercialização, como afirma Pastre (2016). Já os capitais externos tendem a ocupar os espaços de controle dos mercados de insumos, máquinas e equipamentos e da comercialização do produto, dado que nestas órbitas se estabelece, com maior facilidade, a apropriação de renda fundiária via monopólio de tecnologias e redução permanente de custos.

Nestes termos, conseguimos entender os motivos da renda da terra, no período atual, não pressupor uma luta entre frações de capital pela apropriação de lucro extraordinário ou pela eliminação deste excedente extra, garantido pela renda, em detrimento de algumas classes de rentistas. Bartra (2006) nos mostra que será no estágio atual de economia liberalizada que a renda da terra se capacitará para recompor uma unidade entre os capitais presentes nos setores produtores e comercializadores de *commodities*. Esta unidade pode ser aparente na medida em que garante a forma atual de distribuição deste lucro extraordinário derivado da renda fundiária nas cadeias produtivas das *commodities* e não resulta em consequentes embates por maiores participações na apropriação do excedente. Ao mesmo tempo em que os processos gerais de concentração e centralização do capital garantirão a agudização futura desta unidade, por dois motivos: i) devido ao aumento da composição orgânica do capital em várias partes destas cadeias produtivas; ii) devido a estratégias de concorrência dos grandes oligopólios que operam neste mercado de nível global e sua consequente formação de estratégias de domínio em relação a seus fornecedores.

Quanto à renda mineral, também relevante no contexto latino-americano, perceberemos que distintamente do caso da agricultura, de modo geral, se caracteriza pela apropriação da renda pelo Estado. Porém, com exceção e ressalvas aos casos de tomada popular do poder – como na Venezuela – este excedente será distribuído às classes dirigentes destes países como forma de perpetuação de seus domínios políticos. No Brasil, por exemplo, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral

(CFEM) trata-se de renda destinada ao Estado pela concessão de sua riqueza presente no subsolo³⁹. Como se refere ao estoque de minério não é produção e sim ganho pela extração desta riqueza autorizada a grandes empresas, e somente a elas. A escassez destes elementos naturais frente a sua demanda no mercado mundial aliada ao grau de pureza desses minérios e à infraestrutura de extração e logística gera a possibilidade de aferir lucro extraordinário.

A centralidade da renda fundiária no contexto das economias dependentes latino-americanas se impõe por esses motivos. Não porque existe sistematicamente uma necessidade de se gerar renda fundiária nas economias agrário-exportadoras. Mas porque, neste padrão de reprodução do capital, a renda fundiária é acionada para permitir reprodução da acumulação de capital dos capitalistas presentes internamente nestes países. Na expansão da produção agromineral é possível perceber que a desarticulação de outros setores industriais não impede a geração de excedentes suficientes nestas economias para permitir a continuidade do modelo associado de inserção no comércio mundial.

A especificidade da renda fundiária neste padrão de reprodução do capital, portanto, se estabelece, assim como na reorganização dos espaços regionais e nacional de acumulação, de forma oposta ao movimento de alteração do centro dinâmico da economia brasileira na década de 1930. Novamente, cabe fazer um comparativo com o padrão industrializante anterior para alcançarmos a regularidade do padrão atual no tempo e no espaço. A renda fundiária ocupa anteriormente a função de geração de lucro extraordinário para financiar o processo de industrialização urbano-industrial. Havia a repartição de excedentes gerados nas metrópoles, notadamente no entorno de São Paulo. Agora há a necessidade de se criar uma unidade entre frações de capital em processos de espoliação da terra. Mesmo que a industrialização pressupunha o aumento das exportações de bens primários, a fim de impedir maiores crises nas contas externas do país, no momento atual a produção de *commodities* torna-se condição para a reprodução capitalista nacional.

Não é coincidência que a maior inserção de capitais externos no contexto do Plano de Metas tenha resultado na necessidade de reorganização política interna,

³⁹ A articulação entre Estado nacional, grupos políticos regionais e transnacionais levou a uma alíquota de 3,5% sobre a receita bruta para o minério de ferro. Demais minérios nem chegam a essa margem. Parece o Estado brasileiro bastante satisfeito com esta margem. Para mais informações acesse a Lei que altera as alíquotas e a distribuição do CFEM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13540.htm/. Acesso em: Ago/2018.

com participação substancial da elite agrária no golpe militar de 1964. A desestruturação do projeto de industrialização nacional brasileiro, desenvolvido desde Vargas, se inicia com este movimento de maior participação de capitais externos nas cadeias produtivas internas. Ali, nos anos 1960, já se criam as condições de desestruturação que se estabelece com a crise da dívida dos anos de 1980, e que se arrasta até os dias atuais.

3.2A apropriação da renda da terra: custos, mercados e preços

Para entendermos estes processos atuais de inserção destas economias dependentes no comércio mundial, chamamos a atenção para o sentido dado neste padrão de reprodução do capital à renda da terra como mecanismo central de manutenção do nosso tipo de capitalismo nacional. Além disso, serão estes processos que desencadearão novos tipos de ordenamentos espaciais, como discutidos nos capítulos anteriores.

Como tratamos anteriormente sobre as diferenças entre o padrão de reprodução atual e a fase de dependência primário-exportadora, vale também considerar alguns pontos relativos à integração entre produção rural e urbanização nestas fases de desenvolvimento de nosso capitalismo. Durante a fase de industrialização das grandes economias latino-americanas a produção do campo – apesar de manterem as exportações de bens primários – atendeu ao crescimento da massa de assalariados urbanos que, em alguma medida, foram incorporados à produção industrial das metrópoles. Bartra (2006) leva isso em consideração ao tratar das formas de incorporação da massa de camponeses pela economia nacional mexicana. Findado e desarticulado este processo de industrialização, a crescente produção de *commodities* passa a atender prioritariamente o setor externo, provocando também problemas de abastecimento interno da população a partir da menor garantia de reprodução material.

Não se trata de uma previsão pessimista sobre o futuro da segurança alimentar nos países latino-americanos, mesmo porque já existem evidências de problemas de abastecimento em várias regiões e cidades destes países. O que queremos afirmar é que os incentivos à realização desses ciclos industriais de produção de *commodities* nos mercados externos é maior devido aos preços permanentemente elevados destes produtos em relação aos preços de mercado internos. Ou, no mínimo, dado o liberalismo das políticas externas desses países, os

preços de bens alimentares básicos são atrelados aos preços internacionais. Além disso, a ocupação de terras para a produção de bens que são prioritários para o comércio internacional pode provocar mudanças no regime alimentar de várias populações regionais. É o caso da substituição do feijão pela produção de soja no Brasil.

Observem nos dados abaixo que, a partir dos anos 2000, inicia-se uma retomada do aumento dos preços das *commodities* no mundo. Este aumento está diretamente vinculado ao crescimento chinês. Considerando os preços determinados em praças internacionais, como a Bolsa de Chicago, o preço de mercado, temos que, para bens agrícolas e minerais, a racionalidade da determinação dos preços via custo de produção e *mark up*, como ocorre na indústria de transformação, não se verifica completamente nestes setores produtores de *commodities*. Percebam também que, neste caso, apreciamos um tipo de vulnerabilidade externa dos países dependentes diretamente vinculadas a suas bases exportadoras e aos preços dos produtos exportados. Isto gera consequências em todo o balanço de pagamentos, e não só nas transações correntes, dada a inconvertibilidade da moeda destes países e a constante fuga de capitais decorrentes de alterações na precificação dos mercados.

Tabela 13. Evolução dos preços de *commodities* selecionadas (R\$ de 2010) – 1960 a 2017

	Açúcar* (US\$/kg)	Soja (US\$/mt)	Óleo de soja (US\$/mt)	Farelo de soja (US\$/mt)	Minério de ferro (US\$/dm ³ **)	Petróleo Bruto* **(US\$/barril)
1960	0,35	479,73	1.169,72	423,18	59,66	8,51
1965	0,22	584,97	1.351,44	485,64	53,37	7,11
1973	0,68	940,00	1.411,62	976,69	33,44	9,09
1974	1,74	735,70	2.210,86	489,73	35,55	29,16
1978	0,32	504,79	1.141,88	401,24	40,35	24,30
1979	0,36	502,12	1.116,69	409,83	39,63	52,22
1980	0,97	454,17	916,23	402,33	43,07	56,53
1985	0,15	375,99	958,32	263,32	44,50	45,54
1990	0,33	298,47	541,09	242,12	39,31	27,67
1995	0,32	282,04	680,03	214,23	30,87	18,69
1998	0,24	296,03	761,73	207,29	37,73	15,90
2000	0,23	266,26	424,94	237,77	36,19	35,48
2005	0,25	313,20	621,31	244,43	74,11	60,88
2006	0,36	298,74	665,61	232,62	77,10	71,49
2007	0,23	402,44	923,64	323,13	128,88	74,52
2008	0,27	508,43	1.223,58	412,72	151,69	94,32
2009	0,41	452,94	879,81	422,64	82,91	64,02
2010	0,47	449,80	1.004,60	378,40	145,86	79,04
2011	0,52	486,92	1.170,17	358,42	151,08	93,67
2012	0,43	536,54	1.112,47	475,45	116,57	95,27
2013	0,36	490,60	962,82	496,83	123,34	94,83
2014	0,35	454,30	840,00	487,68	89,57	88,90
2015	0,30	398,92	773,41	403,35	57,07	51,86
2016	0,42	431,41	860,25	403,85	62,13	45,53
2017	0,36	411,78	869,44	368,59	73,76	54,28

Fonte: World Bank Commodity Price Data. World Bank.

* Cotação internacional.

** *Dry metric tonne unit*.

***Média dos mercados internacionais.

Enquanto esses preços operam de acordo com diversas formas de precificação dos mercados futuros, o custo de produção estará sempre vinculado às vicissitudes da produção agropecuária – a mineração tem outra lógica relacionado à qualidade do minério, à tecnologia aplicada e à exaustão da mina – derivadas das condições naturais. Mesmo com a incorporação de infraestrutura e aplicações de melhoria no solo a agropecuária estará condicionada a ciclos da natureza que se

alteram permanentemente. Ainda assim é possível verificar redução dos custos de produção. Tomemos o exemplo da produção de soja transgênica e convencional no Mato Grosso que evidencia essa busca na agricultura.

Em determinados momentos haverá aumentos do custo de produção por hectare devido a perdas na produção. Neste caso, o que se reduz com mais sensibilidade é o preço de produção e não o preço de mercado. Os dois parágrafos a seguir, retirados de levantamentos do IMEA⁴⁰, nos dão uma boa perspectiva sobre a produção agrícola no Brasil:

Neste segundo levantamento, a expectativa do mercado para a área semeada com a oleaginosa na safra 2018/19 em Mato Grosso é de 9,62 milhões de hectares, aumento de 1,64%, o que equivalente a 155,35 mil hectares em comparação a última safra. Dentre as regiões que apresentam uma expectativa de maior de incremento de área, estão as regiões norte (+8,54%), noroeste (+4,39%) e nordeste (+2,01%). Essa retomada no crescimento da área semeada é, principalmente, reflexo da valorização da oleaginosa brasileira, pautada no aumento da demanda internacional. Com a expectativa de manutenção do investimento em tecnologia no campo, o processo de semeadura em ainda em fase inicial e as previsões climáticas, de um modo geral, apontando para um clima dentro da normalidade durante o cultivo da oleaginosa no Estado, o levantamento com os agentes de mercado não indicou uma variação significativa em relação ao primeiro sentimento. Desta forma a projeção dos rendimentos a campo não foi alterada, sendo previsto a média de 56,23 sacas por hectare na safra 2018/19 indicando um recuo de 1,83% em relação à produtividade recorde consolidada na safra 2017/18.

Observem que o crescimento da demanda pela soja gera a necessidade de aumento da produção. Tal aumento, mesmo que ocorra na forma de ganhos de produtividade ainda pressupõe a expansão da área plantada – neste caso, principalmente no norte do Mato Grosso – e sempre faz frente à uma preocupação em relação ao clima. Nota-se que, a despeito das oscilações do preço de mercado da soja, há poucas chances de os produtores esperarem somente por ganhos de produtividade. Isso também vale para a mineração⁴¹. A notícia a seguir nos mostra exatamente a fragilidade da vinculação entre custo de produção e preço de mercado da soja:

As chuvas fortes que caíram no Mato Grosso do Sul nos últimos meses atrapalharam o plantio de soja na região de Laguna Carapã sendo necessário

⁴⁰ Ver 2ª Estimativa da Safra de Soja 2018/19. Disponível em: <<http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/08102018201706.pdf>>. Acesso em: dez/2018.

⁴¹ Os dados das demonstrações contábeis dos dois últimos anos da Companhia Vale S.A. nos mostra que a única conta operacional que acompanhou o crescimento da receita foram os custos. Ver <http://www.vale.com/PT/investors/information-market/financial-statements/FinancialStatementsDocs/2017%204Q%20ITR%20USD_p.pdf>. Acesso em: Nov/2018.

até mesmo o replantio de algumas áreas. “O produtor começou a fazer o plantio no dia 15 de setembro, mas devido as chuvas fortes que aconteceram tivemos várias áreas com erosão, solo úmido, perda de sementes e teve que ser feito o replantio.

[...] Sendo assim, a questão que toma a atenção dos produtores é com relação as vendas da safra. Logo no início tiveram alguns pacotes que foram feitos em várias áreas por troca de insumos e houve uma média de 70 a 72 reais por saca. Agora o preço está mais baixo oscilando perto de R\$ 64,00 e o produtor não está mais optando por travar a soja.⁴²

Não só os produtores terão de lidar com um maior custo de produção da soja no Mato Grosso do Sul, como também terão de aumentar seus estoques na expectativa de preços futuros melhores. Esta frágil relação entre custo e preço de mercado ocorre não só porque o Brasil não é o único produtor de soja do mundo, mas também porque a precificação das *commodities* nas principais praças do mundo não acompanham estritamente os ciclos de produção, atendendo a outras condições próximas à formação de capital fictício.

Para nossa discussão isso é importante pelo fato de que basta compararmos os preços de mercado das *commodities* produzidas na fronteira agrícola, com seus preços de produção e seus custos de produção para estabelecermos o nexo entre a geração de lucro extraordinário nestes setores e as possíveis formas que esta renda pode ser apropriada. Este mecanismo relativamente simples pode aferir a geração de renda fundiária na dinâmica de expansão do setor agromineral brasileiro e a proporção relativamente maior de lucro extraordinário gerado na fronteira em comparação com outras regiões do país. Além disso, podemos tomar como *proxy* a cultura mais generalizada neste processo, no caso, a soja. Os dados referentes a produção e comercialização de soja permite levantar algumas questões importantes.

No caso específico da cadeia produtiva da soja no Centro-Norte do Brasil a produção na fazenda é intensiva em capital. O IMEA – Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária, entidade bancada pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso e suas parcerias patronais, calculou o custo médio da força de trabalho por hectare para este estado em R\$ 107,10 no mês de setembro de 2018. O custo operacional médio, para se produzir um hectare de soja transgênica no Mato Grosso neste mesmo mês, segundo o Instituto foi de R\$ 3.493,44. Ou seja, o custo relativo médio da força de trabalho para se produzir um hectare de soja transgênica

⁴² Ver <<https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/soja/226290-chuva-atrapalha-plantio-de-soja-mas-expectativa-e-de-boa-safra-em-laguna-carapa-ms.html#.XAmC-LJ2uU>>. Acesso em: Nov/2018.

no Mato Grosso é de 3%. Entendemos que é a renda da terra – e, em última instância, esta renda aliada à superexploração da força de trabalho em toda a cadeia produtiva – que explica a geração de excedentes para o produtor face ao preço de produção da soja⁴³.

Frente a este custo médio, a produtividade média por hectare neste estado é de 58,36 sc/hectare. Subtraindo o custo pela produtividade temos que o custo por saca da soja no Mato Grosso, em média, é de R\$ 68,18⁴⁴. Segundo o *site* Notícias Agrícolas, a cotação da soja no dia 13 de dezembro de 2018, a ser vendida em janeiro de 2019 na Bolsa de Chicago, estava em 9,07 US\$/Bushel⁴⁵. Uma saca de soja é igual a 2,20462 bushels. Isso significa que a saca, na Bolsa de Chicago estava cotada em US\$ 20,00. O dólar americano fechou o dia 13 de dezembro cotado em R\$ 3,89. Isso significa que o preço, em reais, da soja negociada para janeiro de 2019 na Bolsa de Chicago fechou em R\$ 77,78. Por outro lado, o preço da soja, calculado pelo Cepea/Esalq ficou em R\$ 80,98 para 13 de dezembro no porto de Paranaguá⁴⁶. Ou seja, neste último caso, estamos cotando o preço da mercadoria levando em consideração seu custo de produção e o custo de transporte até o porto para exportação.

Importante considerar que, destes cálculos, somente o preço da soja na Bolsa de Chicago tem sua negociação baseada em predições futuras. Mesmo assim este preço não tem meramente um caráter especulativo. O cálculo da soja em janeiro também se baseia nos custos de produção da soja nesta safra e a quantidade produzida. Não estamos afirmando que não exista “especulação” naquela bolsa de valores e futuros, mas que os investidores sempre tentam precificar os bens em cotação de acordo com dados reais da produção e transporte. A mágica do capital

⁴³ A nível de comparação o custo médio, para o estado do Mato Grosso, da força de trabalho para se produzir soja convencional ficou em R\$ 122,18 na mesma época. E o custo operacional ficou em R\$ 3.637,96. Talvez esteja aqui parte da explicação do crescimento da produção de transgênicos no Brasil, ainda que os produtores tenham que lidar com o oligopólio do mercado de sementes transgênicas. Para mais informações ver <<http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/23102018162937.pdf>>. Acesso em: Nov/2018.

⁴⁴ Ver <<http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/23102018162937.pdf>>. Acesso em: dez/2018.

⁴⁵ Ver <<https://www.noticiasagricolas.com.br/cotacoes/soja/soja-bolsa-de-chicago-cme-group/2018-12-13>>. Acesso em: dez/2018.

⁴⁶ O preço da soja no porto leva em consideração uma série de padrões metodologicamente organizados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP). Ver <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/soja.aspx>>. Acesso em: dez/2018.

fictício é feita depois e derivada destes processos. Já o caso do preço no porto de Paranaguá temos uma determinação direta do custo de produção e da oferta de soja. As previsões feitas pelos mercados são de aproximação do preço cotado para venda em janeiro de 2019 com as possibilidades de safra concretas.

O caso de um preço futuro estar abaixo do preço presente torna-se representativo de uma expectativa de aumento da oferta naquele momento (janeiro de 2019) em relação a este (dezembro de 2018). A questão é que esta precificação está atrelada não só ao preço de produção determinado pelo *mark up* médio definido pela mais-valia apropriada, mas também consta neste preço o excedente gerado pela espoliação da terra, com benfeitorias ou não; com infraestrutura melhor ou pior.

Por mais que na produção de grãos no Brasil o arrendamento de terras não seja uma condição generalizada, o IMEA calcula o preço da terra arrendada para fins de composição do custo total da produção de soja no Mato Grosso. Segundo seu levantamento para a safra 2018/19, o custo médio da terra para todo o estado ficou em R\$ 354,26. Destacamos que, ainda que não haja a condição de arrendamento, este custo está incluído no custo total da produção de soja. Quando o produtor vende sua mercadoria, ele receberá o preço médio em que se acresce este custo de arrendamento. Neste caso, fica mais evidente que parte da composição do preço da soja em grãos é derivada da espoliação da terra.

Além disso, segundo as tabelas do IMEA, alguns outros custos variáveis diretamente vinculados à lavoura – corretivo de solo, macronutriente, micronutriente – demonstram a necessidade de melhoramento da qualidade do solo que de certa maneira são alheias à aplicação de capital variável nos meios de produção para geração de valor nos termos de outros setores industriais não vinculados à terra. Ou seja, determinados custos variáveis são necessários para ampliar a espoliação da terra e não somente para garantir maior produtividade do trabalho.

Já destacamos que o custo da força de trabalho para a soja produzida no Mato Grosso é, em média, 3% do custo operacional médio do estado e 2,69% para o custo total. Tomando o preço de venda do mês de dezembro no porto de Paranaguá com o custo total de produção no Mato Grosso temos uma relação de 18,77%. É impossível determinar somente com essas informações o que seria exatamente extração de mais-valia e o que seria lucro extraordinário da renda fundiária. Mas duas considerações podem ser feitas: i) a superexploração da força de trabalho, conforme já discutida por Aruto e Gomes Jr. (2016) na região do Centro-oeste é constitutiva da

expansão agropecuária recente no Brasil; ii) aliada à superexploração, a geração de lucro extraordinário é garantida pela espoliação do solo, mesmo levando em conta o sentido cíclico da reprodução capitalista.

Neste segundo caso, importante notar que o preço de mercado pode ficar abaixo do custo de produção em determinados momentos. O comércio internacional de *commodities*, apesar de operar por uma precificação nos termos da produção física e de seu custo, incorpora as crises cíclicas do capital. E, ao contrário de outros setores industriais não vinculados à terra, a agropecuária não tem condições de ajustar a capacidade de produção e a quantidade produzida frente ao processo cíclico. No limite, a forma mais ágil de lidar com as crises é aumentando a quantidade produzida.

Isto não impede, portando, a aferição de prejuízos em determinados exercícios e safras. Não podemos, no entanto, entender estes processos cíclicos como prova da não existência de renda fundiária. O que ocorre, como em qualquer setor industrial, é o ajuste momentâneo entre os capitais presentes, com possibilidade, inclusive, de aceleração dos mecanismos de centralização do capital.

Os diferenciais de preços de produção nas mais distintas praças do produtoras do país nos mostra que existem variadas possibilidades de ganhos extras quando se altera o escoamento do produto agropecuário. A redução dos custos dos transportes, como se evidencia em relação aos portos do Arco Norte, permite que se processe ganhos produtivos na exportação dos grãos, ao mesmo tempo que permite maior apropriação de lucro extraordinário a partir das flutuações dos preços de mercado destas *commodities*.

A renda fundiária, portanto, torna-se elemento central para a rentabilidade dos capitais que operam nas economias dependentes. Desloca-se a centralidade da indústria de bens de produção como unidade da economia nacional para a geração de valor baseada na agroindústria. Como não é viável estabelecer a taxa média de geração de excedente capaz de atender aos capitais internos e externos por meio tão somente da geração de mais-valia, se estabelece a expansão quantitativa da produção sobre o espaço para permitir maior nível de espoliação da terra. Só assim permanece inalterada a “sagrada aliança” entre as frações internas e externas de capital.

3.3A nova agenda da apropriação de renda fundiária: o arrendamento e a compra de terras por estrangeiros

Pretende-se neste tópico relacionar dois fenômenos recentes vinculados aos processos de apropriação fundiária com fins à capitalização de terras: a compra de terras brasileiras por estrangeiros, por meio da compra de porções de terra por grupos e investidores internacionais; e o aumento dos arrendamentos com fins à produção agropecuária nas regiões com maior inserção na dinâmica exportadora. O processo que ocorre é o de capitalização dos estabelecimentos agropecuários. São consequências, e não causa, da maior dinâmica no setor exportador.

Logo abaixo apresentamos alguns dados dos últimos Censos Agropecuários, do IBGE. Ainda que tenhamos problemas de separar dados de arrendamento e parceria⁴⁷ e, também, eliminar propriedades sem declaração no universo dos censos a partir dos macrodados, é possível considerarmos a tendência que os dados nos mostram.

Tabela 14. Proporção de arrendamentos em relação ao número e área totais de terra ocupadas em 1995 e 2006 – Macrorregiões

Regiões	1995		2006	
	Proporção de arrendamentos em relação ao total (%)	Proporção da área arrendada em relação ao total (%)	Proporção de arrendamentos em relação ao total (%)	Proporção da área arrendada em relação ao total (%)
Norte	1,92%	0,64%	2,57%	0,88%
Nordeste	13,94%	1,60%	8,58%	1,79%
Sudeste	8,15%	3,44%	5,56%	2,92%
Sul	11,90%	6,86%	7,57%	5,89%
Centro-Oeste	4,56%	2,01%	3,00%	2,15%

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários.

Nota-se que entre os censos anteriores à expansão do comércio internacional puxada pelo crescimento chinês os dados sobre a proporção de terras arrendadas permanecem estacionados. Destaca-se que, ainda assim, será nas regiões de maior integração com a economia nacional que há maior proporção de arrendamentos em relação ao total de terras ocupadas, principalmente em termos de área arrendada.

Já a partir da segunda metade dos anos 2000 se acelera o processo de arrendamentos de terras em regiões dinamizadas pelo avanço da fronteira

⁴⁷ Ao contrário do arrendamento capitalizado, a parceria reproduz uma lógica envolta de condições de relações pré-capitalistas de produção sobre a terra, mesmo que inserida no processo de acumulação.

agromineral. Isso não pressupõe, diretamente, um aumento da geração de renda fundiária. Tais dados nos mostram que há, no setor produtivo exportador, a formação de outras relações contratuais entre as frações de capital que garantem a expansão produtiva. Noutro caso, sem o crescimento do arrendamento e permanecendo a expansão produtiva puxada pelo mercado externo, o lucro extraordinário também seria gerado e apropriado.

Quando confrontamos estes dados com as informações mais recentes do último Censo Agropecuário (2017), ainda em fase de finalização do tratamento dos dados, percebe-se que a expansão da fronteira agrícola ocorre com maior proporção de terras arrendadas e, inclusive, com maior participação de arrendamentos nas terras do Centro-sul tanto em número de estabelecimentos quanto em área destes estabelecimentos. Importante observar que nos casos de expansão mais recentes – Maranhão e Piauí – a proporção de áreas arrendadas é superior à relação entre número de terras arrendadas e número total de terras ocupadas. É aqui que ocorre os exemplos mais cadentes da apropriação de terras nacionais por capitais externos.

Tabela 15. Número e área do total de estabelecimentos arrendados e proporção destes estabelecimentos e de suas respectivas áreas no total de estabelecimentos em 2017 – Unidades da federação e conjuntos

Unidade da Federação	Núm. de est. agrop. arrendados (Unidades)	Área de terras arrendadas (Hectares)	Proporção de arrendamentos em relação ao total (%)	Proporção da área arrendada em relação ao total (%)
Rondônia	3.129	369.460	4,0	3,4
Acre	270	46.862	1,1	0,7
Amazonas	645	26.480	0,7	0,8
Roraima	122	94.858	3,6	0,7
AP+PA	2.247	618.446	2,0	0,8
Tocantins	832	476.309	3,2	1,3
Maranhão	14.635	613.387	5,0	6,7
Piauí	12.299	299.282	3,0	5,0
Bahia	9.499	942.111	3,4	1,2
Minas Gerais	38.704	3.015.329	8,0	6,4
Espírito Santo	2.888	113.015	3,5	2,7
Rio de Janeiro	5.468	455.975	19,2	8,4
São Paulo	27.412	3.188.393	19,4	14,5
Paraná	41.432	2.268.400	15,4	13,6
Santa Catarina	21.169	568.445	8,8	11,6
Rio Grande do Sul	56.651	4.509.259	20,8	15,5
Mato Grosso do Sul	6.114	3.361.625	11,5	8,6
Mato Grosso	6.345	5.729.131	10,4	5,3
GO+DF	11.689	2.705.117	10,2	7,4
CE+RN+PB+PE+AL+SE	58.398	643.113	3,1	5,3

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

A expansão do uso do solo para produção agropecuária é resultado da expansão do comércio internacional de *commodities*. Porém, este movimento de

incorporação de novas terras tem que ser compreendido em sua forma específica no Brasil. Além de todas as condições já ditas anteriormente é relevante também citar que, para fins de entendimento da geração de renda fundiária, a expansão da fronteira permite, por exemplo, que mais terras passem a ser capitalizadas e também que a produção que nela se efetiva gere mais renda. Vemos distintos preços para aquisição de terras a depender da infraestrutura construída para o escoamento da produção e da qualidade do seu solo. Esses fatores irão estabelecer o tipo de cultura que cada região irá se especializar.

O uso dos cerrados para expansão da soja ainda nos anos de 1970 só ocorre por meio de grandes extensões de terra porque o preço de mercado desta cultura não permite que se produza em pequenas porções de terra a distâncias tão grandes dos portos. Não pretendemos aqui justificar a expansão do latifúndio por meio da produtividade. Mas mostrar que este é necessário para a forma que estes setores se inserem no comércio internacional. Enquanto isso, existem produtores de soja no sul do Brasil cultivando este grão em pequenas e médias propriedades. O custo de transporte da força de trabalho menores permitem que estes produtores vislumbrem ganhos na produção de grãos, porém há um risco maior para eles frente a instabilidade do mercado e ao controle que grandes oligopólios têm no setor.

Em outras regiões podemos atestar que a produção de outras culturas se explicam pelo preço da terra. É o caso da produção de cana-de-açúcar em algumas regiões do estado de São Paulo. Dado o preço relativamente maior desta *commodity* é preferível que se use as terras mais caras do centro do capitalismo nacional para produzi-la. Já na ponta da expansão da fronteira agromineral ainda se justifica a criação bovina em larga escala. Aqui também é possível visualizar a relação com o preço da terra. Aos poucos algumas dessas regiões, como o sul do Pará, abrem espaço para a substituição de parte da criação bovina pelo cultivo da soja.

A aquisição de terras por capitais externos no Brasil já é realidade com algumas saídas que burlam a legislação vigente, conforme demonstra Nakatani et al. (2014), e pode ser intensificada por meio de prováveis alterações legais nos próximos anos⁴⁸. Aparentemente tal movimento chancelado pela elite nacional é um tiro em seu pé. Mas basta algumas considerações para entendermos melhor esta permissibilidade

⁴⁸ Ver <https://oglobo.globo.com/economia/governo-propoe-liberar-compra-de-terras-por-estrangeiros-que-queiram-investir-no-setor-eletrico-22386222>

dos capitais internos no tema. A capitalização das terras já inseridas nos processos produtivos e terras com expectativas futuras de produção, além da possibilidade de retornos mais rápidos na produção agromineral chamam a atenção da presença de capitais externos no Brasil.

Cabe aqui também salientar que não podemos qualificar tal processo como financeirização do mercado de terras no Brasil. A capitalização feita pelo mercado financeiro em determinados setores não pode ser confundida pelo controle generalizado deste capital no processo global de acumulação. Quando se convencionou classificar de *industrialização* a estruturação de vínculos entre setores industriais estratégicos para as economias nacionais havia uma preocupação em determinar as alterações qualitativas na relação do Estado com os capitais que valorizavam em seus territórios nacionais. Carcanholo (2017) assume esta discussão como anacrônica por desconsiderar que o capitalismo sempre foi condicionado pela capitalização de seus ciclos de reprodução do capital por meio do sistema financeiro.

De antemão, o que temos de relacionar é a expansão dos arrendamentos e, de maneira geral, a capitalização de terras na fronteira com o avanço da compra de terras por estrangeiros para fins produtivos no país. A questão é que esta capitalização dos preços das terras feita por capitais estrangeiros também gera ganhos aos capitais internos, tanto pela compra inicial quanto pelo efeito de capitalizar as demais terras da região onde se efetivou o investimento estrangeiro. Portanto, não é contraditório a elite agrária aceitar tais movimentações mercantis feitas por investidores externos. Trata-se de um processo de sobrevivência de algumas frações de capitais internas ante as mudanças produtivas aceleradas no país.

Finalmente devemos considerar que estas compras não eliminam a associação entre investidores estrangeiros e internos. Um exemplo é a aquisição de terras por empresas nacionais controladas por fundos de pensão e fundos de investimento estrangeiros. Recentemente divulgaram-se informações sobre a compra de terras no do Piauí⁴⁹. Temos os exemplos recentes de compras irregulares pela Radar S.A. e pelo fundo de pensão TIAA-Chef, ligado a funcionários da Universidade de Havard. Em ambos os casos, omite-se que a compra de terras é feita por estes fundos dado que a aquisição ocorre por meio de empresas brasileiras. (Fonte:

⁴⁹ Ver <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4239-fundos-de-pensao-estrangeiros-e-a-aquisicao-de-terras-no-brasil-em-debate-na-universidade-de-nova-york>

Observatório do Agronegócio). No caso de compra de terras para capitalização de capitais de fundos de pensão e investimentos, pouco se argumenta quanto a esta questão central diretamente vinculada a uma expectativa futura de incorporação dessas terras pela fronteira agromineral. Nestes casos, não há vinculação alguma com formação de circuitos de valorização de capitais fictícios, conforme entendimento de Palludeto e Rossi (2016). Este tipo de investimento deve ser qualificado com baixo risco devido às condições favoráveis de expansão da fronteira. Há sim a expectativa de valorização destes capitais a partir de uma previsão de produção nestas terras num futuro próximo. As formas de valorização do capital fictício não podem pressupor a introdução do ciclo do capital produtivo enquanto tal. Sendo assim, como a renda da terra cresce?

3.4 Crescimento da renda fundiária: da fronteira agromineral às implicações regionais

Vimos que os arrendamentos, assim como a compra de terras por capitais externos, podem sim mostrar uma maior capitalização da produção de determinadas cadeias produtivas, levando algumas regiões do país a apresentarem uma maior participação de terras arrendadas no total das terras ocupadas conforme dados da tabela 14. Mas não há sentido de estabelecê-lo como determinante geral da acumulação. Os dados da consultoria AgraFNP, que agrega preços de terras por regiões e por tipo de terras e tipos de beneficiamento e infraestrutura nas propriedades e no entorno permite vislumbrar um sentido mais geral de capitalização das terras brasileiras. Estes dados nos dão mostra do crescimento dos preços das terras no país. Consequentemente atestam que a possibilidade de geração de lucro extraordinário se amplia com o crescimento dos preços e da ocupação de novas terras na fronteira agromineral.

Os dados da AgraFNP são divididos em matas, pastagens e terras para agricultura. Neste último caso, por exemplo, temos que as maiores variações percentuais de terras com plantio de soja se referem a regiões do Centro-norte do país. Ou seja, são os estados que mais acompanharam o crescimento da fronteira agromineral nos anos recentes e que têm os cerrados como bioma principal. O crescimento dos preços das terras nessas regiões foi superior a 250% na maioria dos casos entre 2005 e 2014. Por outro lado, o preço das terras agrícolas irrigadas de

algumas regiões do nordeste, principalmente no vale do São Francisco, foi inferior, em geral, a 150%, neste mesmo período.

No caso da variação de preço das matas, a saber, terras agricultáveis ainda não incorporadas, ainda se percebe menor apropriação de mais-valor gerado em outros espaços de acumulação. Aquilo que os keynesianos chamam simplesmente de especulação, torna-se na verdade um movimento generalizado de investimento em compra de terras como uma antecipação de possíveis ganhos na venda ou na operacionalização de uma empresa agrícola na região. Na Amazônia meridional ainda temos muitos casos de terras com este processo de incorporação. Os casos de Humaitá-AM e Paragominas-PA nos dão mostras deste processo em duas bordas da fronteira agromineral do país. São municípios cujo preços das terras com mata aumentaram 2.728% e 1.491%, respectivamente, mais de 1.000% entre 2005 e 2014, segundo dados da consultoria AgraFNP. A chamada região de cerrado em Humaitá também teve um crescimento substantivo de 1.388% neste período. Tais terras estão entre aquelas com as dez maiores taxas de crescimento no país nos anos recentes porque tinham um preço irrisório no início do período de dinamização do mercado externo sob o contexto do atual padrão de reprodução do capital.

Para este tipo de terra, que ainda é parcialmente incorporada pela dinâmica produtiva, existem poucos exemplos na região Centro-sul do país. Ou seja, no centro do capitalismo nacional, São Paulo, e em sua região de influência imediata não há mais dinâmica de incorporação de terras sem produção como ocorre na borda nos espaços mais ao norte do país. Ainda assim, é possível localizar na região de influência imediata alguns espaços de incorporação que ainda são matas.

Se observarmos a tipologia de terras definida pela Consultoria AgraFNP perceberemos que existe a definição de boa parte da região meridional da floresta amazônica como cerrado. É o que a população dessas localidades chama chapada – ou planalto. Nestas terras não existe a formação de várzeas devido ao alagamento de grandes porções territoriais provocadas pelos rios da região. São essas terras que, já incorporadas anteriormente pela pecuária, serão utilizadas para a produção de soja na atualidade. Se observarmos os estudos da Embrapa sobre os tipos de terras no Brasil, perceberemos que a empresa também considera boa parte das terras desta zona ecótona (ou zona de transição), como distinta da mata fechada que usualmente se entende sobre a Amazônia.

No Matopiba – ou melhor, na região de expansão da fronteira agromineral sobre o cerrado que foi alvo de política pública nacional enterrada pelo golpe de 2016 – temos também uma importante configuração de capitalização das terras agricultáveis. O avanço da agropecuária na região incorpora novas terras, degradadas ou matas virgens, e possibilita o aumento dos preços das terras. Porém, sabe-se que a efetivação de uma política pública para atender a classe média rural não foi adiante. Mais que inviabilidade, tal fracasso político se constitui resultado das alterações no contexto político nacional, em que o Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento do Brasil passou, após o golpe de 2016, a ser ocupado pela elite rural de outra região, no caso, do Mato Grosso.

Quanto a produção mineral, o controle sobre a terra ocorre em outros níveis de apropriação. Em geral, o Estado nacional viabiliza a produção mineral em determinados espaços. Mesmo porque o Estado consegue, diretamente, se apropriar do excedente gerado pelas maiores empresas minerais do país – Petrobras e Vale. Há um estudo relevante sobre a apropriação de lucro suplementar atestando o elevado grau de mineralização das terras da Serra dos Carajás e também a grande capacidade logística da Vale ao exportar o minério do Sudeste Paraense (LEITE et al., 2016).

Os diferenciais no aumento dos preços entre as regiões de expansão do norte, as regiões consolidadas do Sudeste e o centro do capitalismo nacional dão mostras de como a dinâmica produtiva atual incorpora de maneira distinta as regiões do país. Do ponto de vista do escoamento da produção, processo intrínseco à geração de valor, os novos portos públicos e, principalmente, os portos privados no Arco Norte do país nos mostra que há um sentido distinto na incorporação de novos espaços para a acumulação vinculada ao atual padrão de reprodução do capital. Neste caso, não há mais uma integração dependente mediada pelo centro do capitalismo nacional que, até o momento atua, ainda é uma posição ocupada por São Paulo.

Todas estas alterações espaciais, incluindo os novos vetores de exportação, são condições prévias para a geração de renda fundiária. Se já há a possibilidade de se gerar renda diferencial tão somente pelo fato de a produção ser vinculada à terra, essa reestruturação espacial garante a geração de maior margem e massa e lucro extraordinário. São estes aumentos de margem e massa de lucro consequências da incorporação de infraestrutura e beneficiamento destes novos

espaços de acumulação que incorporam novas terras e que, portanto, não são movidos somente pelo aumento da produtividade.

Os vetores de expansão da ocupação de novas terras seguem para a floresta amazônica, caracterizada por sua importância ecossistêmica e pela diversidade sociocultural dos povos que ali habitam. Conflitos agrários, invasão de terras indígenas e ameaças a quilombolas são expedientes frequentes que a fronteira agromineral leva consigo na expansão da agropecuária, do garimpo e da mineração. Forma-se um ambiente polvoroso no campo enquanto que nas cidades que também se expandem gesta-se uma sociabilidade debilitada e violenta.

Desde as frentes pioneiras, durante os estabelecimentos do controle territorial sobre os castanhais e depois, na Ditadura Militar, que os povos das regiões que compõe a Amazônia lidam com a violência do Estado e dos agentes privados. As linhas de transmissão da hidrelétrica de Tucuruí é um dos símbolos da prática corriqueira de ordenamento territorial que desrespeita tradições e memórias de indígenas da região do sudeste paraense. Por várias terras indígenas, os *linhões* da Eletronorte passaram por cima de singulares modos de reprodução da vida e de relação de povos com a natureza.

Noutros casos, a derrubada de madeiras e a ocupação para pastagem de terras indígenas e terras devolutas generaliza a ocupação territorial alheia às instituições formais de um mesmo Estado que garante, posteriormente, a legalidade destes atos por latifundiários. Enquanto que na luta pela terra, muitos camponeses permanecem ameaçados ou são assassinados num processo lento de massacre. Aos poucos as populações que migram para estas regiões de expansão parecem já se acostumarem com este tipo de condição de vida e a violência se torna uma banalidade, inclusive entre as classes subalternas.

No Sul e Sudeste paraense há, neste momento, a maior frente de expansão agromineral do Brasil, em que a ocupação de terras por grandes produtores e transnacionais exploradoras de minérios alteram as paisagens urbanas e rurais como se operassem um software de desenho. Por vezes tais contradições chegam no nível de antagonismo e o conflito aberto se torna a única solução entre permitir a divisão da terra ou a expansão do latifúndio. Este foi o caso que desembocou no massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996.

Enquanto que em Eldorado dos Carajás o massacre agudizou o conflito e permitiu a realização de vários assentamentos de reforma agrária, em outros locais

do Sudeste paraense não existem condições de desenvolvimento de táticas de luta contra o latifúndio, dado o risco iminente de novos massacres. Por isso, a paisagem dessa região torna-se eclética. Quem percorre a BR-155 visualiza ocupações, grandes extensões de pastagens e recuperação de matas a partir de projetos de assentamentos. Ao chegar em Eldorado dos Carajás encontra na Curva do S, palco do massacre, a construção de um grande posto de combustível, bem em frente ao monumento que homenageia os assassinados pelo Estado.

Parece que na fronteira agromineral há lugares para todos os sujeitos. Como se a apropriação fundiária fosse um processo sutil e permissivo com todas as classes sociais. O Sul e o Sudeste paraense nos prova exatamente o contrário. A Figura 03, abaixo, replica a Figura 01, presente na introdução deste trabalho. Porém sobrepõe-se àquele mapa informações sobre uso do solo a geografia dos assentamentos, territórios indígenas e quilombolas. A fronteira mostra sua condição de avanço sobre uma paisagem que tem sujeitos, alheios aos processos que garantem a geração de excedentes para empresas e grandes agropecuaristas, alheios à rentabilidade da extração de minério.

O que podemos ver agora é o avanço da fronteira e quais sujeitos e classes ela privilegia. Além disso, quais sujeitos e classes são continuamente violadas em sua reprodução para permitir a abertura de novas e renovadas frentes de acumulação de capital. Por isso ainda há massacres e mortes em áreas de expansão da soja e do gado mais consolidadas, como atesta o mais recente Cadernos de Conflitos no Campo no Brasil (CPT, 2019). Nem mesmo regiões de expansão anteriores ao padrão atual de reprodução do capital são alheias a conflitos. Por mais que haja mais ocorrências nas áreas de expansão do uso do solo, a permanência da questão agrária no país impede formas de mediação experimentadas em contextos históricos e geográficos distintos ao desenvolvimento capitalista brasileiro.

Figura 3. Cobertura e uso do solo e áreas de terras indígenas, quilombolas e de assentamentos – Brasil (2016)⁵⁰



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Cobertura e uso do solo. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/cobertura-e-uso-da-terra/15831-cobertura-e-uso-da-terra-do-brasil.html?=&t=cobertura-e-uso-da-terra>>. Acesso em JUL/2019; Environmental Systems Research Institute (ESRI) – Ocean Basemap. Disponível em <[http://server.arcgisonline.com/arcgis/rest/services/Ocean_Basemap/MapServer?f=json&pretty=true",,"raster">](http://server.arcgisonline.com/arcgis/rest/services/Ocean_Basemap/MapServer?f=json&pretty=true)>. Acesso em: JUL/2019; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – Assentamentos Rurais e Áreas de Quilombolas. Disponível em <http://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py>. Acesso em JUL/2019; Fundação Nacional do Índio (Funai) – Terras Indígenas. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/shape>>. Acesso em JUL/2019.

⁵⁰ Na legenda as descrições “Mosaico de ocupações em área florestal” e “Mosaico de ocupações em Área Campestre” referem-se ao conjunto de solos em que há dificuldades de se determinar se há vegetação originária e campestre ou utilização dos solos da Amazônia e dos cerrados para fins agropastoris ou ,ainda, se há a sobreposição das duas condições.

Não existe questão agrária desvinculada da dinâmica de apropriação fundiária. Só percebemos que também existe conteúdo ideológico da fronteira agromineral quando observamos uma diversidade de dinâmicas sociais de ocupação da terra, como ainda podemos perceber na Figura 03, confrontadas e destruídas pela tentativa de expansão produtiva homogeneizante, com sentido e forma única de utilização de terras e transformação das paisagens.

Gilberto Freyre traz um pouco de angústia ao perceber, ainda nos anos de 1920, a pouca atenção dada à construção regionalista popular no Brasil. Fazemos uso das palavras do autor ao considerarmos que “O mapa do Brasil em vez das cores dos Estados terá as cores das produções e dos trabalhos” (FREYRE, 1996). Não que o autor se utilizasse de categorias marxistas para identificar o confronto entre formação cultural e social do povo brasileiro em suas mais diversas regiões e os processos de acumulação de capital. Mas aqui já existe uma ode a um povo que insiste na diversidade a partir de sua relação com a terra e em sua construção cultural ante as formas de reprodução capitalistas estabelecidas de fora pra dentro, com aval e benefício à elite nacional.

De modo geral, a diversidade da produção agropecuária e mineral no Brasil parece ser incomparável com outros períodos da história da colônia, do império e da república. Parece mesmo que o país encontrou a fórmula de superação do que os economistas se acostumaram a chamar de ciclos, dada a volatilidade própria que os mercados externos impunham para nossa produção vinculada à terra e para o próprio esgotamento produtivo de alguns deles - principalmente a produção mineral. Mas o que ocorre é a economia capitalista percorre seus ciclos de reprodução do capital em busca de sua realização, que não inclui aí uma preocupação direta com o que se está produzindo e para quem está produzindo, mas tão somente quanto de lucro está se gerando, como ele é distribuído e como ele pode crescer ainda mais.

As terras agricultáveis não são medidas tão somente pela qualidade do solo. Se fosse assim, a floresta amazônica e a caatinga permaneceriam intocadas até que se esgotassem outros tipos de terras no país. Ocorre que há uma série de condições levadas a cabo pela própria produção capitalista e pelas instituições que a viabilizam que articulam os investimentos para terras de regiões ainda esparsamente ocupadas, na certeza de que terão maiores ganhos futuros garantidos por um possível crescimento dos mercados e também garantido pelas facilidades geradas pelo

Estado. Mas a produção agrícola, historicamente no Brasil, só avança sobre terras previamente ocupadas por pastagens. Justamente porque a ocupação territorial via pastagem é menos rentável e sempre busca as terras mais distantes para dar espaço aos produtos mais rentáveis nas terras mais caras.

A produção para os mercados mundiais não pode ser vista no Brasil como uma saída secular para a dinâmica capitalista. Há processos em outras regiões do mundo de incorporação de novas terras, principalmente nos trópicos, cujo objetivo é ampliar as possibilidades de investimentos em produtos que competem com os daqui. Sem contar que, na forma que está o mercado de commodities, o Brasil frequentemente sofre com baixas de preços. Ou seja, tanto pela demanda quanto pela oferta, as commodities brasileiras lidarão com uma ampliação da concorrência. É importante assinalar que as mudanças na incorporação de terras afetam não só a fronteira agromineral, mas todo o território nacional. A inserção concreta de um padrão de reprodução do capital não é algo específico a algumas regiões da América Latina, mas um processo geral de inserção no mercado mundial.

Tal movimento de incorporação de terras para a produção agropecuária e mineral é resultante de uma faixa de expansão em todo o mundo. As regiões tropicais são as fronteiras agrícolas do momento. Não porque estas regiões permaneceram intocadas até o padrão exportador de especialização produtiva. Mas porque estas regiões começaram a receber expressivas quantidade de investimentos produtivos por meio de integração de capitais de vários países. São formas de introdução do que conhecemos como globalização nos processos agrícolas. É o sentido que neste período da história da acumulação se encontra para a industrialização da agricultura. Sem necessidade de tornar a agricultura um mecanismo dos processos nacionais de industrialização, ela também passa a manifestar a integração dos capitais internos e externos nos países dependentes sob a égide do capitalismo liberalizado.

Todas essas cadeias produtivas crescem permanentemente. Apesar de em algumas regiões haver processos estruturais de substituição, como exemplificamos anteriormente, a fronteira torna-se a “válvula de escape” para a expansão de todas elas em termos de economia nacional. Cabe nesta reflexão também a própria forma que o comércio internacional dinamiza a produção de *commodities* em outras regiões tropicais, mostrando que o Brasil não é a última fronteira agrícola do mundo.

Armando Bartra (2006) foi capaz de estabelecer um nexo temporal às formas de exploração contra camponeses mexicanos e de espoliação da terra. A

globalização, segundo o autor, não permite mais que somente os capitais nacionais consigam expropriar o excedente do campo. A superação desta forma está em envolver cada vez mais os capitais externos no processo de acumulação da produção ligada à terra. Quando Bartra (2006) mostra que a extração de mais-valia e a espoliação geram a renda fundiária, isto implica dizer que esses dois mecanismos interferem não só na distribuição do excedente no atual momento, mas também aplicam um disciplinamento nas relações de produção de toda a economia. Este autor assim demonstra o núcleo irradiador das economias dependentes e o sentido dado por ele para a inserção destas economias no capitalismo global.

Por outro lado, e contraditoriamente ao escopo geral das *Sete teses...* (BUAINAIN, 2014), Reydon (2014) afirma, em artigo neste mesmo livro, que o mercado de terras e uma desconcentração da posse das terras são capazes de promover maiores processos de desenvolvimento capitalista nos países. A preocupação do autor está em demonstrar que em pleno século XXI a economia brasileira não pode ficar refém de uma classe de proprietários de terras que diminui as possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas nacional. Chega o autor a vincular diretamente os problemas relativos à governança fundiária no país com a permanência da questão agrária, já apresentada nesta tese nas páginas anteriores.

Mesmo com diferenças que podemos destacar entre esses dois autores é possível perceber que os unem o questionamento à dinâmica de uso e ocupação do solo de maneira geral nos países dependentes. Insistimos novamente que a questão agrária e todas as suas consequências só podem ser discutidas no âmbito destas economias. Os países industrializados já resolveram a relação entre agricultura nacional e seu padrão de reprodução do capital. Por outro lado, o padrão exportador de especialização produtiva aprofunda os problemas de uso e ocupação do solo das economias latino-americanas. O controle dado às transnacionais do mercado de *commodities* nestes países passa a gerar novos níveis de apropriação da natureza a partir da expansão produtiva sobre os territórios.

No México temos ainda um campesinato que resiste às transnacionais em suas terras, após anos de rebaixamento de suas condições materiais. No Brasil muitos ainda lutam pela propriedade da terra. Bartra (2006) e Reydon (2014) visualizaram distintas consequências do mesmo problema dado pela apropriação fundiária: o uso do solo independentemente de seu estatuto. Os controles do solo pelo Estados nacionais e pelas transnacionais podem ser distintos nos países latino-americanos, mas

os determinantes estão dados por um nível de mediação superior da reprodução do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é a última fronteira agromineral do mundo? Após percorrer e inter-relacionar nos três capítulos anteriores a forma como o padrão de reprodução de capital se ajusta ao de apropriação de renda fundiária, certamente a resposta é não. O filme *Land Grabbing* (Áustria, 2015), por exemplo, nos traz uma reflexão sobre a maneira como a expansão da agropecuária capitalizada e globalizada destrói formas anteriores de organização espacial de vários tipos de comunidades, mas também nos mostra como o futuro dos trópicos no capitalismo está profundamente ameaçado, tornando-se uma faixa de continua expansão produtiva a partir da apropriação de terras para realização de lucros extraordinários.

As considerações feitas ao longo dos três capítulos desta tese tentaram entender as várias manifestações dos avanços da fronteira agromineral no Brasil. Desde um nível de mediação espacial que a relacionava com a reprodução do capital na América Latina até as formas básicas de dinâmica produtiva e suas consequências territoriais. As múltiplas extensões escalares só fazem sentido se a colocarmos em seus devidos níveis de determinação no movimento geral do fenômeno. Pouco nos diz os critérios de investigação que priorizam as especificidades locais da reprodução do capital ou os processos globais desta reprodução sem nos atermos às relações entre esses distintos níveis de realidade socioespacial.

Junto a isso propomos uma periodização em que se fez necessária argumentar sobre o padrão atual de reprodução do capital na América Latina. Talvez esta discussão mais aprofundada nos desse uma tese específica sobre a atual fase liberal do capitalismo pós Bretton Woods. Porém, o mais relevante desta abordagem categórica – e no caso desta tese busca-se estabelecer padrão de reprodução do capital não como noção, mas como categoria⁵¹ – é relacionar o tempo e o espaço para explicarmos a unidade atual da acumulação em determinadas condições de reprodução do capital. É discutir, portanto, a atual fase global do capitalismo, sua especificidade nos países latino-americanos e, finalmente, na dinâmica de expansão da fronteira agrícola brasileira. Cabe ressaltar que só faz sentido o desenvolvimento analítico desta tese se entendermos todos os capítulos como uma unidade do mesmo processo.

⁵¹ O desenvolvimento de argumentos científicos quando parte de categorias apresenta o rigor necessário na mediação entre construção teórica e determinação concreta do objeto.

No capítulo primeiro discutimos a vinculação do atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva na América Latina com as recentes ocupações territoriais do capital. Neste caso já vinculamos duas categorias de mediação mais geral: o próprio padrão de reprodução do capital e a renda da terra. Além disso, iniciamos a discussão acerca do atual processo de regionalização determinado por esses determinantes gerais de acumulação. Buscamos, assim, estabelecer um nexo entre essas categorias e nosso objeto de estudo. O padrão exportador de especialização produtiva enquanto mediação temporal – principalmente a partir do superciclo das *comodities* – e a dinâmica sobre o território da fronteira agromineral como mediação espacial que se estabelece como principal representação no território deste padrão de acumulação.

No capítulo segundo detalhamos a relação entre os determinantes gerais discutidos na tese com seu objeto específico: a fronteira agromineral. Aqui discutimos e analisamos a formação de um novo processo de regionalização com olhar específico àquele espaço e sua vinculação com os grandes temas e debates em torno da questão agrária, urbanização e incorporação da força de trabalho. Os três temas se aliam por meio da periodização e da espacialização ao propor um debate sobre as bases atuais de geração de valor no Brasil. Assim, conseguimos superar algumas suposições equivocadas quanto ao fim da questão agrária no país — muitas delas enxergando os espaços rural e urbano como meros receptáculos —, a partir da hipótese de alguns autores acerca do completo esvaziamento demográfico no campo brasileiro relacionado ao processo de urbanização das últimas décadas. Consideramos, assim, que o campo brasileiro é consideravelmente heterogêneo para o descreve-lo somente a partir de caracterizações empíricas.

Finalmente, no capítulo terceiro estabelecemos de maneira específica o nexo entre renda da terra com o atual padrão de reprodução do capital na América Latina e apresentamos as condições gerais que este processo gera na apropriação fundiária da fronteira agromineral. Nosso esforço foi mostrar que há vínculos entre estes níveis de mediação que, em sua essência, revelam tentativas de apropriação de lucro extraordinário por parte de vários setores produtivos, de financiamento e de comercialização envolvidos diretamente com a produção de *commodities* no espaço da fronteira agromineral. A geração de renda fundiária é uma das sínteses deste processo, aliada a outros elementos e categorias típicas das economias dependentes.

Ao passo que temos o objetivo geral e suas apresentações específicas delineados ao longo do texto, o sentido geral das considerações feitas nas páginas anteriores expressam uma análise de conjuntura do momento atual de inserção da economia brasileira no mercado mundial. A expansão da fronteira agromineral e todas as suas contradições expressam, no limite, um processo de transição estrutural do capitalismo nacional. A formação de um novo centro dinâmico na economia brasileira está dada. Resta saber se este processo será aprofundado na fase seguinte de formação de um governo liberal com certos expedientes autocráticos que assumiu a chefia do Estado. Não alheia ao sentido que a base material tem para o realinhamento das classes sociais, esta tese nos leva a concordar que existe uma rearticulação entre frações de capital internas e externas em mais um momento de intensificação de nossa condição de dependência e subordinação. Não há elementos para inferirmos se isso realmente ocorrerá, mas a estratégia dominante está dada.

O sentido da ocupação territorial se aprofundará na extração mineral e na produção de *commodities* agropecuárias. Não serão tranquilas as alterações nas relações sociais de um país que se concentra em metrópoles em todas as suas regiões ao lidar com esta expansão da dinâmica pautada pela terra. É novidade sim este movimento, justamente pela condição de um país urbano que temos atualmente. Um processo de reversão a padrões de reprodução pretéritos é não só um anacronismo em seus próprios termos, mas também reflete uma fragilidade espacial na compreensão do capitalismo dependente brasileiro e dos demais países da América Latina.

A realidade atual dos países da América Latina nos apresenta a radicalização das contradições entre campo e cidade a partir do desenvolvimento capitalista dependente. A contradição inicial no capitalismo – a alienação da força de trabalho por meio da separação de seus meios de produção – é também a condição inicial de desvinculação da relação entre o homem e a natureza, a partir do desenvolvimento das forças produtivas.

Neste caso, a relação entre campo e cidade torna-se uma relação contraditória entre dois espaços que não veem reflexos de um no outro. Esta aparente antítese esconde as condições de dependência e de determinação entre a reprodução da agricultura nacional e a reprodução das cidades capitalistas, mas que os processos de avanço da fronteira agromineral as tornam vinculantes. O momento atual da América Latina recoloca esta relação no centro do processo de acumulação. Estamos

diante de uma encruzilhada histórica entre o passado de tentativa de modernização nacional via industrialização e a modernização pautada pela agroindústria e pela grande produção extensiva no território. No entanto, não existem condições estabelecidas até agora de resolução das contradições entre campo e cidade por meio do próprio desenvolvimento das forças produtivas. E não será o desenvolvimento da agricultura dependente que solucionará isso.

O que ainda nos falta refletir é em que medida este nível de desajuste entre a base de geração de valor e as modificações espaciais cristalizadas em padrões anteriores de relações de produção se reproduzirá como regularidade do capitalismo brasileiro. Nunca é demais repetir que nestas condições de inserção no comércio mundial, as economias dependentes não têm mecanismos objetivos de superação de seu subdesenvolvimento pelas vias políticas estabelecidas por este modo de produção. Em algum momento isto desencadeará as contradições da reprodução capitalista nacional até o nível de antagonismo. Quando isso acontecerá é nosso desafio.

REFERÊNCIAS

- ARUTO, P. C. **A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho: uma abordagem metodológica**. Dissertação (mestrado) - Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 2015.
- ARUTO, P. C.; GOMES JR., E. Padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva e a produção social do espaço nas regiões brasileiras. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, v. 20, p. 226-238, 2016.
- BANBIRRA, V. **O Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis, Editora Insular - IELA, 2012.
- BARTRA, A. **El capital em su labirinto: da renta de la tierra a la renta de la vida**. México, D.F., Editorial Itaca, 2006.
- BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Bertrand Brasil, 1993.
- BOECHAT, C. A.; KLUCK, E. G. J. O debate sobre as “sete teses do mundo rural brasileiro”: um breve balanço recente sobre a modernização (conservadora). **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 25, p. 430-455, 2017.
- BRANDÃO, C. A. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B. de; et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Censos Agropecuários**, 1995 e 2017. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: dez/2018.
- BUAINAIN, A. M. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. XXII, p. 105-121, abr./maio/jun. de 2013.
- _____. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2014.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Tese (Doutorado) - Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 1975.
- _____. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.
- _____. Novas determinações sobre as questões regionais e urbana após 1980. **Texto para discussão n. 193**. Campinas: IE/Unicamp, 2011.
- CARCANHOLO, M. D. **Dependência, superexplotación del trabajo y crisis**. Una interpretación desde Marx. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

CARDOSO, D. M. **Mineração e subdesenvolvimento: impactos da atividade mineradora nos municípios de Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas.** Dissertação (mestrado) - Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 2018.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica.** 2004.

CASTILHO, A. L. **Partido da terra: como os políticos conquistam o território.** São Paulo: Contexto, 2012.

COELHO, M. C. N. et al. Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA.** v. 8, n. 2, p. 73-107, dez. 2005.

COSTA, F. A. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro: antíteses. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária,** p. 45-60, 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo.** Centro de Documentação Dom Tomás Babuino. CPT Nacional, 2019.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** Campinas: Unicamp-ICOM, 1982.

_____. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate,** v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

_____. **“Do capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FAVARETO, A. Um contraponto à tese da " argentinização" do desenvolvimento rural brasileiro. **O mundo rural no Brasil do século XXI. A formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília/Campinas: Embrapa/Instituto de Economia da Unicamp, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista.** 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

FURTADO, C. **A Operação Nordeste.** Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

_____. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras Editora Nacional, 34ª ed. 2007.

GOMES JR., E. Fronteira e reestruturação produtiva na Amazônia brasileira (2003-2013): um estudo sobre a mudança na hierarquia urbana do município de Araguaína (TO) na Amazônia oriental. Dissertação (mestrado) – Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 2015.

_____. Aspectos da agricultura subdesenvolvida como crítica à tese da última fronteira agrícola: estudo sobre o Matopiba. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 2, p. 351-371, 2016.

GOMES JÚNIOR, E.; ARUTO, P. C. Considerações sobre a apropriação de renda da terra agrícola nas economias dependentes: apontamentos para o Brasil. In: **IX Jornadas de Economia Crítica e XI Colóquio de la Sepla**. Córdoba. Anais de la IX Jornadas de Economía Crítica e XI Colóquio de la Sepla, 2016.

GOMES JÚNIOR, E.; MOTA, F. C. M.; ARUTO, P. C. Território, dependência e luta de classes no Brasil. In: MACEDO, R. F.; NOVAES, H. T.; LIMA FILHO, P. A. de (Org.). **Movimentos sociais e crises contemporâneas**. 1ed. Marília: Lutas anticapital, 2018, v. 3, p. 89-123.

GRINBERG, N. **Transformations in the Korean and Brazilian Processes of Capitalist Development between the mid-1950s and the mid-2000s: The Political Economy of Late Industrialisation**. Tese (doutorado). London School of Economics. 2011.

GRINBERG, N. **Transformations in the Korean and Brazilian Processes of Capitalist Development between the mid-1950s and the mid-2000s: The Political Economy of Late Industrialisation**. Tese (doutorado). London School of Economics. 2011.

_____. On the Brazilian ground-rent appropriated by landowners. In: **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4, p. 799-824, 2015.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**, p. 303-318, 2012.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

GIRARDI, E. P. et al. Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 4, 2014.

GUNDER FRANK, A. Desenvolvimento do subdesenvolvimento. In.: PEREIRA, Luis. **Desenvolvimento e urbanização**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1969. 199p. Disponível em: <<https://teoriasociologica.files.wordpress.com/2014/09/40007095-el-desarrollo-del-subdesarrollo-andre-gunder-frank-1966.pdf>>. Acesso em: jan/2018.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo, Loyola, 2004.

IÑIGO CARRERA, J. **La renta de la tierra. Formas, fuentes y apropiación**. Imago Mundi, Buenos Aires, 2017.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

LESSA, C. e DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, L. G. e COUTINHO, R. (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FIORI, J. L.; LESSA, C. E houve uma política econômica nacional-populista?. **Ensaio FEE**, v. 12, n. 1, 1991.

LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento e dependência**. Brasília, IPEA, 2013, p. 145-166.

_____. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias—uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MAIA, J.M.E. **A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. 11ª reimpressão. México, Ediciones Era, 1991.

MARQUETTI, A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. – Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira. **Anais da SEP: XII Encontro Nacional de Economia Política**, 2017.

MARTINS, J. S. A. reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: **Tempo Social - Rev. Sociol.** n. 6(1-2), p. 1-25, 1994 (editado em jun. 1995).

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2 Ed. São Paulo: Editora Contexto. 2009.

MARX, Karl. **El Capital: crítica de La economía política**. Libro tercero: El proceso de producción capitalista en su conjunto. 2ª edição. Cidade do México: Siglo XXI, 1988.

_____. **Teorias sobre la plusvalia (Tomo IV de El Capital)**. Vol. II, Editor Digital Titivilus, ePub base r1.2, 2016.

MATTEI, L. Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, suppl. 1, p. 105-124, 2014.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio (tese de doutorado)**. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1975.

MAZZUCHELLI, F. **Os anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras**. Campinas: Facamp Editora, 2009.

MIRANDA, H.; GOMES JR., E. Urbanização reflexa: a emergência de arranjos urbanos intermediários no Brasil pós-1990. **EURE (Santiago)**, v. 43, p. 207-234, 2017.

MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R. Desconcentração Territorial e Reestruturação regressiva da indústria no Brasil: padrões e ritmos. **Texto para Discussão (IPEA)**, v. 1, p. 1-92, 2018.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C.; NABUCO, P. C.; GOMES, H.; TRINDADE, R. V. A Expansão Internacional da China Através da Compra de Terras no Brasil e no Mundo. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 13, p. 58-73, 2014.

NASCIMENTO, H. M. do. A questão ambiental na origem do problema agrário brasileiro e o caso da região Sul. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 103-132, 2008.

_____. Expansão da agricultura e sua vinculação com o processo de urbanização na Região Nordeste/Brasil (1990-2010). **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 38, n. 114, p. 173-201, 2012.

NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 86-93, 1997.

_____. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? In: Antônio Márcio Buainain; Eliseu Alves; José Maria da Silveira; Zander Navarro. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. 1ed. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, p. 695-674, 2014.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, W. P.; TRINDADE, J. R.; FERNANDES, D. A. **O Planejamento do Desenvolvimento Regional na Amazônia e o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo no Brasil** (Cap. 4). In: TRINDADE, J. R. B. (org) **Seis Décadas de Intervenção Estatal na Amazônia..** Belém: Paka-Tatu, 2014.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: OSORIO, J. et. Al (orgs). **Padrão de reprodução do capital**. SP: Boitempo, p. 37 – 86, 2012a.

_____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: OSORIO, J. et. Al (orgs). **Padrão de reprodução do capital**. SP: Boitempo, p. 103-133, 2012b.

_____. La noción de patrón de reproducción del capital. In: **CEO**. Ano 1, n. 1, p. 17-33, out. 2014.

PALLUDETTO, A. W. A.; ROSSI, P. O capital fictício: reinterpretação de uma categoria controversa. In: **XXI Encontro Nacional de Economia Política**, 2016, São Bernardo. XXI Encontro Nacional de Economia Política, 2016.

PASTRE, R. **Reprimarização do desenvolvimento: o papel das principais agroindústrias brasileiras de soja no Centro-Oeste (1994-2014)**. Dissertação (mestrado) - Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 2016.

PLOEG, J. D. van der. The food crisis, industrialized farming and the imperial regime. In: **Journal of Agrarian Change**. Vol. 10, nº 01, p. 98-106, 2010.

PRADO, E. F. S. **Subiu no poleiro, voou mais alto e despencou**. Publicado em seu blog. Disponível em: <<https://eleuterioprado.wordpress.com/2017/04/21/voou-mais-alto-e-despencou/subiu-no-poleiro-voou-mais-alto-e-despencou/>>. Acesso em: Outubro de 2017a.

PRADO, E. F. S. **O mergulho da galinha: por si ou por causa dela?** Publicado em seu blog. Disponível em: <<https://eleuterioprado.wordpress.com/2017/08/14/o-mergulho-da-galinha/o-mergulho-da-galinha-por-si-ou-por-causa-dela/>>. Acesso em: Outubro de 2017b.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Brasiliense, 1965.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PREBISCH, R.; CABAÑAS, G. M. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. **El trimestre económico**, v. 16, n. 63, p. 347-431, 1949.

RAMOS, G. **Angústia**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

RAMOS, P. Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo. In: Antônio Márcio Buainain; Eliseu Alves; José Maria da Silveira; Zander Navarro. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. 1ed.Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, p. 655-694, 2014.

REYDON, B. P. Governança de terras e questão agrária no Brasil. In: Antônio Márcio Buainain; Eliseu Alves; José Maria da Silveira; Zander Navarro. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. 1ed.Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, p. 725-760, 2014.

RIBEIRO, D. **O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

_____. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS. M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, T dos. **Socialismo o Fascismo: el dilema latinoamericano y el nuevo carácter de la dependência**. 1975.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, L. M. O. **A fronteira e outros mitos**. Tese de livre docência. Campinas, Unicamp, 2001.

TONIN, V. H. **Muita gente sem casa, muita casa sem gente. Entre superlucros e superexploração**: a dialética da habitação em país dependente. Dissertação de mestrado. PGAU-Cidade/UFSC, Florianópolis, 2015.

TRINDADE, J. R.; OLIVEIRA, W. P. Padrão de especialização primário exportador e dinâmica de dependência no período de 1990-2010 na economia brasileira. **Ensaio FEE (Online)**. V. 37, p. 1059-1092, 2017.

APENDICE 1 – CONCEPÇÃO DE RENDA FUNDIÁRIA

Diante da dificuldade em estabelecer a renda fundiária como uma categoria tal como seus termos são discutidos por autores marxistas da atualidade, vamos realizar um breve esboço teórico sobre o caráter da renda fundiária. Um caso específico nos chama atenção – e nos serve como evidência da generalizada dificuldade de se tratar o assunto. Luce (2018) afirma que a renda fundiária numa economia dependente tem o papel de garantir a transferência de valor para capitais externos. Antes disso o autor apresenta brevemente os conceitos dados por Marx (1988) para os tipos de renda presente no Livro III d'O Capital. É recorrente abordar a renda da terra desta forma. É recorrente o recurso de tratar da renda da terra somente parafraseando Marx e depois discutir qualquer assunto sobre a questão agrária atual⁵². Se a renda da terra é um estatuto importante para o estágio atual da acumulação de capital, devemos propor uma discussão que realmente a vincule com nosso objeto de estudo.

Talvez o problema central quando se tenta interpretar os textos de Marx sobre a renda da terra diz respeito à falta de desenvolvimento categórico desta categoria nos volumes anteriores d'O Capital. Estabelecido o desenvolvimento analítico especificamente sobre a produção e a circulação nos dois primeiros volumes da obra, Marx traz no terceiro volume o processo global da produção capitalista, com pressupostos estabelecidos num nível de mediação mais concreto que nos volumes anteriores. Assim, algumas considerações específicas sobre a natureza econômica e a dinâmica de determinados setores produtivos, como a agricultura e seu processo de industrialização no capitalismo, passam a ser determinantes para a acumulação. A questão é que a categoria renda da terra só passa a ser desenvolvida neste volume, sem considerações prévias quando se tratou da produção e da circulação nos volumes anteriores. Isso ocorre porque a renda da terra, apesar de sua natureza econômica, se vincula à espoliação das riquezas naturais, alheias ao processo produtivo como seu pressuposto, mas necessariamente seu resultado.

Segundo Bartra (2006), Marx constitui dois eixos distintos de argumentação sobre a renda absoluta. Só quando lemos as Teorias da Mais-Valia que percebemos

⁵² Vemos aqui outro exemplo dessa superficialidade no trato da renda da terra: GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm>. Acesso em Nov/2018.

que a renda absoluta na verdade é um fenômeno historicamente datado e que se vincula a um estatuto jurídico de apropriação de parte do excedente gerado na produção agrícola inglesa. No Livro III d'O Capital temos uma abordagem mais confusa sobre o assunto, explicada também pela não consolidação do texto pelo próprio autor. De todo modo, a renda absoluta não constitui como regularidade do capitalismo.

Por outro lado, a renda diferencial, em suas duas manifestações se torna uma regularidade no capitalismo devido a sua forma inerente à produção ligada à terra e à permanente tentativa de industrializar a agricultura pelas frações de capital que nela se valorizam. A busca pelo aumento da produtividade agrícola é uma condição que não é dada somente pelas forças produtivas, mas também pela própria especificidade que alguns pedaços do globo terrestre adquirem para a acumulação. Aqui entra não só a fertilidade do solo, como também sua relação com o conjunto do ciclo de reprodução do capital, em termos de infraestrutura envolvida, distâncias e distintas formas de internalização dos mais variados tipos de tecnologia aplicada. Uma colheitadeira tem distintas consequências para os solos da zona temperada e tropicais, por exemplo. As consequências disto são sentidas na necessidade maior ou menor de reposição da fertilidade destes distintos solos.

Neste caso, a renda diferencial, ao adquirir sentido próprio no aumento da produtividade do solo, também consegue articular as formas gerais de concorrência intersetorial, dado que é a renda diferencial que se estabelece como um estatuto econômico por excelência. É a partir de possíveis ganhos extraordinário gestado dentro da própria produção capitalista, e não de suas instituições extra econômicas, que a renda diferencial se apresente como uma possibilidade de ganhos frente à concorrência intersetorial. Ou seja, mesmo o produtor na pior condição também consegue alcançar um lucro extraordinário devido ao poder de monopólio que tem sobre determinado pedaço do globo. Não precisamos do estatuto jurídico da renda absoluta para estabelecermos este critério de ganho.

A concorrência intersetorial permite entender que a renda fundiária é constantemente gerada e apropriada por setores direta e indiretamente vinculados à produção agromineral. Se há a possibilidade permanente de se gerar lucro extraordinário, conseqüentemente estes setores geram uma rentabilidade acima da média geral de maneira estrutural. Mas como isso ocorre? A renda fundiária se estabelece no momento em que a busca pela racionalização da produção e extração

do solo criam condições de capitalizar os resultados de sua espoliação. Neste caso, não há somente apropriação de mais-valia, determinada unicamente pelo uso de trabalho vivo na produção, mas também pela composição no excedente gerado derivado do uso do solo. As permanentes melhorias das condições técnicas de espoliação da terra permitem que se criem cada vez mais condições de geração da renda fundiária. O fato único de se ter o monopólio de uma porção do globo terrestre se insere no processo de acumulação com a garantia da geração de renda. Marx (1988) já afirmara que somente o trabalho e a terra geram riquezas. No processo de acumulação de capital, somente o trabalho gera mais-valor. A terra, ao ser espoliada no processo produtivo, garante a geração maior de excedente. Essa possibilidade de espoliação da terra só é dada num contexto de possibilidade de extração de riquezas escassas vegetais, minerais e das águas. A renda fundiária, segundo Bartra (2006), é diretamente proporcional à escassez.

Além dos aspectos supracitados, cabe aqui algumas considerações adicionais sobre as formas mais gerais de dependência das economias latino-americanas nos processos de inserção na divisão internacional do trabalho. Obviamente que não pretendemos desenvolver questões já elucidadas por outros autores. Neste caso, apresentamos uma síntese dos componentes estruturais dessa dependência, que se comportam de acordo com os períodos específicos de acumulação de capital. Carcanholo (2017) cita os seguintes: 1) a superexploração da força de trabalho; 2) a transferência de valor para as economias centrais por meio do comércio internacional (intercâmbio desigual); 3) a transferência de mais-valor para as economias centrais por meio de outras contas (remessas de juros e amortizações de dívidas, transferência de lucros, pagamento de *royalties* etc.); 4) a elevada concentração de investimentos e riquezas; e 5) o aprofundamento dos problemas sociais. Por mais que alguns estudiosos argumentem que a renda da terra gera uma transferência líquida de valor do resto do mundo para as economias latino-americanas, consideramos que os mecanismos de transferência de valor são as formas mais definidoras da nossa inserção subordinada na economia mundial.

Nenhum país desenvolvido foi em algum momento subdesenvolvido (GUNDER FRANK, 1969). E nenhum país desenvolvido, mesmo que constituído por uma economia colonial agrário-exportadora – como os EUA – alcançou tal estágio de desenvolvimento capitalista superior na hierarquia mundial por meio de controles externos sobre suas economias. O subdesenvolvimento não é um estágio anterior do

desenvolvimento (FURTADO, 1996). É parte constituinte da dinâmica mundial de reprodução do capital. E, por isso mesmo, se altera por meio das distintas dinâmicas dos processos gerais de acumulação.